UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO

ALESSANDRA ZAGO DAHMER

INCLUSÃO DIGITAL E INSERÇÃO PROFISSIONAL :
Um Estudo com Egressos de Cursos do Projeto "Educação Digital" de Florianópolis-SC

Florianópolis
2006

ALESSANDRA ZAGO DAHMER

INCLUSÃO DIGITAL E INSERÇÃO PROFISSIONAL :

Um Estudo com Egressos de Cursos do Projeto "Educação Digital" de Florianópolis-SC

Dissertação submetida à apreciação da banca examinadora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Educação

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Tumolo

Florianópolis

2006

ALESSANDRA ZAGO DAHMER

INCLUSÃO DIGITAL E INSERÇÃO PROFISSIONAL :

Um Estudo com Egressos de Cursos do Projeto "Educação Digital" de Florianópolis-SC

Dissertação julgada e aprovada em 24 de abril de 2006 para fins de acesso ao Mestrado em Educação como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Trabalho e Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Paulo Sérgio Tumolo - Universidade Federal de Santa Catarina

Orientador

_____

Profa. Dra. Elisa Maria Quartiero - Universidade do Estado de Santa Catarina

Examinadora

_____

Profa. Dra. Valeska Nahas Guimarães - Universidade Federal de Santa Catarina

Examinadora

_____

Prof. Dr. Lucídio Bianchetti - Universidade Federal de Santa Catarina

Suplente

À rainha Maria Ilse e à princesinha Marina.

AGRADECIMENTOS

Ao final da longa caminhada de três anos, durante os quais esta pesquisa foi construída, muitas pessoas cruzaram nosso caminho, contribuindo, cada qual à sua maneira, para que chegássemos até aqui. Ao registrar isso, estamos assumindo que o trabalho aqui apresentado não é apenas nosso, mas de todas essas pessoas que ajudaram a viabilizá-lo.

Dentre essas pessoas agradecemos ao orientador Paulo Sérgio Tumolo por sua sensatez, orientação e incentivo em todos os momentos.

Aos professores Elisa Maria Quartiero e Lucídio Bianchetti, que sempre indicaram a direção a ser tomada nos momentos de maior dificuldade, e Valeska Nahas Guimarães, por aceitar integrar a Banca e pelas contribuições apresentadas na defesa deste trabalho, nossos agradecimentos.

Merece agradecimento muito especial a professora Nadir Zago por sua constante disposição e paciência. Foi a interlocutora interessada em participar de nossas inquietações e que contribuiu para a realização desta dissertação, dando-nos força e incentivo.

Aos nossos colegas de mestrado, pelo prazer de sua amizade, conversas e trocas de conhecimentos, em especial a Adriana Claudia Turmina pelas suas "orientações virtuais" e pelo "ombro amigo", nosso muito obrigado.

Agradecemos carinhosamente a André Leme Fleury, um super companheiro, por sempre ter acreditado na conclusão deste trabalho. Foi, sem dúvida alguma, pessoa importante na elaboração desta dissertação, principalmente pelo tempo dispensado e enorme interesse demonstrado por este trabalho.

À guerreira Maria Ilse Zago, que nos proporcionou sólida formação e a continuidade nos estudos até chegar ao mestrado, e à encantadora Marina Dahmer Bagnati, por todo apoio, carinho, amor e por suportar pacientemente uma mãe um pouco mais ausente da vida familiar durante três anos, muito obrigada! A vocês duas dedicamos este trabalho.

À ONG "Moradia e Cidadania" pela oportunidade de desenvolver esta dissertação de mestrado, aos alunos e egressos que dedicaram parte significativa de seu tempo para compartilhar suas experiências profissionais e à coordenadora Jane Carpenter da ONG Harambee Centre de Cambridge – Inglaterra, pela receptividade, oportunidade, paciência e sobretudo pela amizade que será eterna os nossos agradecimentos. Por fim, agradecemos a Deus pela luz, força, coragem e perseverança ao longo de todo este período.

RESUMO

Nesta dissertação de mestrado procuramos discutir questões relacionadas às transformações no mundo do trabalho e às políticas de Inclusão Digital. Pesquisas indicam que os postos de trabalho formal estão desaparecendo e que o trabalhador, diante do desemprego crescente, busca ampliar sua qualificação profissional para inserir-se, reinserir-se ou manter-se no emprego. Uma das alternativas que vem sendo apontada para combater o desemprego está voltada à Inclusão Digital. O problema da dissertação foi direcionado para a seguinte questão: em que medida a formação básica na utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) gera condições de acesso ao mercado de trabalho? Para analisar essa questão, optamos pela realização de um estudo de caso no projeto de Inclusão Digital da ONG "Moradia e Cidadania", em Florianópolis - SC. Elegemos como local de pesquisa uma Organização Não Governamental (ONG) que oferece cursos de formação básica em conhecimentos de informática, denominados "Educação Digital", voltados para a qualificação profissional e com o objetivo de facilitar o acesso ao emprego. Os resultados da pesquisa nos permitiram conhecer o perfil sócio-econômico e escolar e a situação profissional de dois grupos estudados: participantes do projeto de Inclusão Digital no momento da pesquisa e egressos de cursos do mesmo projeto. Tivemos ainda o propósito de destacar algumas transformações ocorridas no mercado de trabalho de forma a compreender a relação entre as iniciativas voltadas para a qualificação profissional no que tange à utilização das TICs e o problema do desemprego.

Palavras-chave: Trabalho e Educação. Desemprego e Escolaridade. Inclusão Digital. Organização Não Governamental (ONG).

ABSTRACT

In this work we discuss questions concerning changes that occurred recently at the labour market and its relationship with digital inclusion policies. Recent research concludes that formal employment is disappearing, and workers, facing an increasing unemployment reality, expand its professional qualification, searching a better access for the formal labour market. An initiative aiming to reduce unemployment is the strengthening of digital education initiatives. Therefore, the research theme of this dissertation is to analyze the following question: in which degree a digital inclusion course provides basic foundations about Information and Communication Technologies (ICT) for the worker, benefiting his access for the labour market. To analyze this question, we considered more appropriate to conduct a case study research at a Digital Inclusion Project in a Non Governmental Organization (NGO), named "Moradia e Cidadania", in Florianopolis, SC. This organization was chosen because it offers digital inclusion courses for less qualified workers, aiming to improve the access to employment opportunities for this group. Research results made possible to analyze the social, economic and scholar profile and the professional situation of two groups of students: students who were attending the digital inclusion course at the research moment and students who had already finished their courses. We also analyze recent changes that occurred at the labour market to gain better insight about the relationships between professional qualification in the ICT area and unemployment.

Key-words: Work and Education. Unemployment and Scholarship. Digital Inclusion. Non Governmental Organizations (NGOs).

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – O relógio da Inclusão Digital 35
FIGURA 2 – Modelo Tri-Setorial 43
FIGURA 3 – Distribuição dos participantes de acordo com a idade 54
FIGURA 4 – Distribuição dos participantes de acordo com o sexo 56
FIGURA 5 – Distribuição dos participantes de acordo com o seu estado civil 57
FIGURA 6 – Distribuição dos participantes de acordo com a estrutura familiar 57
FIGURA 7 – Características das residências dos participantes 58
FIGURA 8 – Bens de consumo 60
FIGURA 9 – Rede de ensino freqüentada 63
FIGURA 10 – Condição de emprego dos participantes 66
FIGURA 11 – Motivo de procura do curso (alunos) 73
FIGURA 12 – Expectativas após o curso (alunos) 73
FIGURA 13 – Condições de emprego – egressos – antes e depois do curso 74
FIGURA 14 – Avaliação após o curso (egressos) 76

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Comparação de bens de consumo 61
TABELA 2 – Nível escolar dos informantes que estavam cursando o ensino regular 62
TABELA 3 – Nível escolar dos informantes que interromperam os estudos 62
TABELA 4 – Relação entre idade e condição de emprego 68
TABELA 5 – Relação entre sexo e condição de emprego 69
TABELA 6 – Relação entre nível de escolaridade e condição de emprego 69
TABELA 7 – Relação entre computador e condição de emprego 70
TABELA 8 – Relação entre idade e nível de escolaridade 71
TABELA 9 – Perfil de ocupação dos participantes 72
TABELA 10 – Taxa de desemprego, por escolaridade, em % 80
TABELA 11 – Retrato Social dos Incluídos Digitais 90

LISTA DE ABREVIATURAS

ACIC – Associação Empresarial de Criciúma

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

CDI – Comitê de Democratização de Informática

CEF - Caixa Econômica Federal

CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola

CPS - Centro de Políticas Sociais

EICs - Escolas de Informática e Cidadania

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações

GAID - Grupo de Ação para a Inclusão Digital

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IBID - Índice Brasileiro de Inclusão Digital

ICT - *Information an Communications Technology*

ID – Inclusão Digital

ITU - *Internacional Telecommunication Union* (União Internacional das Telecomunicações)

LGT - Lei Geral das Telecomunicações

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

NTs – Novas Tecnologias

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PEA – População Economicamente Ativa

PIT – Programa de Iniciação para o Trabalho

PNDA - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SocInfo - Programa Sociedade da Informação

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

TIN/EIC - Telecentro de Informações e Negócios / Escola de Informática e Cidadania

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNGASS - Assembléia Geral das Nações Unidas

USAID - *United States Agency for International Development*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11
A pesquisa : algumas notas sobre sua origem 11
A problemática da pesquisa 14
1. CAPÍTULO I - SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL 23
1.1. Sociedade da informação 23
1.2. Brasil : políticas públicas de ID 30
2. CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS)..... 38
2.1. As Organizações Não Governamentais 38
2.2. ONGs no contexto do Brasil 42
2.3. A ONG pesquisada 47
2. 3.1 - Estudo exploratório: ONG “Moradia e Cidadania” 47
2. 3. 2 - A ONG pesquisada : breve histórico 50
3. CAPÍTULO III - PROJETO “EDUCAÇÃO DIGITAL” E INSERÇÃO PROFISSIONAL 53
4. CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS: transformações no mundo do trabalho, desemprego e Inclusão Digital. 78
REFERÊNCIAS 85
ANEXO A - Projeto de Lei n° 1.926, de 2003 90
ANEXO B - Tabela Retrato Social dos Incluídos Digitais 91
ANEXO C – Estrutura do questionário 93
ANEXO D – Roteiro de entrevistas 98

INTRODUÇÃO

A pesquisa : algumas notas sobre sua origem

Entendemos que um estudo acadêmico não se constrói isoladamente de nossas experiências de vida e sobretudo de trabalho. Assim, ao fazer a introdução dessa dissertação pensamos ser pertinente apresentar sucintamente alguns dados de nossa trajetória no campo da educação. Durante dez anos, mais precisamente de 1989 a 2000, nossas atividades profissionais foram em uma instituição que atendia crianças de 2 a 10 anos. Durante esse tempo nossa formação e leituras em educação estiveram dirigidas para o desenvolvimento infantil, práticas pedagógicas e outras questões concernentes à educação infantil.

O curso de pedagogia nos possibilitou entrar em outra área de formação agora voltada para as tecnologias da informação. Da educação infantil fomos conhecer um outro universo de trabalho que foi o da formação de jovens e adultos no SESC. A origem desta dissertação está relacionada à nossa segunda experiência em educação, como responsável por projetos de educação de jovens e adultos nos quais as TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação - eram utilizadas como recursos educacionais. Nesse momento coordenávamos um programa de educação complementar que compreendia o ensino supletivo, pré-vestibular e cursos de idiomas no SESC, unidade do bairro Estreito - Florianópolis.

Nossa inserção nos projetos acima citados contribuiu para a definição de um campo de interesse: o da relação entre escolaridade, desemprego e as novas tecnologias. Considerando nossas experiências anteriores, podemos dizer que a transição para esse campo não foi uma tarefa fácil, pois era necessário nos apropriar de uma produção acadêmica não conhecida e desenvolver outra forma de pensar e problematizar a educação. Apostamos nesse risco e aqui estamos para apresentar os limites dessa investida e também o que ela significou para esse novo momento da nossa formação.

Inicialmente se colocava a necessidade de estabelecer o recorte na temática e precisar as questões da pesquisa. O primeiro ano de mestrado, com seus seminários, orientações e leituras sobre projetos de Inclusão Digital no Brasil e outras relacionadas ao tema, teve um papel importante nessa tarefa. Na medida em que avançávamos nas leituras e no conhecimento do campo empírico propriamente dito o projeto foi gradualmente dirigido para o estudo da relação entre inserção profissional e projetos de Inclusão Digital. Dentro desse

grande tema o interesse da dissertação foi direcionado para a seguinte questão: em que medida o provimento ao acesso e à formação básica na utilização das TICs (formação básica em conhecimentos de informática), tal como vem sendo fornecido pelo projeto estudado, gera condições para o acesso ao emprego? Para analisar essa questão, elegemos como local de pesquisa uma Organização Não Governamental que oferece cursos de formação básica em conhecimentos de informática voltados à qualificação profissional e com o objetivo de facilitar o acesso ao emprego.

Após a qualificação do projeto e a pesquisa de campo, tivemos a oportunidade de conhecer ações sociais desenvolvidas pela ONG *Harambee Centre* situada na Inglaterra. No estágio realizado nessa organização foi possível acompanhar a atuação de ONGs internacionais e, mais especificamente, a ONG *Harambee Centre* da cidade de Cambridge. Durante oito meses participamos da ONG *Development Education Centre Harambee Centre*[1]. Esta ONG corresponde a um Centro de Desenvolvimento da Educação (DECs, na sigla em inglês), que fornece informações e recursos para as escolas públicas britânicas com o objetivo de permitir que estudantes compreendam a realidade de países que não são inseridos ou não fazem parte do pólo dinâmico do capital.

Nesse contexto, participamos de dois projetos realizados pela ONG, ambos dirigidos para alunos de escolas públicas britânicas. Por meio do primeiro, *Global Voices*, em português "As vozes do mundo", o Centro *Harambee* aproxima voluntários, geralmente pessoas de outras nacionalidades que vivem na cidade de Cambridge, oriundos principalmente de continentes como África, Ásia e América Latina. Os voluntários compartilham seus conhecimentos e experiências de vida do país de origem por meio de *workshops* nas escolas e na comunidade local. Nessa proposta educativa, entre outras atividades, apresentamos dados relacionados à realidade brasileira para um grupo de aproximadamente 25 jovens entre 15 e 16 anos do *Comberton Village College*.[2]

O segundo projeto do qual tivemos a oportunidade de participar foi o *East Anglian Development Education Network* (EADEN), traduzido para o português como Rede de Desenvolvimento da Educação da Anglia do Leste. Este projeto é financiado pela ONG CAMFED International[3] e executado pela ONG *Harambee* em parceria com autoridades

[1] ONG - Organização Não Governamental é uma definição que tem origem do inglês (*Non-Governamental Organization*).
[2] Para saber mais acessar http://www.combertonvc.org/.
[3] CAMFED International é uma ONG dedicada a oferecer educação às comunidades rurais consideradas "pobres" da África. A CAMFED possui grupos de sua ONG na África, EUA e Inglaterra. Para saber mais acessar: www.camfed.org/html/contact_us.html

ligadas à educação da Inglaterra. Este tem como finalidade desenvolver entre as escolas britânicas e as escolas na região do norte de Ghana, na África,[4] parcerias em programas educacionais. Alunos dos dois países trocam correspondências em busca de conhecimentos específicos, utilizando a língua inglesa. A ONG acredita que essa parceria de aprendizagem está de acordo com o que prevêem as leis ligadas à educação na Inglaterra, ou seja, estão relacionadas com a realização de projetos ligados à cidadania global e à inclusão social.

De um modo geral, os projetos analisados no Brasil e na experiência inglesa convergem em seus propósitos, no sentido de que abordam questões sobre cidadania e inclusão social por meio de atuação educativa e, dessa forma, buscam melhorar ou fortalecer a sociedade civil por meio dessas iniciativas. O caso britânico, desenvolvendo programas educacionais em escolas para jovens, e o caso brasileiro por nós pesquisado, também convergindo educação e inclusão social, são exemplos de iniciativas que buscam a melhoria da "qualidade de vida" da sociedade civil.

Não caberia nesta introdução nos estender na experiência sinteticamente acima relatada. Isso porque inicialmente tínhamos o objetivo de aproximar a pesquisa que realizamos no Brasil às realidades sociais eqüidistantes, na tentativa de compreender diferentes políticas focadas na questão da cidadania e da inclusão social por meio de programas educacionais. Não obstante algumas aproximações encontradas, acreditamos que iríamos desviar o eixo de análise naquilo que é central nesta dissertação, isto é, as políticas de formação digital e de inclusão social, não contempladas na ONG *Harambee Centre*. Além disso, o objetivo inicial de aproximar, nesta dissertação, a experiência brasileira da inglesa se mostrou pouco viável pela amplitude que essa tarefa poderia representar.

No entanto, nosso estágio nesses projetos permitiu compreender a abrangência de atuação das ONGs em uma realidade diferente do Brasil. No Reino Unido há incontáveis ONGs [5] com diferentes políticas e projetos de atuação social. Distantes dos mecanismos conhecidos de governo e de instituições tradicionais, essas ONGs desenvolvem programas de atuação social para países em desenvolvimento. Nossa permanência no local nos colocou em contato com outras problemáticas e permitiu algumas reflexões sobre a inclusão social e formas de compreender essa inclusão. Se grande parte dessas questões não pôde ser tratada neste trabalho certamente terá lugar em outros momentos da vida acadêmica. Com isso queremos dizer que a experiência na pós-graduação vai muito além dos limites da dissertação.

[4] Ghana enfrenta problemas sociais graves após a sua independência da UK. As dificuldades encontradas pelos africanos compreendem condições de exclusão social no que se refere a saneamento básico, ausência de água potável, seca etc.

[5] Para saber mais sobre as propostas dessas ONGs consultar o endereço www.cam-volunteer.org.uk.

Torna-se necessário então apresentá-la. Organizamos a dissertação, que teve como eixo central a relação entre políticas de Inclusão Digital (formação básica em conhecimentos de informática) e inserção profissional, nas seguintes unidades assim denominadas:

a) "Introdução". Aqui apresentamos: 1) algumas notas sobre a origem da pesquisa e 2) questões relacionadas com as transformações no mercado de trabalho e as políticas de Inclusão Digital. É nesse contexto mais geral que delimitamos as questões de estudo, assim como o local e sua metodologia;
b) "Sociedade da Informação e Políticas de Inclusão Digital", onde privilegiamos dois temas: a sociedade da informação e as políticas de Inclusão Digital no Brasil;
c) "Organizações Não Governamentais", que tem por objetivo destacar o papel que vem sendo atribuído às ONGs e as principais ações e fundamentos que norteiam a sua existência. Ainda nessa unidade fazemos uma breve caracterização das ONGs no Brasil com o objetivo de contextualizar aquela que serviu de local de estudo. Em "A ONG pesquisada" destacamos os procedimentos metodológicos para a seleção da unidade estudada, a ONG "Moradia e Cidadania", e, em relação a esta, ressaltamos seus objetivos e iniciativas voltadas à Inclusão Digital;
d) "Projeto de Educação Digital[6] e Inserção Profissional": um estudo de caso na ONG "Moradia e Cidadania". Nessa parte é possível conhecer algumas características que compõem o perfil sócio-econômico e escolar, assim como a situação profissional de dois grupos estudados: o dos alunos do projeto de Inclusão Digital e dos egressos do mesmo curso;
e) "Considerações finais: as transformações no mundo do trabalho, desemprego e Inclusão Digital". O objetivo dessa seção foi destacar algumas transformações ocorridas no mercado de trabalho de forma a compreender a relação entre as iniciativas voltadas para a qualificação profissional no que tange à utilização das TICs e o problema do desemprego.

A problemática da pesquisa

Nas últimas décadas, mais precisamente nos anos 90 do século XX, o movimento contínuo de valorização do capital associado às transformações do mercado de trabalho no

[6] O projeto de inclusão digital na ONG pesquisada é denominado "Educação Digital". Por essa razão, quando citamos nesta dissertação "Educação Digital" é porque trata exatamente do curso oferecido pela ONG "Moradia e Cidadania".

atual desenvolvimento de tecnologias de informação e de comunicação [7], entre outras razões, tem suscitado um amplo debate em torno do futuro do trabalho e das exigências que o mercado impõe aos que pretendem uma inserção profissional. Desde então o Brasil tem apresentado um quadro crescente de desemprego e de degradação do emprego formal com mudanças substanciais nas características do mercado de trabalho [8].

Dados do Censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que até o final dos anos 80 o desemprego estava concentrado entre pessoas de baixa escolaridade e com pouca experiência profissional. Contudo, no decênio seguinte ele cresceu significativamente, passando a atingir populações com maior escolaridade, inclusive com nível superior. Essa observação se apóia também nos estudos de Márcio Pochmann e outros autores (2003), registrados no livro "Atlas da Exclusão Social no Brasil" [9], os quais indicam vários impactos decorrentes do processo de globalização do país no período de 1980 - 2000. De acordo com os autores, nesse período o perfil do desempregado [10] se alterou, passando de famílias migrantes, numerosas, cujos membros apresentavam baixa renda e escolaridade para o perfil do homem branco, nascido em grandes centros, proveniente de famílias menores e com maior grau de escolaridade. A mudança indica que, proporcionalmente, o índice do desemprego tem crescido mais na população escolarizada do que naquela que detém menor grau de escolaridade. Pochmann *et al.* (2003) denominam o período entre 1980 e 2000 como a transição da "velha exclusão" para a "nova exclusão" social. De acordo com a pesquisa dos

---

[7] Sobre o assunto ver o artigo de TUMOLO, P. S (2000) "Subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital: apontamentos de interpretação do capitalismo contemporâneo".

[8] Nesta dissertação adotamos o conceito de mercado de trabalho no sentido da forma especificamente capitalista de produção de mercadorias. Conforme comenta Tumolo (2003, p. 8-10), No capitalismo, a produção da vida humana se processa por intermédio do mercado, que pode ser entendido, grosso modo, como o lugar social no qual todos os indivíduos, para poderem viver, precisam comprar e vender mercadorias. (...) as relações de produção especificamente capitalistas (...)caracterizam-se pela compra da força de trabalho pelo capitalista, detentor dos meios de produção, de tal maneira que a força de trabalho produz uma mercadoria que é propriedade do capitalista, e este a vende no mercado pelo seu valor. Ao produzir a mercadoria que vai ser vendida, o trabalhador produz também mais-valia, que será acumulada pelo capitalista, em um movimento incessante, configurando o movimento do capital. Tal relação só ocorre quando existem dois sujeitos sociais, que estabelecem a compra e venda da força de trabalho. De um lado, estão os proprietários dos meios de produção e, de outro, os trabalhadores que vendem sua força de trabalho, de tal maneira que os trabalhadores produzem mercadoria para o capitalista, que vai vendê-la, realizando, assim, a extração da mais-valia, em um processo insaciável de valorização de valor.

[9] No início do ano de 2005, foi lançado o 5º volume do Atlas da Exclusão Social, cujo título é Agenda Não Liberal da Inclusão Social no Brasil (Editora Cortez). Coordenado por Pochmann, o livro propõe estratégias para que, no período de 2005 a 2020, governo e sociedade civil possam promover o desenvolvimento e o bem-estar social brasileiro. De acordo com o autor, os quatro primeiros volumes da série mapearam a situação da exclusão social no Brasil e o quinto volume vai além do diagnóstico. Ele propõe uma agenda não liberal de inclusão em oito complexos sociais fundamentais, a saber: educação, saúde, habitação, cultura, inclusão digital, pobreza, trabalho decente e previdência social.

[10] De acordo com o DIEESE, desempregados "são indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança". *In* : DIEESE, A situação do trabalho no Brasil, p. 325.

autores, no primeiro período (1980-1990) as políticas públicas buscavam a erradicação do analfabetismo e da pobreza, enquanto atualmente a busca é pelo combate à violência e pela geração de empregos.

No mesmo livro, resultado de uma pesquisa de dois anos sobre a situação da exclusão social no Brasil os autores apresentam indicadores relevantes sobre a qualidade de vida no Brasil, em 2002. Por exemplo, os resultados dessa pesquisa mostram que, em 2002, 41,6% dos municípios do país situavam-se na linha que se considera de exclusão social, isto é, 2.290 municípios de um total de 5.507 apresentavam índices preocupantes em um conjunto de sete indicadores avaliados na construção do "índice de exclusão": pobreza, homicídio, emprego, escolaridade, analfabetismo, desigualdade e juventude.

Para esta dissertação de mestrado interessam particularmente as questões relacionadas à escolaridade, ao emprego e ao desemprego da população que procura uma qualificação profissional mediante cursos oferecidos em ONGs. Pesquisas indicam que os postos de trabalho formal estão desaparecendo e que o trabalhador, diante do desemprego crescente, busca ampliar sua qualificação profissional[11] para inserir-se, reinserir-se ou manter-se no emprego. Prova disso pode ser observada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001, levantamento realizado anualmente pelo IBGE. Segundo este instituto, se por um lado o brasileiro enfrenta maior desemprego e redução de renda, por outro, tem freqüentado mais a escola [12]. A pesquisa constata a demanda crescente de jovens e adultos por escolarização como forma de enfrentarem a acirrada competição para preenchimento de vaga em um mercado de trabalho cada vez mais concorrido.

Na relação entre escolaridade/emprego/desemprego e exclusão social há considerar a problemática relacionada às transformações no mercado do trabalho e suas conseqüências para a inserção social e profissional, particularmente da população jovem, por ser a mais atingida pelas transformações já sublinhadas. Conforme observa Pochmann (2002, p. 103),

> No Brasil, a retração nos postos de trabalho ocupados por jovens foi uma constante nos anos 90. Não apenas assistiu-se à eliminação de vagas tradicionalmente ocupadas por jovens, como também ocorreu uma ampliação da concorrência pelos poucos empregos entre jovens e adultos.

[11] Adotamos nesta dissertação o conceito de qualificação profissional utilizado por Ferreti (2004). Segundo o autor, "(...) pode-se dizer que a concepção essencialista de qualificação profissional está diretamente relacionada ao progresso técnico. Segundo tal concepção, o desenvolvimento da tecnologia demanda, a cada momento, que o trabalhador desenvolva novas habilidades e conhecimentos que lhe permitam lidar adequadamente com os avanços tecnológicos". (FERRETI, 2004, P. 421)

[12] Sobre essa questão ver o texto de Ferraro (1999) que analisa as taxas de escolarização no Brasil na década de 1990.

Segundo ainda dados divulgados pelo DIEESE, nas seis áreas metropolitanas [13] onde mensalmente foram realizadas as pesquisas, o desemprego de jovens entre 16 e 24 anos ultrapassou 30% em 1999, "evidenciando o alto grau de dificuldade de sua inserção no mercado de trabalho" (DIEESE, 2001, p.149).

Diante desse quadro delineia-se um conjunto de opções macroeconômicas e políticas públicas voltadas à qualificação profissional do trabalhador e à geração de empregos.

Entre as alternativas que vêm sendo apontadas para combater o desemprego estão as políticas públicas de Inclusão Digital (ID). A conceituação de ID é ampla e complexa. Destacamos aqui a definição de Sérgio Amadeu da Silveira: "uma definição mínima passa pelo acesso ao computador e aos conhecimentos básicos para utilizá-lo. Atualmente, começa a existir um consenso que a vincula ao acesso à rede mundial de computadores (...). Portanto, a ID dependeria de alguns elementos (...) o computador, o telefone, o provimento de acesso e a formação básica em *softwares* aplicativos". (SILVEIRA, 2003, p.18)

Neste trabalho corroboramos as idéias do Paulo Rêbelo, subeditor do *site Webinsider*. Segundo o autor, Inclusão Digital significa

> (...) melhorar as condições de uma determinada região ou comunidade com a ajuda da tecnologia. A expressão nasceu do termo "digital divide", que em inglês significa algo como "divisória digital". Hoje, a depender do contexto, é comum ler expressões similares como democratização da informação, universalização da tecnologia e outras variantes parecidas.[14]

Os projetos de ID têm como referência dois livros: o Livro Verde e o Livro Branco do Programa da Sociedade de Informação (SOCINFO), elaborados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Esse programa considera a universalização do acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como condição para a inserção na chamada "Sociedade da Informação" [15] e redução das

---

[13] Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

[14] Esta citação foi extraída do artigo "Inclusão digital: o que é e a quem se destina?" do autor Paulo Rêbelo, disponível no endereço http://webinsider.uol.com.br/index.php/2005/05/12/inclusao-digital-o-que-e-e-a-quem-se-destina/. Acesso em 11 de maio de 2006. Este trabalho foi originalmente publicado em março de 2005 no jornal Folha de Pernambuco.

[15] A Inclusão Digital foi tema de debate no final de 2003. Essa decisão foi resultado da Assembléia Geral das Nações Unidas (UNGASS) ao promover em Genebra a primeira etapa da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação. A segunda etapa aconteceu em Tunis, em 2005. A convite da União Internacional das Telecomunicações *(Internacional Telecommunication Union* – ITU), órgão do sistema das Nações Unidas (UNESCO) e, da OIT (Organização Internacional do Trabalho), governos, setor privado e sociedade civil estiveram reunidos para discutir um novo modelo de sociedade – a Sociedade da Informação. Para saber mais a respeito deste conceito ver Schaff (1991), Drucker (2000), Takahashi (2000).

desigualdades sociais. A obra desdobra-se em sete linhas de ação das quais destacamos três pela sua pertinência com o projeto em questão (TAKAHASHI, 2000). São elas:

a) **mercado, trabalho e oportunidades:** oferta de novas formas de trabalho por meio do uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação;
b) **universalização de serviços e formação para a cidadania:** a promoção de modelos de acesso coletivo ou compartilhado à *Internet*; o fomento a projetos que promovam a cidadania e a coesão social;
c) **educação na sociedade da informação**: certificação em tecnologias de informação e comunicação em larga escala.

O objetivo da política atual do Governo Federal é dar continuidade a esse programa, preparando um plano estratégico [16] para a "sociedade da informação" no país. As políticas públicas de ID, ou infoinclusão, consideram que o acesso à informação é fator determinante para o desenvolvimento social e econômico do país. Nesse sentido, um dos objetivos é expandir o número de acessos às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para a grande maioria da população brasileira. É possível deduzir que o objetivo é promover a igualdade social pela multiplicação de informações por meio das TICs, isto é, considera-se que as TICs quando restritas a uma pequena parcela da população acentuam as diferenças sociais.

As justificativas presentes nas propostas governamentais para a diminuição da exclusão social mediante a expansão da ID são direcionadas para o seguinte público alvo : comunidades de baixa renda, jovens em situação de rua ou desempregados, presidiários, pessoas portadoras de necessidades especiais, população indígena, entre outros. O pressuposto é de que o conhecimento e a utilização das Novas Tecnologias (NTs) abrem oportunidades de trabalho e de geração de renda, assim como possibilitam o acesso a fontes de informação e

[16] O projeto de Lei nº 1.926, de 2003, é mais uma estratégia do Estado para implementar o programa de inclusão digital para o Brasil, o qual institui o Índice Brasileiro de Inclusão Digital (IBID). Cf PL, no anexo A desta dissertação. Outro projeto, o "Casa Brasil", é também uma iniciativa do Governo Federal com o apoio de órgãos públicos, bancos e empresas estatais para levar inclusão digital, cidadania, cultura e lazer às comunidades de baixa renda. "O objetivo é criar um equipamento público com diversos módulos em que se realizam atividades em torno dos temas Inclusão Digital e Sociedade da Informação (…). Casa Brasil é um espaço comunitário, de uso gratuito e acesso irrestrito, que tem por finalidade funcionar como um centro de inclusão digital, divulgação da ciência, cultura e arte, gerando inclusão social e ampliação da cidadania. As unidades do Casa Brasil serão implantadas em comunidades de baixa renda com o objetivo de reduzir a desigualdade social e proporcionar a inserção crítica das comunidades na sociedade do conhecimento. Para cada unidade serão destinados, além dos equipamentos para cada módulo, recursos no valor de R$ 101.080,00 em custeio, capital e bolsas para o período de um ano". Extraído em 16-10-2005 do endereço http://www.iti.br/twiki/bin/view/Main/CasaBrasil.

espaços de sociabilidade para esses grupos sociais. A hipótese veiculada é de uma relação mais ou menos direta entre ID e inserção profissional.

No Brasil, a discussão sobre a infoinclusão está presente nas diretrizes sociais e políticas educacionais como possibilidade de amenizar a exclusão social. Está evidenciado o direcionamento da formação e qualificação da força de trabalho para as novas tecnologias como possibilidade de enfrentar o problema do desemprego, partindo do pressuposto de que o acesso e as formações que envolvam as TICs representam um fator importante de inserção profissional e promoção da participação política da população excluída socialmente.

No que diz respeito à relação entre escolaridade, emprego e desemprego, são os jovens e adultos que não finalizaram o ensino básico (Ensino Fundamental e Médio) que constituem o público prioritário dos debates dessas políticas públicas. O argumento presente na maioria dos projetos de ID no Brasil é de que ao adquirirem conhecimentos na área da informática e *Internet* essas pessoas terão maiores oportunidades no mercado de trabalho.

Uma análise da relação entre escolaridade e ID é realizada pelo economista Marcelo Néri, em Mapa da Exclusão Digital, responsável por um estudo elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que observa, com base no Mapa da ID no Brasil [17], um certo número de limites quando é levada em conta a baixa proporção daqueles que têm acesso aos novos meios de informação: dos 170 milhões de brasileiros apenas 26 milhões têm acesso a computador. O autor apresenta ainda dados sobre a relação entre escolaridade e acesso a computadores: entre as pessoas de 1 a 4 anos de estudos, a taxa de inclusão é de 4,84 %; entre os que estudaram mais de 12 anos, ela sobe para 58,92% %. A escolaridade média dos incluídos é de 8,72 anos, quase o dobro da dos excluídos. Os Estados com maior grau de ID são São Paulo (49,7%), Paraná (37,2%) e Rio de Janeiro (34,4%). O autor mostra, assim, que o acesso aos computadores reflete as desigualdades sociais e econômicas existentes no Brasil. Apesar das desigualdades assinaladas, o autor concorda que as políticas públicas para a ID no Brasil devem estar voltadas principalmente para os jovens, pois o acesso à informática pode criar oportunidades de emprego.

Nesse sentido, **nosso trabalho de dissertação representa uma tentativa de estudar as aproximações ou não da relação entre Inclusão Digital e inserção no mercado de trabalho.** Passamos então a explicitar nossa pesquisa.

[17] A pesquisa utilizou dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílio) de 2001 e do Censo de 2000 em que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) efetuou os primeiros levantamentos de acesso a computadores e à *Internet*. O mapa foi uma iniciativa conjunta da ONG Comitê para Democratização da Informática (CDI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), da empresa de informática *Sun Microsystems* e da organização USAID (Agência Internacional de Desenvolvimento dos EUA).

Tendo em vista o aumento significativo dos projetos de ID que buscam qualificar trabalhadores, sobretudo desempregados, para o mercado de trabalho, o objetivo geral do presente estudo é analisar em que medida o provimento ao acesso e à qualificação na utilização das TICs passa a oferecer, segundo dados fornecidos por aqueles que freqüentam ou freqüentaram esses projetos, condições para obter emprego. Com esse objetivo pretendemos contribuir para o debate sobre a inserção profissional e sua relação com a formação básica em conhecimentos de informática.

Um dos objetivos específicos deste trabalho é a verificação das características do projeto "Educação Digital" oferecido pela ONG "Moradia e Cidadania", localizada em Florianópolis, assim como das condições sociais e escolares do público atingido.

Outro objetivo consiste em identificar a situação de trabalho, avaliado pela condição de emprego e desemprego, dos egressos dos cursos de "Educação Digital" oferecidos pela ONG "Moradia e Cidadania", entre 2001 e 2003.

É também propósito de nosso estudo conhecer o significado e possíveis repercussões desses cursos para os egressos diante do problema do desemprego.

Os argumentos apresentados em defesa da ID como instrumento de redução do desemprego fazem parte do discurso oficial, mas não temos dúvida de que se faz necessário um questionamento sobre o real alcance desse objetivo. Com isso queremos dizer que não é suficiente concentrar ações e políticas de Inclusão Digital. Em primeiro lugar é preciso considerar tais iniciativas no quadro dos problemas sociais e inserção profissional na dinâmica da sociedade contemporânea.

Sair do discurso e apresentar respostas fundamentadas em dados coletados junto à população atendida pelos projetos de qualificação em TICs são os propósitos da presente pesquisa. Entre outras questões nos interessa verificar se os projetos voltados para essa formação têm de fato atendido a população dos excluídos socialmente e quais as repercussões para o acesso ao trabalho. Para responder às questões levantadas realizamos uma pesquisa com egressos dos cursos de ID, na cidade de Florianópolis, entre 2001 e 2003, apoiada em dois eixos de análise:

- o primeiro compreendeu um levantamento preliminar para identificar o perfil dos alunos que freqüentam esses cursos quanto às suas características sociais e escolares (idade, sexo, escolaridade, renda familiar, situação profissional). Para conhecer essa realidade aplicamos no ano de 2004 um questionário com perguntas fechadas e outras

com maior margem de liberdade nas respostas, para duas turmas, cada uma com 15 estudantes, totalizando 30 questionários respondidos;

- o segundo consistiu em um estudo com 15 alunos egressos (entre 15 e 32 anos) dos cursos de ID no período de 2001 a 2003. Para a identificação desses egressos levantamos dados constantes das fichas preenchidas pelos candidatos no momento da inscrição dos referidos cursos. Com esse grupo foram realizadas entrevistas com o seguinte roteiro de questões :

1) Por que procuram os cursos de Inclusão Digital (ID)?

2) Qual a avaliação que fazem desses cursos frente às condições atuais do mercado de trabalho?

3) Em que medida ter um certificado de curso de informática contribuiu para sua inserção no mercado de trabalho?

4) Quais foram as ocupações profissionais que acessaram?

5) Foram ocupações relacionadas com a área de formação?

6) Os conhecimentos adquiridos no curso de ID auxiliaram no desempenho do trabalho?

7) Que outros benefícios essa formação propiciou?

As entrevistas foram agendadas por telefone, e o conteúdo foi gravado e transcrito na sua totalidade. Os locais das entrevistas foram bastante variados. Como dependíamos da definição dos entrevistados, as entrevistas aconteceram no centro da cidade de Florianópolis ou em bairros da periferia e nas residências dos informantes.

Assim, os dados obtidos permitiram analisar a relação entre formação básica em conhecimentos de informática e inserção no mercado de trabalho, como também conhecer a demanda e o tipo de público que freqüenta os cursos voltados à qualificação digital. O problema central foi compreender em que medida os projetos de ID, mediante programas que têm como um de seus objetivos centrais qualificar trabalhadores pela utilização das novas tecnologias de informação, contribuem efetivamente para a inserção profissional. Para efeito deste estudo, o computador e a *Internet* são considerados os meios de comunicação, anunciados nos projetos de ID, como formas de inserir socialmente a população, sobretudo os desempregados.

O estudo proposto tem por temática a relação entre o trabalho e a educação e é dirigido para os alunos em formação e ex-alunos do projeto de “Educação Digital” oferecido pela ONG “Moradia e Cidadania” na cidade de Florianópolis, que funciona com apoio da Caixa Econômica Federal (CEF). Esse projeto é destinado à qualificação profissional na área da informática mediante cursos voltados para os conhecimentos de programas da empresa

Microsoft, tais como *Office* com *Word*, *Excel*, *Power Point* e o *Internet Explorer*, conforme descreveremos posteriormente na metodologia.

Optamos pela realização de um estudo de caso no projeto de ID da ONG "Moradia e Cidadania", em Florianópolis. Esse tipo de estudo se caracteriza, segundo Marli André (1995:31), por "uma unidade com limites bem definidos, tal como uma pessoa, um programa, uma instituição ou um grupo social. O caso pode ser escolhido porque é uma instância de uma classe ou porque é por si mesmo interessante. De qualquer maneira, o estudo de caso enfatiza o conhecimento do particular". Mas essa particularidade, como observa a autora, não impede que o pesquisador "esteja atento ao seu contexto, às suas inter-relações como um todo orgânico e à sua dinâmica como um processo, uma unidade de ação". A escolha de uma metodologia baseada no estudo de caso se justifica pela necessidade de observar *in loco* a forma pela qual são introduzidos cursos de ID em uma instituição específica sem, no entanto, desconsiderar as mediações entre a formação oferecida no plano local e a problemática mais ampla do emprego no país.

Como anteriormente descrito, foi realizada uma pesquisa empírica no período de abril a agosto de 2004. O levantamento de dados foi realizado com base em questionários aplicados para um número de 30 alunos e entrevistas com egressos dos cursos. O questionário (anexo C) compreendeu questões formuladas com o objetivo de obter dados referentes às condições sociais e econômicas dos alunos com base nos seguintes indicadores: moradia, bens de consumo duráveis, acesso aos meios de comunicação, educação e renda. Levantamos também as expectativas em relação ao curso e ao mercado de trabalho. A finalidade das entrevistas foi levantar outros dados que permitissem verificar, junto àqueles que já haviam freqüentado um curso de ID, em que medida a formação recebida contribuiu ou não para acesso ao emprego.

Neste estudo foi realizado também um detalhado levantamento de informações da ONG, prestadas pela coordenadora do projeto, para o conhecimento dos objetivos e de outras questões relevantes ao projeto. Serviram também de referência para este trabalho dados provenientes de fontes oficiais, a saber: Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), Ibope e Ministério do Trabalho.

1. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL

Desenvolveremos essa unidade em três temas: a sociedade da informação; as políticas de ID, o desemprego no quadro das transformações do mundo do trabalho.

1.1 - Sociedade da informação

Conforme leituras realizadas, encontramos diferentes nomenclaturas para definir as mudanças em termos de informação e conhecimento na sociedade contemporânea e, nos discursos que sustentam defesas dos projetos de ID, as interpretações são às vezes contrastantes. Como exemplo citamos a divergência existente sobre o conceito de "sociedade do conhecimento".

Diversos autores defendem a sociedade do conhecimento utilizando, conforme Quartiero (2001), diferentes nomenclaturas para configurar a sociedade contemporânea como "aldeia global" (McLuhan, 1995, originalmente 1964), "sociedade pós-industrial" (Bell, 1977), "sociedade pós-capitalista" (Drucker, 1993), "sociedade informática" (Schaff, 1991), "sociedade da informação" (Toffler, 1994), "teia global" (Reich, 1993), "infoera" (Zuffo, 1996).

Nesse grupo inclui-se também o cientista social espanhol Manuel Castells, que denomina a sociedade da informação como "sociedade em rede". O autor analisa o processo evolutivo histórico das tecnologias em sua obra "O poder da identidade", integrante da trilogia "A era da informação: economia, sociedade e cultura" (1999), na qual avalia as questões sociais, econômicas e políticas balizadas com o uso das novas tecnologias. Acredita que com a revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capital foi iniciada uma nova forma de sociedade, a "sociedade em rede", que é

> caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade de emprego e da individualização da mão-de-obra. (1999, p. 17, V.II)

Em outra obra, "A galáxia da *Internet*" (2003), o mesmo autor considera que para resolver os problemas do terceiro mundo há necessidade de uma economia e de um sistema de administração baseados na *Internet*. Segundo o autor,

> Desenvolvimento sem a *Internet* seria o equivalente à industrialização sem eletricidade na era industrial (...); sem uma economia e um sistema de administração baseados na *Internet* qualquer país tem pouca chance de gerar os recursos necessários para cobrir suas necessidades de desenvolvimento, num terreno sustentável – sustentável em termos econômicos, sociais e ambientais. (2001, p. 269)

O autor acredita que as TICs são instrumentos fundamentais para o desenvolvimento do "Terceiro Mundo". Para ele, cada vez mais as sociedades estão conectadas globalmente em redes de informação que condicionam toda a sua dinâmica. Dessa maneira, as inovações viabilizadas pelas TICs das últimas décadas irão transformar os modos de vida e de interação na sociedade, ou seja, para ele, estamos vivenciando a passagem de um modo de desenvolvimento industrial para um modo de desenvolvimento informacional, mesmo considerando as disparidades em termos de poder político e econômico que essa situação implica.

Castells analisa a presença das tecnologias na sociedade contemporânea buscando compreender as características do paradigma da tecnologia da informação. Dentre os elementos característicos que o autor destaca está a sua compreensão da informação como mercadoria e, também, como parte integrante da atividade humana, porque acredita que a produção da nossa existência é diretamente afetada pelos novos meios tecnológicos.

Uma outra tendência que pode ser reconhecida, conforme indicação de Quartiero (2001, p. 3), é representada por aqueles que não concordam com a nomenclatura "sociedade do conhecimento" e com a possibilidade concreta dessa sociedade "frente à heterogeneidade da realidade atual com sua distribuição desigual de informações. A esse respeito ver Gentili (1994), Moura (1996), Chesneaux (1996) e Dantas (1996). (2001, p. 3).

De acordo com a análise de Quartiero e Bianchetti (2003, p. 2), a informação disponível a partir das TICs "adquire um caráter cada vez mais político: divide os países em ricos ou pobres de informação". É de observar uma divisão entre ter e não ter acesso à informação expressa na materialização de uma forma de inclusão subordinada. A esse respeito Bianchetti comenta sobre o significado do termo "exclusão", freqüentemente utilizado nos discursos de Inclusão Digital, e questiona sua aplicação:

> Não se pode falar em exclusão, mas, entre a forma ativa e a subordinada de incorporação à chamada sociedade da informação, os países periféricos serão submetidos a esta última forma. Assim sendo, é de se questionar se a tão

> propalada *superhighway* propiciará as condições para uma democracia digital ou para a aristocracia da informação. (Bianchetti, 2001, p. 60)

Também nessa perspectiva critica outros autores que sinalizam que no discurso da "sociedade do conhecimento" é necessário refletir em que medida a importância dada à informação evidencia a hegemonia do capitalismo. Nesse sentido vale ainda acrescentar a observação de Moraes *et al.* (2003), segundo os quais,

> As novíssimas tecnologias da informação e comunicação (NTIC) que tomaram vulto, sobretudo, a partir da década de noventa, foram definidas, em uníssono, como os elementos básicos da dinâmica da nova ordem mundial e do exercício da cidadania, resposta às demandas de uma ordem econômica e social em incessante transformação, necessitando informação e comunicação rápida entre os povos. (2003, p. 3)

As referências mais críticas sobre sociedade da informação indicam que não é possível limitar a análise dessa questão a uma leitura polarizada sobre o benefício das TICs. A partir das questões apontadas, questionamos: afinal, o que é a sociedade do conhecimento? Por que razão é enfatizada nos discursos que promovem os projetos de ID? Bianchetti (2001), analisando o papel estratégico atribuído à informação para a supremacia do capital financeiro, comenta:

> Hoje, além do aspecto político, a valorização econômica da informação é cada vez mais evidente. O uso mercantil da informação, ou indo mais direto, a sua transformação em mercadoria, redimensiona toda a relação com o estoque de informações, com o possuidor – tanto humano quanto mecânico – e com os meios, provocando e conformando transformações no processo de produção e circulação. Podemos afirmar que a informação apresenta dupla face de constituir-se como esfera produtora de mercadorias, mas também de entrar na esfera da circulação, ela própria, enquanto mercadoria. (2001, p. 49)

Para esse autor (2001, p. 52), a instituição da sociedade do conhecimento contribui para tornar homogêneo o que é contraditório na medida em que camufla os conflitos de classe e as diferenças entre regiões, países e blocos.

Nessa perspectiva, parece que o acesso à informação e ao conhecimento científico e técnico, embora tenha sido desde sempre importante para a produção capitalista, tornou-se mercadoria. Ter acesso a computadores e *Internet* transformou-se numa finalidade estratégica para a reprodução social e do capital.

Na adoção de nomenclaturas como “sociedade do conhecimento”, “da informação” ou ainda “sociedade em rede” é necessário considerar também o que revelam as estatísticas, por exemplo, quanto ao acesso à *Internet*. Segundo pesquisa realizada pelo IBGE (2003) e pelo IBOPE *Netratings* (2005), é possível concluir que se existe uma sociedade do conhecimento ela está diretamente relacionada à condição de classe. Num país como o Brasil, com grandes desigualdades sociais, somente uma parte restrita de sua população é beneficiada pelas TICs. Dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA) revelam que somente 12,6% da população têm computador e 8,6% têm *Internet*. Essa desigualdade não é uma realidade específica à situação brasileira, conforme podemos observar na citação abaixo:

> As estatísticas apontam que, no mundo, apenas 5% da população (305 milhões de pessoas) têm acesso à *Internet*, assim distribuídos: Estados Unidos e Canadá (44,9%), Europa (27,4%), Ásia (22,6%), América Latina (3,5%), África (0,6%). No Brasil, o quadro de exclusão é semelhante. Somente 8% da população (13,6 milhões de pessoas) acessam à *Internet* de computadores em casa (pesquisa Ibope *e-Ratings.com*). Desse total 80% pertencem às classes A e B. (GALVÃO, 2003)

Nossa aproximação com a experiência da Inglaterra mostrou também que ao quantificar o que seria a ID não podemos nos ater unicamente à posse ou não de computador e *Internet* no domicílio. Apresentamos alguns dados para justificar essa observação. No caso específico da Inglaterra, não ter computador em casa não é verdadeiramente um problema, uma vez que sempre estão disponíveis para a população diversos terminais de computadores com acesso à *Internet* em bibliotecas comunitárias. A grande parte das iniciativas de ID na UK é administrada pela prefeitura da região (*City Council*). Outro projeto que se destaca é o *Cambridge Online City* (www.colc.co.uk/) no qual todo cidadão pode freqüentar cursos gratuitos de informática, presenciais ou a distância, em diferentes pontos da cidade, como também acessar à *Internet* para realizar trabalhos profissionais e escolares.

A realidade britânica com relação ao acesso a computadores e à *Internet* é eqüidistante da brasileira. Prova disso, no ano de 2004, nas escolas na Inglaterra, havia um computador para cada 7.5 estudantes, número três vezes maior que em 1994.[18] Na UK os computadores foram difundidos como recurso pedagógico nas escolas desde 1980. A ICT (*Information an Communications Technology*) faz parte do currículo nacional desde 1990 em todas as áreas de conhecimento.

[18] Cruzamento dos dados do *Census* 2001 com dados da pesquisa do Ministério da Educação da UK nos anos de 2003 e 2004.

Em 1994 nas escolas primárias havia um computador para cada 23 estudantes e em 2004 um para cada oito estudantes. Em escolas secundárias havia um computador para cada 10 estudantes em 1994 e um para cada cinco alunos em 2004. As escolas especiais tiveram a porcentagem ainda mais baixa em 2004: um computador para cada três alunos.

Uma pesquisa nacional inglesa *UK Households*[19], publicada em abril de 2005, demonstra que 52% dos britânicos estavam *on-line* na UK em dezembro de 2004, representando 12,6 milhões de pessoas, o que é significativo se comparado com apenas 9% (2,2 milhões) no mesmo trimestre de 1998. Em fevereiro 2005 esse número já representava 59% dos adultos no Reino Unido utilizando a *Internet*.[20] Assim, falar em ID na UK é irrelevante, porque os dados da pesquisa apontam quase total acesso da população inglesa ao computador e à *Internet*.

Inclusão Digital nos remete então a uma expressão muito generalizada, mas que faz parte de uma agenda que deu origem a inúmeros programas de ação. Em se tratando da América Latina, nos anos 1990 foram diversas as estratégias e propostas voltadas à expansão da informática. Para aprofundar um pouco mais essa questão, consideramos o estudo realizado pelo organismo internacional: a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Em seu diagnóstico, o destaque para as TICs se apóia na crença em um novo modelo de organização da sociedade, e não mais no modelo de sociedades baseadas no trabalho.

O trabalho difundido por esta comissão - CEPAL - propõe um novo modelo de sociedade, a sociedade da informação, para a qual o conhecimento e a informação são responsáveis pelo progresso técnico, pelo desenvolvimento econômico, pela produtividade do trabalho, pela mobilidade social e pela competitividade internacional nas sociedades contemporâneas. Esses seriam os elementos que constituiriam a base estruturadora de uma nova ordem social, conforme citado anteriormente, a "sociedade da informação".

O objetivo declarado pela CEPAL é discutir a necessidade de expansão das TICs e a sua operacionalização, apresentando estratégias que possibilitem a capacitação dos indivíduos por meio de treinamentos e uso da tecnologia. Segundo os documentos apresentados, a

---

[19] Pesquisa realizada por *UK Households* sobre o acesso à *Internet* residencial. Pesquisa *Individuals accessing the Internet – National Statistics Omnibus Survey*. *Access to Internet from home – Source - Family Expenditure Survey* (*April 1998 to March 2001*); *Expenditure and Food Survey* (*April 2001 onwards*, publicada em 26 de abril de 2005).

principal meta é a promoção da qualificação profissional dos trabalhadores para que possam estar aptos a serem incorporados no setor produtivo.

Na publicação *Transformación productiva con equidad* (1995), a CEPAL enfatiza a urgência na implementação de mudanças educacionais em termos de conhecimentos e habilidades específicas no contexto da reestruturação produtiva. No ano de 1992, a CEPAL publicou outro documento sobre esta questão, *Educación y conocimiento: eje de la ttransformación productiva con equidad*, co-relacionando educação, conhecimento e desenvolvimento nos países da América Latina e do Caribe, e coloca como de suma importância as reformas nos sistemas educacionais para a capacitação profissional e produção científico-tecnológica.

Em trabalho conjunto realizado pela CEPAL e pela UNESCO denominado "Marco de Ação de Dakar"[21], é possível observar outras metas em educação, como a alfabetização e a educação de jovens e adultos :

> (...) assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso eqüitativo à aprendizagem e às habilidades para a vida e programas de formação para cidadania e alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos até 2015. (UNESCO, 2000, p. 8)[22]

Para alcançar esses objetivos, os países da América Latina estão comprometidos em estruturar organismos nacionais e internacionais para promover políticas de Inclusão Digital que possam assegurar o engajamento e a participação da sociedade civil no desenvolvimento

[21] Documento original intitulado "Foro Mundial de la Educación. Marco de Acción de Dakar. Educación para Todos: cumplir nuestros compromisos comunes. Paris, UNESCO, 2000". Extraído do endereço http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001211/121147s.pdf no dia 07-01-2004.

[22] No texto traduzido do original figuram ainda os seguintes objetivos: "i) extender y mejorar la protección y educación integrales de la primera infancia, especialmente para los niños más vulnerables y desfavorecidos; ii) velar por que antes del año 2015 todos los niños, y sobre todo las niñas y los niños que se encuentran en situaciones difíciles, tengan acceso a una enseñanza primaria gratuita y obligatoria de buena calidad y la terminen; iii) velar por que las necesidades de aprendizaje de todos los jóvenes y adultos se satisfagan mediante un acceso equitativo a un aprendizaje adecuado y a programas de preparación para la vida activa; iv) aumentar de aquí al año 2015 el número de adultos alfabetizados en un 50%, en particular tratándose de mujeres, y facilitar a todos los adultos un acceso equitativo a la educación básica y la educación permanente; v) suprimir las disparidades entre los géneros en la enseñanza primaria y secundaria de aquí al año 2005 y lograr antes del año 2015 la igualdad entre los géneros en relación con la educación, en particular garantizando a las jóvenes un acceso pleno y equitativo a una educación básica de buena calidad, así como un buen rendimiento; vi) mejorar todos los aspectos cualitativos de la educación, garantizando los parámetros más elevados, para conseguir resultados de aprendizaje reconocidos y mensurables, especialmente en lectura, escritura, aritmética y competencias prácticas esenciales".

de estratégias para a Inclusão Digital, objetivando promover a "eqüidade" pela via da educação e, conseqüentemente, a diminuição das disparidades entre regiões.

De acordo com os documentos apresentados pela CEPAL, a qualificação dos trabalhadores poderia favorecer o desenvolvimento social e econômico desses países, pois garantiria trabalhadores qualificados. O referencial que sustenta as propostas está apoiado em teóricos como Schultz, partindo da seguinte lógica quanto à questão da qualificação dos indivíduos: 1) as pessoas se educam; 2) a educação tem como principal efeito ampliar e transformar as habilidades e os conhecimentos das pessoas; 3) quanto mais as pessoas estudam, mais ampliadas suas habilidades e, teoricamente, maior é sua produtividade; 4) a maior produtividade permitirá às pessoas maior renda. Para esse autor, o crescimento econômico depende de trabalhadores capacitados que possam produzir mais, gerar mais capital e dessa forma garantir o desenvolvimento social e econômico.

Schultz (1973, p.14) considera o investimento no desenvolvimento do ser humano como sendo um meio para “aumentar tanto suas satisfações quanto os serviços produtivos, que são a sua contribuição quando trabalha; e os serviços produtivos das máquinas e das estruturas podem também ser aumentados desta maneira”.

Para Schultz, o investimento em educação gera capital humano e garante ganhos futuros para toda a sociedade. É de observar também que o investimento no capital humano, mais precisamente na educação do homem, é concebido como o ponto crucial para início do crescimento econômico de uma nação. Esses princípios podem ser considerados como pilares para a CEPAL, e nesse sentido suas propostas vão ao encontro do que Schultz descreve na sua obra Teoria do Capital Humano (TCH).

Em 2004, o Brasil, de forma especial, foi privilegiado com financiamentos públicos e privados dedicados ao movimento de ID, que tem como justificativas, como apresentado nesta dissertação, a qualificação e a inserção profissional. A argumentação apresentada permite identificar a presença do discurso de qualificação profissional ou “escolaridade digital” como reedição da Teoria do Capital Humano. De acordo com essa teoria, os países devem, portanto, aumentar o número de projetos de ID de forma a garantir que toda a população estude, qualifique-se e possa garantir seu trabalho.

Essas interpretações apontam para um equívoco que sustenta a Teoria do Capital Humano quando trata a questão da qualificação profissional como meio de superação do desemprego. Conforme já referimos, o desemprego atinge também quem possui escolaridade média e superior, e, dessa forma, a pesquisa apresentada pelo IBGE revela uma contradição da relação direta entre escolaridade X desemprego apresentada pela TCH.

Na parte que segue resgatamos alguns indicadores sobre as políticas públicas de ID no Brasil.

1. 2 - Brasil : políticas públicas de ID

Em 2005, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou o programa "PC Conectado" como uma das iniciativas de ID promovidas pelo seu governo. Neste programa, por meio do Departamento de Serviços de Inclusão Digital da Secretaria de Telecomunicações do Governo Federal, o governo assume o compromisso de transformar a indústria de tecnologia da informação em instrumento de crescimento econômico. A meta é estabelecer estratégias para que ciência, tecnologia e inovação possam contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento do país.

No desdobramento dessa política tivemos a oportunidade de acompanhar artigos publicados na Folha de São Paulo sobre o programa "Computador para Todos", que consiste em financiamento facilitado para a aquisição de microcomputador designado "micro popular" com configuração pré-definida pelo governo. Um dos artigos destaca que "Governo e setor de informática se juntaram para criar o programa de Inclusão Digital" e lança a seguinte questão: o Programa "Computador para Todos" vai dar certo? [23].

Certamente é necessário algum tempo até que seja possível avaliar os resultados obtidos por esse e por muitos outros programas criados que visam a ampliar o acesso e a inclusão da população aos recursos de informática. Como observou o secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Rogério Santanna, "o Planalto não poupará recursos para levar computadores e *Internet* aos "pobres"[24]. Perguntamos: realmente serão os "pobres" os beneficiados ? Certamente não serão aqueles que estão entre os mais baixos níveis de renda, conforme demonstraremos na análise de dados desta dissertação.

Para o ano de 2005 o orçamento geral da União para a criação de mil telecentros[25] objetivando atender ao projeto Casa Brasil [26] é de R$ 204 milhões. O projeto PC Conectado

---

[23] Para maiores informações sobre as reportagens do financiamento de "micro popular" acessar http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2005/inclusaodigital/.

[24] Fonte: reportagem "Governo diz que 2005 será o ano da inclusão digital", extraída do Jornal O Estado de São Paulo do dia 12-02-2005.

[25] Segundo Amadeu (2003, p. 12), "São locais que permitem às pessoas usar a *Internet* livremente, de maneira gratuita, onde todos possam exercer a cidadania e utilizar as TICs para seus interesses".

[26] Um decreto, publicado no Diário Oficial no dia 11 de março de 2005, constituiu a Coordenação Nacional da Casa Brasil, criando um comitê gestor coordenado pela Casa Civil da Presidência da República - que irá elaborar

prevê a instalação de 90 unidades da Casa Brasil, projeto do Governo Federal que irá beneficiar, "com a ID, os bairros com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) negativo, com grande densidade populacional e elevados níveis de violência e desemprego" [27]. O objetivo da iniciativa é promover a aproximação entre as novas tecnologias e as famílias que ganham acima de cinco salários mínimos, facilitando a aquisição de computadores mediante o pagamento de mensalidades de até R$ 50,00. A mesma iniciativa prevê o aumento do número de escolas públicas conectadas à *Internet* e recursos aplicados no Plano Brasileiro de Inclusão Digital. Segundo Santanna, "A exclusão digital é a filha mais nova da exclusão social. Quanto mais pobre, mais o cidadão está afastado da tecnologia que move o mundo moderno da informação".

Sérgio Amadeu acredita que a perspectiva é que cada unidade da Casa Brasil atenda, no mínimo, entre três e quatro mil pessoas que moram no seu entorno. Em recente entrevista publicada no Portal da Cidadania da Radiobrás [28] ele comenta que "As unidades serão implantadas em áreas onde o equipamento público e o uso de tecnologia da informação podem fazer a diferença, podem abrir novas perspectivas para a juventude, para os adultos, podem permitir uma maior capacitação daquelas comunidades, reduzindo os indicadores de violência urbana e abrindo novas perspectivas neste ambiente, a partir do uso intensivo da tecnologia da informação".

Acreditamos seja importante relacionar essas políticas públicas com recursos públicos. O assessor especial da Presidência da República e coordenador do projeto PC Conectado, Cezar Alvarez, reuniu-se com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para pleitear novas linhas de crédito às empresas de *hardware* e *software* envolvidas na produção do "micro popular" criado pelo governo. Ele destaca que esse projeto estabelece uma relação entre o setor público (recursos) e empresas, isto é, o repasse do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o sistema financeiro privado como suporte ao financiamento do PC Conectado[29].

---

critérios de seleção das localidades e acompanhar a implementação do projeto - e um comitê executivo, coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, responsável por implementar as unidades. As unidades serão dotadas de um telecentro com dez computadores de acesso público e gratuito, que utilizarão *software* livre, uma sala de leitura e um auditório para 50 pessoas.

[27] Texto extraído do endereço www.iti.br/twiki/bin/view/Main/MidiaClip2005Mar14A do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, no dia 07-04-2005.

[28] Fonte: Keite Camacho — Portal da Cidadania, Radiobrás, 28-03-2005.

[29] Fonte: reportagem "Governo Federal adia anúncio do PC Conectado", de Camila Fusco, extraída do endereço http://idgnow.uol.com.br/AdPortalv5/MercadoInterna_080405.html em 19-04-2005.

A estratégia que o governo tem utilizado para levar microcomputadores, com acesso à *Internet*, às comunidades carentes na periferia das grandes cidades, como citamos anteriormente, conta com financiamentos significativos. Desde julho de 1997, na Lei Geral das Telecomunicações (LGT), no artigo 81, está prevista a criação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST). O FUST foi instituído pela Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, e regulamentado pelo Decreto nº 3.624, de 05 de outubro de 2000. Os recursos são obtidos das empresas de telecomunicações, que depositam mensalmente 1% do seu lucro.

Um dos objetivos da utilização desses recursos, que em 31-12-2004 situavam-se em torno de R$ 3,4 bilhões, é a sua aplicação em projetos para promover e universalizar o acesso ao computador e à *Internet*, como já mencionamos, bem como financiar os projetos do Programa Sociedade da Informação (SOCINFO), coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

O SOCINFO foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 3294, de 15 de dezembro de 1999. A metodologia de implantação do programa contou com 13 grupos de trabalho, representando diversas instâncias da sociedade civil, do governo, de organizações não governamentais e de empresas privadas. O resultado desse estudo originou o Livro Verde[30], contendo as diretrizes, instruções, linhas de ação[31] e atividades para o programa e as bases para a promoção da ID.

No que tange à relação entre trabalho e educação, as diretrizes básicas que definem a linha de ação "Mercado, Trabalho e Oportunidades" são as seguintes:

> - ampliação da oferta de novas formas de trabalho por meio do uso intensivo de tecnologias de informação,
> - comunicação e fomento e a difusão da cultura do 'empreendedorismo' nos negócios relacionados à economia das tecnologias de informação e comunicação.[32]

Conforme comentado anteriormente, esse programa também está estruturado em grupos temáticos. Ao analisar a descrição do grupo "Trabalho" e do grupo "Educação" é possível compreender o eixo fundamental do programa:

---

[30] Obra organizada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e apresentada na introdução deste trabalho. Disponível em http://www.socinfo.org.br.

[31] A saber: Mercado, Trabalho e Oportunidades, Universalização de Serviços para a Cidadania, Educação na Sociedade da Informação, Conteúdos e Identidade Cultural, Governo ao Alcance de Todos, P&D, Tecnologias-chave e Aplicações, Infra-estrutura Avançada e Novos Serviços.

[32] As outras diretrizes são: promoção da competitividade das empresas nacionais; expansão do número de pequenas e médias empresas conectadas à *Internet*; apoio à implantação e à regulamentação do comércio eletrônico, no país e junto aos blocos econômicos regionais (Mercosul, União Européia, Nafta etc).

> Grupo Trabalho: Grupo constituído para analisar, propor, discutir e acompanhar as ações de mudanças no mercado e nas organizações, resultado direto da aplicação das tecnologias da informação e comunicação, com especial foco nas atividades ligadas ao mercado eletrônico e suas premissas. Além disso, o grupo também deve analisar a dimensão do emprego e da educação dos cidadãos, com o objetivo de assegurar a transição para a nova economia.[33]

> Grupo Educação: Grupo constituído com o objetivo de auxiliar na formulação de políticas de inclusão social e de definir formas concretas para a redução da exclusão social por meio das tecnologias de comunicação e acesso à informação. Deverá sugerir ações para a formação da cidadania, incluindo a alfabetização digital e a universalização do acesso à infra-estrutura, à informação e à capacidade para integrá-las significativamente com a realidade objetiva e subjetiva dos indivíduos.[34]

A partir dessas diretrizes, podemos perceber mais claramente que se trata de projetos que estabelecem uma relação direta entre inclusão social por meio das TICs e solução para o problema do desemprego, isto é, a universalização do acesso das TICs, presentes nas políticas públicas de trabalho, renda e educação.

Pretto e Bonilla (2001), em artigo especial para o Jornal do Brasil, "Sociedade da informação: democratizar o quê ?", comentam o programa Sociedade da Informação:

> www.socinfo.org.br foi desenvolvido por diversos países, no mundo inteiro, com o objetivo de elaborar políticas de inserção neste mundo de conexões, tecnologias e globalização muito intensa. A idéia desses países sempre foi a de juntar um grupo de especialistas em diversas áreas do conhecimento para elaborar propostas iniciais em termos de educação, saúde, cultura, trabalho, transportes, governo eletrônico, política de desenvolvimento científico e tecnológico, entre outras, criando-se o chamado Livro Verde (*Green Book*).

Os autores citados consideram que é necessário compreender qual concepção de sociedade está sendo discutida no programa, uma vez que

> A concepção predominante contempla exclusivamente a questão do mercado, pelo fenômeno da globalização. Nesta concepção, é a universalização do acesso às tecnologias de informação e comunicação que vai oferecer a infra-estrutura necessária à informatização e ao desenvolvimento da economia, o que trará, como conseqüência natural dessa visão de mundo, o desenvolvimento da sociedade como um todo, não sendo, portanto, prioritário investir em questões sociais.

[33] Disponível no endereço http://www.socinfo.org.br/grupos/educ.htm
[34] Disponível no endereço http://www.socinfo.org.br/grupos/educ.htm

Eles defendem a formação de um cidadão pleno, mas advertem: "o que percebemos é que o conceito de cidadania está enfraquecido. Atualmente, ele está associado, apenas, aos direitos do consumidor (...); precisamos investir na autonomia do cidadão e na democratização da informação (...)". E, assim, concluem:

> A articulação de todas essas instâncias favorecerá a montagem de uma grande conexão em rede, criando-se com isso uma rede científica, cultural e educacional de sustentação e fortalecimento do tecido social. Imaginamos que um trabalho conjunto do sistema educacional com as demais organizações não-educacionais possa vir a potencializar essas conexões, tornando-as plenas de sentido para quem as utiliza, com conteúdo criado localmente, de forma a trabalharmos na direção de uma inclusão digital ativa e contextualizada para toda a população. (Pretto e Bonilla, 2001)

Para os mesmos autores, a qualificação profissional em TICs não é suficiente para a inserção da população no mercado de trabalho. No entanto, reconhecem que a alfabetização digital não pode ser desarticulada de outros conhecimentos, a saber:

> (...) da língua, dos números, da ciência, da expressão corporal. Em outras palavras, ou articulam-se estes saberes intensamente ou a alfabetização será parcial, podendo gerar o analfabetismo funcional digital. Não há como simplesmente dizer que se vai qualificar um trabalhador ensinando rudimentos de informática, porque, desse modo, ele será, também, um profissional de segunda categoria. (2001)

Os estudos do Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) corroboram as políticas públicas citadas e parecem “sustentar” e justificar a implementação desses programas. A pesquisa “Mapa da Exclusão Digital” no Brasil, coordenada por Marcelo Néri, considera que uma das metas do Mapa da Exclusão Digital

> é desenhar um arcabouço integrado de informações e conhecimentos sobre a exclusão digital que subsidiem prescrições de ações privadas e políticas públicas que visam combater a pobreza de maneira sustentável pelas vias da inclusão digital. Pobres precisam, acima de tudo, de oportunidade, e não de caridade (...), oportunidades hoje são representadas pela posse de ativos ligados à tecnologia da informação. (2003, p.15)

Compreendida de maneira mais "ampla" do que o simples acesso ao computador, a ID, segundo o autor, é um conceito que engloba as novas tecnologias da informação e comunicação com questões sociais, como o desemprego, saúde e educação [35]. (p.23)

Para tentar abranger o maior número de pessoas no acesso às TICs, outra estratégia que está sendo utilizada é a criação do Relógio da Inclusão Digital. Essa proposta foi apresentada pelo Grupo de Ação para a Inclusão Digital (GAID) formado com parceria entre o Comitê para Democratização da Informática (CDI) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), *Sun Microsystems* e *United States Agency for International Development* (USAID).

Com o Relógio da Inclusão Digital a FGV monitora o processo de ID no Brasil, registrando o número de pessoas com acesso a computador no domicílio, fornecendo assim dados constantemente atualizados. Os resultados são obtidos a partir do cruzamento de dados do Censo de 2000 e da Pesquisa Nacional de Amostras a Domicílio de 2001, ambos do IBGE, com os cálculos do Centro de Políticas Sociais da FGV. Abaixo, a imagem do relógio[36].

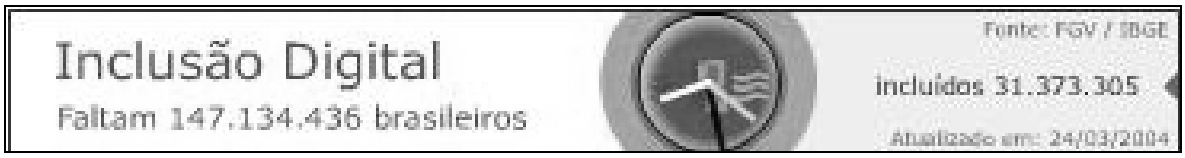

Figura 1 – O relógio da Inclusão Digital
Fonte: FGV/IBGE

Empresas e ONGs também implementam ações que promovem cursos de ID para a comunidade "excluída socialmente". O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social "é uma associação de empresas de qualquer tamanho e/ou setor interessadas em desenvolver suas atividades de forma socialmente responsável num permanente processo de avaliação e aperfeiçoamento" [37].

O Instituto orienta empresas para que levem a efeito a responsabilidade social[38] empresarial. Dentre os objetivos propostos para articular e mobilizar empresas consideramos relevante para este trabalho registrar os seguintes: incorporar o "conceito do comportamento

[35] Conforme tabela apresentada no anexo 2, extraída do "Mapa da Exclusão Digital". Nesta, é possível verificar que o grau de escolaridade influencia significativamente no acesso ao computador e à *Internet*.
[36] Disponível no endereço: http://www.cdi.org.br. Acesso no dia 16-04-2004.
[37] Disponível no endereço: http://www.ethos.org.br/docs/institucional/missao.shtml
[38] Segundo Fischer *et al.* (2005, p. 4), responsabilidade social "é um conceito sociológico, um tipo de valor que determina os padrões de comportamento aceitos na cultura de uma sociedade. Responsabilidade Social Corporativa (RSC) seria a transferência destes valores para o âmbito das organizações".

empresarial socialmente responsável" e das "responsabilidades de todos aqueles que são impactados por suas atividades; demonstrar aos acionistas a relevância de um comportamento socialmente responsável para o retorno a longo prazo dos seus investimentos; identificar formas inovadoras e eficazes de atuar em parceria com as comunidades na construção do bem-estar comum". Pela forma apresentada, esse programa pode ser entendido como um "negócio", ou seja, Mercado e ONGs, aproveitando-se da participação nesses projetos para vender os seus produtos e serviços.

Uma das estratégias desse Instituto para promover a ID, em parceria também com o Comitê para a Democratização da Informática (CDI), foi lançar o manual "O que as empresas podem fazer pela Inclusão Digital" (2004), propondo conceitos e práticas de ID. Isso porque grande parte das experiências de ID no Brasil, executadas em sua maioria por ONGs (esse é o argumento de encadeamento mencionado anteriormente), tem o apoio ou iniciativa de empresas. Seria importante registrar em pesquisas futuras o volume de recursos acessados, bem como o prestígio para a empresa que executa a proposta.

Renato Cruz, organizador do manual "O que as empresas podem fazer pela Inclusão Digital", destaca que o objetivo é orientar empresas nas suas "ações de Inclusão Digital, como parte de seu programa de responsabilidade social" (2004, p. 71) em parceria com outras instituições. As diretrizes dessa estratégia para combater a exclusão digital são indicadas para serem observadas dentro da empresa, comunidade local e sociedade. Exemplificando projetos executados por elas, Cruz descreve iniciativas executadas por empresas como *Accenture*, Bradesco, Companhia Vale do Rio Doce, Esso, HP, IBM, *Microsoft*, *Philips*, Politec, Sadia, Sebrae, Telefônica, Telemar, entre outras.

Cabe aqui questionar se essas grandes corporações, sob o discurso de responsabilidade social empresarial, em parceria com governo e ONGs, não constituem, na realidade, uma "porta aberta", com finalidades comerciais e de promoção para seus produtos e serviços. Esses projetos de ID em comunidades de baixa renda estão de fato contribuindo para o acesso ao mercado de trabalho por parte da população menos favorecida ? E mais: de que forma os projetos permitem aos alunos a utilização dos recursos de informática para o seu trabalho?

Consideramos importante observar a preocupação crescente das empresas em vincular sua imagem à noção de responsabilidade social como estratégia de mercado. Cabem questionamentos como aqueles que levam a compreender por que empresas, voltadas especificamente para o mercado, com o objetivo principal de produzir e obter lucros, investem em projetos de ação social. Por que muitas empresas estão se apoiando em ONGs para a realização de tais ações?

Uma indicação do porquê de essas empresas estarem engajadas na realização de ações com cunho social pode ser obtida a partir da análise da SA 8000 (*Social Accountability* 8000), elaborada em 1997. Essa norma, estruturada nos moldes similares da ISO 9000 e da ISO 1400, já é de conhecimento e encontra-se em uso em diversas empresas. A norma trata mais diretamente dos direitos humanos dos trabalhadores diretos e indiretos nas empresas, criando padrões de conduta a serem aplicados. As condições de trabalho, com suas práticas disciplinares e remuneração, são alguns dos itens avaliados pela norma, que apresenta sistemas de indicadores para diversas áreas, como, por exemplo, trabalho infantil, saúde e segurança, horas de trabalho, liberdade de associação e direito à negociação coletiva, entre outros.

Com o surgimento da SA 8000 em 1997 nasce também um "padrão normativo", que passa a valer como indicador de responsabilidade social por parte das empresas que se habilitam a possuir essa certificação e a adotar um novo conceito empresarial. Sabemos que as empresas que implantam a SA 8000 têm, na sua maioria, a intenção de agregar valor social ao seu produto, obtendo algum tipo de vantagem competitiva, já que sua imagem perante o mercado será bastante valorizada em função dessa certificação. Além disso, no mercado externo, com a implantação da SA 8000 as empresas são valorizadas e incentivadas com a concessão de facilidades comerciais por parte dos governos.

Valendo-nos do conceito utilizado pelo Instituto Ethos[39], temos que a responsabilidade social refere-se "à qualidade ética das relações da organização com todos os seus públicos (ou *stakeholders* – acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, ambiente, comunidade e poder público), associados direta ou indiretamente ao negócio da empresa , e à sua capacidade de incorporar os interesses dos mesmos no planejamento de suas atividades e do seu negócio".

Da mesma forma, a responsabilidade social vem sendo concebida como parte do negócio da empresa, alinhada aos seus objetivos estratégicos, e, como citado anteriormente, com o apoio do setor público.

[39] Para saber mais a esse respeito acessar: www.institutoethos.com.br

2. ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs)

Conforme discutido no capítulo anterior, parte significativa das iniciativas que buscam disponibilizar mecanismos capazes de incluir digitalmente a população brasileira vem sendo executada por Organizações Não Governamentais, também conhecidas como ONGs. As ONGs surgiram após a segunda guerra mundial e ao longo do século XX articularam-se por meio dos movimentos sociais contrários às políticas neoliberais. Atualmente a atuação social dessas organizações passa também a estar integrada nas políticas neoliberais (ONG, Mercado e Estado). Como decorrência, no início do século XXI as ONGs apresentam-se como um dos mais importantes mecanismos de representação social e implementação de projetos sociais suportados simultaneamente pelo Estado e pela iniciativa privada[40].

Este capítulo tem como objetivo destacar o papel desempenhado pelas ONGs e os fundamentos que norteiam sua existência.

2. 1 - As Organizações Não Governamentais

A expressão Organização Não Governamental (ONG) surgiu pela primeira vez em documentos apresentados pela Organização das Nações Unidas (ONU), no final da década de 1940, após a Segunda Guerra Mundial, recebendo a denominação em inglês *Non Governamental Organizations (NGOs)*.

Entre os anos de 1970 e 1980 as ONGs articulam-se por meio dos movimentos sociais, sobretudo sindicais e populares, e destacaram-se nas reivindicações por direitos sociais e políticos, assumindo posições contrárias à ideologia capitalista (ONGs *versus* Estado). Entretanto, a partir de 1990 a atuação social dessas organizações passa também a estar integrada nas políticas neoliberais (ONG, Mercado e Estado).

A partir de 1990 – com particular destaque para a ECO 92 – as ONGs adquirem notoriedade internacional, por estarem reconhecidamente desenvolvendo programas sobre

40 A esse respeito existe uma importante contribuição ao debate no texto de Silvio Caccia Bava, "Mitos e realidades sobre inclusão social, participação cidadã e desenvolvimento local", publicado no Anais do II Foro Temático Regional – *Gobernabilidad para el empoderamiento de los pobres*, Lima (Peru, 2002). O artigo apresenta no cenário neoliberal de 1990 "(...) marcado pela desconstrução de direitos e por políticas assistenciais, focalizadas e compensatórias (...)", novos discursos assumidos por empresas e pelo Estado quando buscam as "(...) ONGs para execução de projetos sociais, apresentam propostas de parcerias com a sociedade civil como recurso para a solução dos problemas sociais." (BAVA, 2002)

temas fundamentais para o desenvolvimento da sociedade, tais como desenvolvimento social, ações de cidadania, de inclusão social e direitos humanos. Dessa forma, nesse momento governos e empresas constatam que as ONGs apresentam-se como instituições capazes de representar interesses legítimos, mas não necessariamente inclusos nas suas agendas.

Atualmente as ONGs desenvolvem ações para a implementação de políticas públicas, elaboradas em conjunto pelo Estado e a sociedade civil, usualmente financiadas com recursos públicos e privados. Assim, as ONGs participam do estabelecimento de políticas sociais em âmbito nacional e das "agendas sociais multilaterais", atuando em esferas que compreendem desde as locais até as globais. Conforme comenta Ilse Scherer-Warren (1999) em seu livro "Cidadania sem Fronteiras: ações coletivas na era da globalização",

> ONGs que têm como finalidade melhorar ou fortalecer a própria sociedade civil, objetivando provocar microtransformações, locais ou no cotidiano, ou macrotransformações, mais globais ou sistêmicas. Atuam, pois, para superar discriminações (de gênero, étnicas, etárias, etc.) ou desigualdades (econômicas, de participação política, cultural, etc.); ou para melhorar a qualidade de vida (saúde, meio ambiente, moradia, etc.). Esse conjunto de demandas e respectivas proposições para mudança remete, pois, a dois eixos principais: à questão da cidadania e ao modelo de desenvolvimento. (p. 31-32)

Scherer-Warren (1999) descreve como princípio norteador da existência de uma ONG o fortalecimento da sociedade civil, através da provocação de micro ou macro transformações, superando discriminações ou desigualdades e melhorando a qualidade de vida da população.

Com relação ao modelo de desenvolvimento citado por Scherer-Warren (1999), é condição *sine qua non* analisá-lo no modo de produção capitalista. Para tanto, o "Quadro da referência para modernizar o Estado e fortalecimento da sociedade civil [41]", documento aprovado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no ano de 1996, corrobora essa perspectiva.

O mesmo documento parte do raciocínio de que "para uma sociedade civil "forte" é necessária a existência de oportunidades econômicas e de cidadania para todos seus cidadãos". Tudo indica que a sociedade civil, representada pelas ONGs, assume a função de executar parte dos projetos sociais propostos e validados pelo Estado[42] e, como reconhecimento, é beneficiada com recursos advindos de organismos econômicos e sociais

[41] O documento original chama-se *Frame of Reference for Bank Action in Programs for Moderniz Ation of The State and Strength Ening of Civil Society*.
[42] Fernando Henrique Cardoso definiu ONGs como organizações neogovernamentais.

que buscam promover o emprego, a formação do capital humano, a erradicação da pobreza, a descentralização e a cidadania.[43] Essa perspectiva expressa claramente que para a modernização e reforma do Estado é necessário implementar iniciativas privadas com sentido público, por meio da participação da sociedade civil organizada, isto é, associações civis.

Scherer-Warren (1999) define associações civis como

> (...) formas organizadas de ações coletivas, empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução comunitária (...) (p. 15).

A autora inclui nessas organizações "(...) as associações de moradores, ONGs, grupos de mútua ajuda, grupos de jovens, mulheres, étnicos, ecologistas e outros". (1999, p.15)

Outra perspectiva importante na contextualização das ONGs provém da análise da teoria "Terceira Via" (*Third Way*), criada por Antony Giddens, a qual propõe uma alternativa entre o W*elfare State* (estado de bem-estar social) e neoliberalismo.

Giddens[44] realizou esse estudo financiado pelo primeiro-ministro britânico Tony Blair e apresentou a "Terceira Via" como mecanismo para aprimorar o "Estado de Bem-Estar Social" britânico, no qual a sociedade civil passa a assumir responsabilidades sociais até então delegadas ao Estado. Dessa maneira, a "Terceira Via" rompe com a divisão entre o público e o privado, permitindo que o privado assuma responsabilidades na área social, promovendo a descentralização do poder público.

Gohn (2001) apud Lima (2002) analisa a "Terceira Via":

> Nos anos de 1990 a "Terceira Via" reaparece com grande força na Inglaterra e na Alemanha para depois se difundir pelo mundo ocidental como uma nova alternativa ao capitalismo neoliberal da era da globalização. Na Inglaterra, a proposta é retomada tanto em nome de um partido político que luta para obter a descentralização do poder, via reforma constitucional, num aspecto ideológico que une reformismo, nacionalismo e ecologia, como proposição do primeiro-ministro do parlamento britânico, Tony Blair (1998). Que, com o suporte da assessoria de Giddens, levou-a para a mídia, criando uma moderna versão de social-democrata trabalhista, na qual há um Estado

[43] Texto traduzido e resumido do documento original: *A robust civil society is founded on the existence of economic opportunities and democratic freedoms for all its citizens. Civil society is strengthened by economic and social policies that promote employment, the broadening of the entrepreneurial base, with an emphasis on small business and microenterprise, the formation of human capital, the eradication of poverty, the strengthening of democratic institutions, decentralization, citizen participation, protection of the more vulnerable sectors, the elimination of sex-based and all other forms of discrimination, and the establishment of an institutional and regulatory climate in which civil rights may be exercised to the full.* (BID, 1996, p.7)

[44] Professor de sociologia em Cambridge, atualmente diretor da *London School of Economics* – LSE.

> que procura humanizar o capitalismo, numa economia mista, globalizada, atuando em redes. (p. 39)

As propostas da chamada "Terceira Via" identificam-se com as atividades desenvolvidas pelo Terceiro Setor[45], no qual se encontram as ONGs e as OSCIPs[46], que também estão associadas ao contexto mundial descrito anteriormente. Conforme assinala Rosa *et al.*,

> (...) se antes, o público (Estado) cuidava das coisas "públicas/sociais" e o privado somente de seus interesses privados, deixando a cargo do Estado cuidar das coisas coletivas, agora o privado ante a inércia do Estado assume o papel histórico deste, oferecendo participação na erradicação de problemas sociais. (2003, p. 18)

De maneira semelhante Lima (2002) avalia a atuação das ONGs em programas associados a uma lógica de mercado com fins sociais e apresenta a seguinte consideração :

> (...) a sociedade civil como uma alternativa para o mercado e o Estado, sob os rótulos de Terceiro Setor ou Terceira Via, a noção de Ecologia Social, na qual o desenvolvimento é indissociável das preocupações com o equilíbrio dos ecossistemas naturais e humanos; a visão emancipadora de democracia que enfatiza o combate à exclusão e à desigualdade de oportunidades; a substituição do enfoque "centro-periferia" pelo de "relação Norte-Sul" nas análises sobre as desigualdades entre nações (...)". (p. 27-28)

Nessa perspectiva, a reportagem divulgada pelo Jornal Folha de São Paulo[47] intitulada "Cúpula termina com mais de 200 acordos[48]" apresenta acordos estabelecidos entre governos, empresas e ONGs. Dentre eles, vale destacar a criação do "Fundo Digital de Solidariedade", elaborado pela ONU, que tem como objetivo viabilizar que "metade da população mundial, ou três bilhões de pessoas, tenha acesso à *Internet* até 2015".[49] O objetivo principal dessa

---

[45] Rosa *et al.* (2003, p. 29) resumem o que define o Código Civil sobre os principais atores do Terceiro Setor são: as "ONGs, OSCIPs, fundações, institutos, empresas com responsabilidade social, entidades beneficentes, empresas doadoras, elite filantrópica, pessoas físicas/voluntários, fundos comunitários e entidades sem fins lucrativos ou econômicos de acordo com o Código Civil" (art. 53, CC).

[46] Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Segundo ROSA *et al.* (2003, p. 35), "(...) pode-se dizer que OSCIPs são ONGs, criadas por iniciativa privada, que obtêm um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos, especialmente aqueles derivados de normas de transparência administrativa. (...) podem celebrar com o poder público termos de parceria, que são uma alternativa interessante aos convênios."

[47] Jornal Folha de São Paulo, sábado, 19 de novembro de 2005.

[48] Ver Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação no capítulo dois desta dissertação.

[49] Texto extraído do endereço www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=273&id_pagina=1 em 07-12-2005.

parceria consolidada entre mercado, Estado e ONGs é tema desta pesquisa, que também analisa a redução da exclusão social por meio da Inclusão Digital.

Partindo das considerações assinaladas, adotamos para este trabalho a definição de ONGs como organizações da sociedade civil que desenvolvem políticas e projetos de atuação social, complementando os mecanismos explorados pelo governo e instituições tradicionais. Nesse cenário, as ONGs desenvolvem programas de ação social e atuam como mediadoras entre a sociedade civil e o Estado.

Também consideramos as ONGs enquanto categorias representativas, entidades que legitimamente representam grupos da sociedade civil e refletem as suas formas de ação nos campos político e social. [50]

2. 2 - ONGs no contexto do Brasil

Nesta seção apresentamos uma breve caracterização das ONGs no Brasil com o objetivo de contextualizar as instituições que serão analisadas neste trabalho[51].

Não obstante a definição encontrada no dicionário Houaiss para "Organização Não Governamental" como sendo aquela "cujas atividades ou campo de atuação são públicos ou de interesse público, mas que é institucional ou financeiramente independente do governo ou das instituições ou empresas ligadas a ele", é possível perceber, conforme já indicado anteriormente, que essas instituições freqüentemente estabelecem parcerias com o Estado e empresas para buscar financiamento para implementar seus propósitos.

Prova disso é a multiplicidade de iniciativas baseadas na mobilização e na organização das comunidades, nas quais são estabelecidas parcerias entre o Estado, empresas e uma rede de Organizações Não Governamentais – ONGs[52] no Brasil.

Pesquisa intitulada "Alianças Estratégicas Intersetoriais para Atuação Social" desenvolvida entre 2001 a 2002 pelo Centro de Empreendedorismo Social e Administração do Terceiro Setor (CEATS) da Fundação Instituto de Administração (FIA) da Universidade de São Paulo (USP) analisa as práticas de atuação social das empresas envolvendo diferentes

[50] Segue no anexo 3 deste trabalho o Mapa do Terceiro Setor, o qual revela um estudo sobre as ONGs do Brasil.
[51] Sugerimos a leitura do livro "Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social". Ed. Cortez, 2003, do pesquisador Carlos Montaño. O autor critica o discurso hegemônico que sustenta o Terceiro Setor, o qual, para Montaño, teria uma funcionalidade para o projeto neoliberal no novo enfrentamento da "questão social".
[52] Como exemplo citamos a pesquisa realizada no endereço www.google.com.br. Escrevemos "parceria + estado + empresas + ONGs" e encontramos 303.000 projetos estabelecidos desta parceria. O alto índice repetiu-se na busca de "parceria + governo + empresas + ONGs, totalizando 288.000 parcerias".

atores públicos e privados, numa parceria entre empresas, governo e sociedade civil. Nessa pesquisa foi constatado que das empresas que participaram da pesquisa 85% desenvolvem projetos sociais em parcerias. Destas, 80,2% são estabelecidas com o Terceiro Setor, 55,5% com o Estado e 47,3% com outras empresas, conforme é possível visualizar no gráfico a seguir:

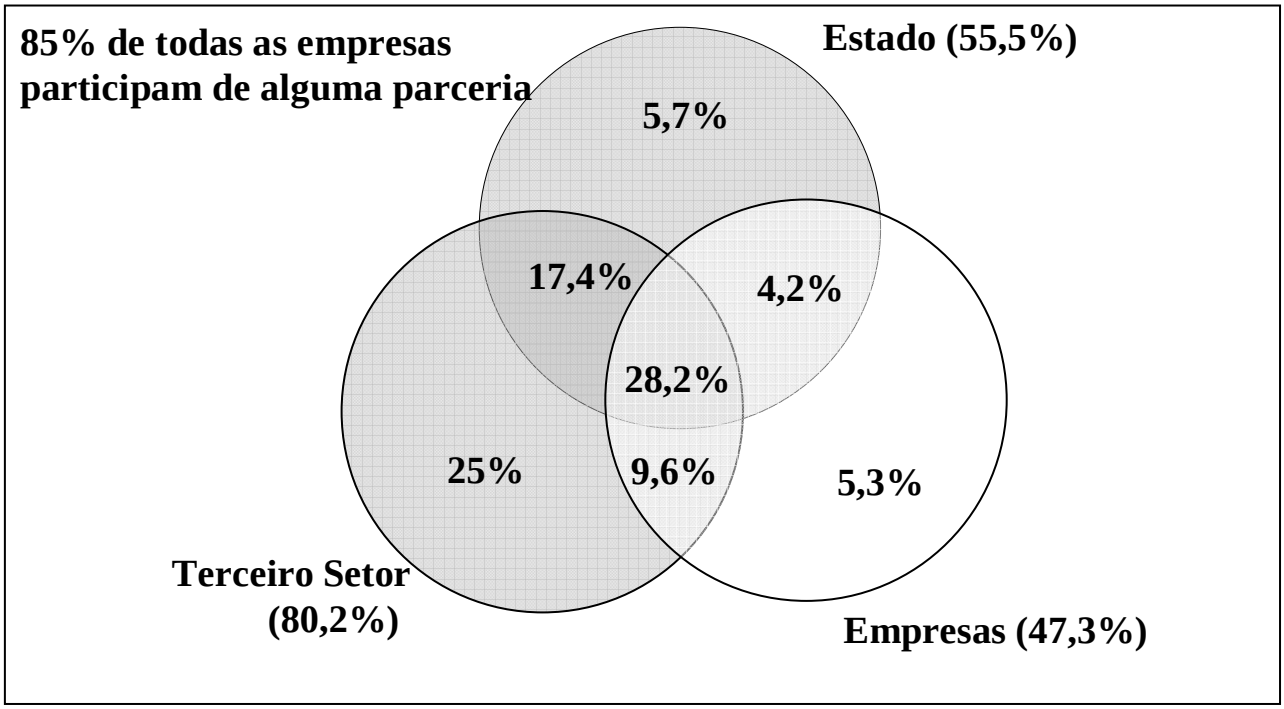

Figura 2: Modelo Tri-Setorial

Fonte: USP / FIA/ CEATS (FISCHER, 2005).

Outro estudo, realizado por Fischer (2005) apresenta o que poderia ser o universo das empresas envolvidas em projetos de atuação social. A autora interpreta os dados do trabalho realizado pelo IPEA (2001), denominado "A Iniciativa Privada e o Espírito Público", e conclui que

> (...) 462 mil (59%) empresas brasileiras com um ou mais empregados declaram realizar, em caráter voluntário, algum tipo de ação social para a comunidade. Destas, dois terços afirmam que a prática social é habitual. Juntas, essas 462 mil empresas aplicaram, em 2000, aproximadamente R$ 4,7 bilhões em ações sociais. (2005, p. 2)

Ainda buscando caracterizar a realidade brasileira, acreditamos ser importante mencionar também a pesquisa intitulada "O Mapa do Terceiro Setor" realizada pelo Centro de Estudos do Terceiro Setor (CETS) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). Por meio de questionário respondido espontaneamente por dirigentes de 4.145 organizações[53] do Brasil, a pesquisa revela que essas entidades se mantêm com recursos de três fontes: públicos, privados e próprios, a saber:

- 30% pelas três fontes;
- 16% por recursos próprios e privados;
- 11% por recursos públicos e privados;
- 10% por recursos próprios e públicos;
- 18% somente com recursos próprios;
- 11% somente com recursos privados e
- 4% somente com recursos públicos.

Os dados dessas pesquisas seriam de pouca relevância se houvesse um número reduzido de ONGs. Entretanto, o crescimento destas no contexto mundial, conforme apresenta Moraes (2001) em seu estudo, vem aumentando consideravelmente, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990:

> Vale lembrar que, desde a segunda metade da década de 1990, se registra um crescimento acentuado das ONGs em todo o planeta (...) 26 mil organizações com atuação internacional, contra apenas seis mil em 1990. (2001, p.2)

O número expressivo destas entidades apresentado nessa pesquisa converge com o relatório publicado em 2004[54] pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). Esse trabalho[55] intitulado "As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil - 2002" teve como critérios norteadores padrões

[53] Não corresponde ao número total de organizações existentes no Brasil, mas de um conjunto de 4.589 organizações cadastradas até julho de 2005.
[54] Dados coletados em 2002.
[55] Essa publicação foi realizada com base nos dados do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE do IBGE.

internacionais [56] para identificar, definir e classificar instituições privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL).

O trabalho revela que entre 1996 e 2002 o número de FASFIL ampliou-se de 107 mil para 276 mil entidades no Brasil, isto é, o total de 169 mil novas organizações corresponde a um crescimento de 157% em seis anos. Os dados finais desse trabalho demonstram o ritmo de crescimento histórico das ONGs, isto é, "(...) 88% de 1970 para 1980; de 124% de 1980 para 1990 e, apenas de 1996 para 2002, de 157%."[57]

Por outro lado, no ano de 1997, o BID com o apoio do governo brasileiro implementou estrategicamente um programa de "colaboração" com iniciativas em três áreas prioritárias de atuação entre sociedade civil, Estado e mercado, conforme descreve Oliveira [58]:

1. revisão e aperfeiçoamento do marco legal[59] que regula o relacionamento das organizações da sociedade civil com o Estado;
2. produção de conhecimentos e informações sobre as organizações da sociedade civil com vistas ao aumento da qualidade de suas ações e expansão de sua base de recursos;
3. promoção do voluntariado e da participação cívica.

Analisando esse programa e sua lógica governamental, verificamos a sua correlação com o processo de reforma do Estado, sobretudo a partir da década de 1990, no qual a democracia, a descentralização e as novas formas de relacionamento com a sociedade[60] passam a estar presentes nos programas das políticas públicas. Nesse sentido, as ONGs passam a atuar como atoras da política governamental, isto é, como mediadoras das políticas públicas entre Estado e sociedade, em programas de ação social (educação, saúde, geração de renda etc), papel antes desempenhado pelo Estado.

Nessa parceria entre Estado e ONGs surgem também leis para consolidar novas formas de relacionamento entre o Estado, a sociedade civil e o mercado. Nessa perspectiva, a

---

[56] Foi utilizada a referência chamada *Handbook on Nonprofit Institutions in the System of National Accounts* (Manual sobre as Instituições sem Fins Lucrativos no Sistema de Contas Nacionais, elaborado pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, em conjunto com a Universidade John Hopkins, em 2002).

[57] Texto extraído do endereço www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=273&id_pagina=1 em 07-12-2005.

[58] Artigo denominado "ONGs, sociedade civil e Terceiro Setor em seu relacionamento com o Estado no Brasil", de Miguel Darcy de Oliveira, encontrado no endereço www.rits.org.br/idac.rits.org.br/ongs/idac_ongs_3.html no dia 25-11-2005.

[59] Lei nº 9790/99, regulamentada pelo Decreto nº 3100/99; MP nº 2123.

[60] Incluem a articulação entre o Estado e organizações da sociedade civil para atuar no desenvolvimento social.

Lei das Oscips[61] n° 9.790/99[62], segundo descreve Rosa *et al.* (2003), "(...) criou uma forma de repasse, o termo de parceria, que pretende ser um veículo legítimo e adequado ao repasse de verbas públicas para entidades de direito privado". (p. 37)

Apesar desse "acordo" jurídico, o art. 53 presente no Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, define essas associações "(...) pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos". (2002). Por terem título de utilidade pública, as ONGs recebem apoio do Estado por meio de recursos financeiros em projetos de parceria e, também, na área jurídica, benefícios fiscais (isenção fiscal de impostos e taxas), além de leis que normatizam novas regras para o trabalho voluntário.

Lima (2002) entre outros autores contextualiza as ONGs a partir de uma análise crítica de sua intervenção na sociedade. A autora se apóia em Rosemberg (1995) com a seguinte observação:

> (...) se a denominação Organização Não Governamental for reservada a algumas entidades sob condição de serem progressistas ou democráticas, será preciso antes admitir que o Banco Mundial e mesmo as agências de fomento não fazem esta distinção. (...) É preciso muito cuidado para não atribuir o nome de Organização Não Governamental a um grupo de entidades de elite (...); dúvida que haja uma ONG (no sentido por ela tratado), mesmo entre as mais progressistas, que não faça uso de dinheiro público, pois a verba pública circula por muitos caminhos (...) "por via indireta, através da isenção de uma série de impostos; outra via é o tráfico de dólares que vigorou no país durante todo o período em que a moeda nacional era desvalorizada diante do dólar. (...) (p. 26)

Dessa forma, verificamos que desde o início do século XX as ONGs desempenham importante papel na representação de diferentes interesses da sociedade civil, buscando a formulação de políticas e a execução de iniciativas capazes de repercutir na qualidade de vida sobretudo da população que se encontra mais à margem da sociedade.

Na próxima seção discutiremos as diferentes formas de atuação de uma ONG, tendo em vista a análise comparativa entre diferentes realidades, bem como o estabelecimento dos fundamentos que embasaram a nossa iniciativa prática de levantamento de dados.

[61] Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

2. 3 - A ONG pesquisada

Conforme já mencionado, já no início do século XX as ONGs apresentam-se como um importante instrumento de adequação/conformação social. Compreender como essas organizações se encontram estabelecidas, quais os objetivos que norteiam a sua existência, qual o tipo de iniciativa efetivamente implementado e os resultados obtidos, tal como relatamos no capítulo anterior, nos permitiu um olhar mais crítico sobre as entidades selecionadas para o estudo que apóia esta dissertação. Dessa forma, este capítulo contempla ONGs que tivemos a oportunidade de conhecer durante o estudo-piloto e pesquisa de campo.

2. 3. 1 - Estudo exploratório: ONG "Moradia e Cidadania"

Conforme foi observado na introdução deste trabalho, o problema central do estudo consiste em buscar resposta para a seguinte questão: em que medida o provimento ao acesso e à formação básica na utilização das TICs, tal como vem sendo fornecido pelo projeto estudado, gera condições para jovens obterem emprego.

Para desenvolver a presente pesquisa partimos inicialmente de um estudo de caráter exploratório. A primeira etapa deste estudo consistiu na realização de um levantamento sobre diferentes cursos de ID no Brasil, e o objetivo deste trabalho foi de nos familiarizarmos com os projetos desenvolvidos por esses cursos.

Esse procedimento permitiu a identificação de três projetos em andamento nas cidades de Florianópolis e Criciúma que desenvolvem programas de Inclusão Digital. Esses projetos são: "Escolas de Informática e Cidadania (EICs)" e "Educação Digital", ambos em Florianópolis; "Telecentro de Informática e Negócios", em Criciúma.

O primeiro levantamento foi realizado junto ao Comitê de Democratização de Informática (CDI), responsável pelo projeto Escolas de Informática e Cidadania (EICs). Nesse quadro, participamos de atividades no presídio feminino e na localidade da Caieira do Sul, ambos do projeto EICs. Nessa fase acompanhamos os dois projetos com uma freqüência média de duas vezes por semana, durante um mês.

O CDI é uma Organização Não Governamental que, desde 1995, desenvolve um trabalho que busca promover a inclusão social utilizando a tecnologia da informação como instrumento para o exercício da cidadania. Os projetos são realizados em bairros de baixa renda e junto a instituições que atendem público com necessidades especiais, como portadores

de deficiência física e visual, jovens em situação de rua, presidiários, população indígena entre outros.

Por meio das EICs[63], criadas em parceria com organizações comunitárias ou movimentos associativos, os jovens têm acesso ao computador. O CDI oferece gratuitamente às comunidades computadores, impressoras, *software*, apostilas e capacitação de educadores, além de acompanhamento técnico e pedagógico. A rede CDI atua em 30 cidades de 19 Estados brasileiros e 11 comitês regionais em oito países por meio de 965 escolas, trabalho que já capacitou cerca de 450.000 jovens, conforme dados de 2003 fornecidos por um dos responsáveis da ONG em SC.

O CDI é financiado por parceiros de porte mundial como a *Philips*, Fundação Vale do Rio Doce (FVRD), *Accenture*, *United States Agency for International Development* (USAID), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundação W. K. Kellogg, Fundação Avina, Programa *InfoDev* do Banco Mundial, *Microsoft*, Fundação Telefônica, Fundação EDS (*Electronic Data Systems Corporation*), Unibanco, Esso e Politec.*Microsoft*. Em Santa Catarina, conta com a colaboração das empresas BrasilTelecom, *PostMix*, Senac, Sensato, Sucesu-SC, Caixa Econômica Federal (CEF), Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), entre outras. A parceria estabelecida com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) possibilita o encaminhamento dos alunos para o Programa de Iniciação para o Trabalho (PIT).

O segundo projeto conhecido foi o Telecentro de Informações e Negócios / Escola de Informática e Cidadania (TIN/EIC), mantido pela Associação Empresarial de Criciúma (ACIC)[64]. Esse projeto oferece aos seus associados cursos na área de educação e capacitação profissional. Inaugurado em outubro de 2003, o Telecentro promove a ID através de cursos de informática básica para adolescentes e crianças de comunidades carentes. O objetivo do telecentro é "inserir na era digital o empresário da microempresa (...) por meio da sua capacitação e treinamento nas modernas ferramentas disponíveis na *Internet* (...), criar oportunidades de negócios e trabalho que induzam ao crescimento na produção e geração de emprego e renda e oportunizar à comunidade a sua Inclusão Digital"[65].

---

[63] Em Santa Catarina, o CDI vem desenvolvendo suas atividades há quatro anos, contando atualmente com 40 escolas dessa natureza distribuídas nas regiões de Blumenau, Criciúma e Florianópolis. O CDI-SC, com sede em Florianópolis, coordena 20 EICs, sendo cinco unidades no oeste catarinense, duas em Tubarão e treze na Grande Florianópolis.

[64] A partir de pesquisa realizada em 20 de outubro de 2005 no endereço www.sebrae-sc.com.br foi constatada outra TIN/EIC no Município de Tijucas.

[65] Disponível em http://www.acicri.com.br/telecentro.asp, endereço da Associação. Acesso em 18 de fevereiro de 2004, às 22h50min.

O TIN/EIC é formado por parcerias que envolvem o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Microempresas (SEBRAE), o Comitê para a Democratização da Informática (CDI) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). Conta ainda com o apoio do Centro de Integração Empresa-Escola de Santa Catarina (CIEE/SC) e da BrasilTelecom S/A.

Na entrevista realizada com um dos coordenadores da ACIC foi destacada a importância dessa iniciativa com fins de responsabilidade social, sobretudo no que tange à qualificação de jovens em informática e à ampliação de oportunidades de trabalho para eles. O sentido que vem sendo atribuído para "responsabilidade social" (conforme explicitamos em páginas anteriores) merece indagações, pois parece ser mais uma nova "falácia" ou "modismo" do capitalismo para dissimular problemas sociais, conforme procuramos esclarecer em capítulo anterior.

O terceiro projeto denominado "Educação Digital" que faz parte desse estudo foi da ONG "Moradia e Cidadania", de dimensão nacional. Em Florianópolis, a ONG que se ocupa desse projeto é formada por funcionários da Caixa Econômica Federal (CEF) e mantida com contribuição mensal dos próprios trabalhadores da instituição. Além de cursos de formação básica em conhecimentos de informática, a mesma ONG executa outras duas propostas: Microcrédito e Moradia para a Baixa Renda. O plano "Educação Digital" tem como principais parceiros a CEF, a BrasilTelecom S/A e a *Microsoft.* Além destes, a ONG conta com recursos advindos de aluguéis de estacionamentos, gincanas, bingos e outras empresas que repassam materiais reutilizáveis (como, por exemplo, *tonner* e papel) para que a ONG venda e obtenha recursos financeiros. Há ainda a participação de outra empresa que oferece transporte para o recolhimento desses materiais. O curso "Educação Digital" é executado no Centro de Treinamento em Florianópolis. No ano de 2003 contou com vinte e quatro turmas de quinze alunos cada uma, formando um total de 360 alunos.

Uma funcionária da CEF que responde pelo projeto foi alocada por esse banco para coordenar a ONG com base na "responsabilidade social". Segundo suas palavras, o principal objetivo do projeto é "acabar com o analfabetismo digital, fazer com que as pessoas adquiram formação em informática porque hoje em dia qualquer emprego exige conhecimentos nessa área". [66] Comenta ainda que o público que freqüenta os cursos oferecidos é composto por jovens carentes e desempregados, originários principalmente dos bairros populares do município de Florianópolis/SC, conhecidos pela concentração de problemas sociais. Na sua

[66] Afirmação extraída da entrevista gravada e transcrita literalmente, realizada em 11-03-2004.

avaliação, a qualificação para a utilização dos equipamentos informáticos permitiu que jovens desempregados fossem inseridos no mercado de trabalho. Observações como estas, sem dados confiáveis que as corroborem, reforçam a necessidade de investigar a forma dessa inserção profissional pela via da Inclusão Digital (formação básica em conhecimentos de informática).

O estudo-piloto que descrevemos nos permitiu delimitar as questões da pesquisa e definir o local para o estudo de caso que passou a consistir nos cursos de "Educação Digital" oferecidos pela ONG "Moradia e Cidadania" e seus egressos nos anos de 2001 a 2003.

2. 3. 2 - A ONG pesquisada : breve histórico

Inicialmente, mais precisamente no ano de 1993, com a denominação de Comitê da Ação da Cidadania dos Empregados da Caixa Econômica Federal, a ONG "Moradia e Cidadania" promovia para comunidades "carentes" cursos de datilografia, corte e costura e alfabetização de jovens e adultos.

No ano de 2000 esse comitê passou a ser uma ONG, sem fins lucrativos, para que, conforme comentamos no capítulo anterior, obtivesse benefícios jurídicos. No ano de 2001 recebeu o Título de Utilidade Pública Federal, o que possibilitou o estabelecimento de parcerias com representantes da iniciativa privada e do poder público para receber doações de qualquer natureza, sobretudo públicas. Finalmente, em 2001 qualificou-se como uma OSCIP. A "Moradia e Cidadania" também conta com o trabalho voluntário de pessoas da sociedade civil que tenham conhecimentos de informática e queiram atuar como professores na formação de alunos para o ingresso no mercado de trabalho.

A organização possui uma coordenação nacional, sediada em Brasília, e representações em todos os Estados do território brasileiro. Em Florianópolis, a ONG "Moradia e Cidadania" desenvolve diferentes projetos, dentre os quais o projeto aqui pesquisado de Inclusão Digital, denominado "Educação Digital". Além deste, outros programas são desenvolvidos, a saber: "alfabetização de jovens e adultos, microcréditos, moradia para pessoas de baixa renda e ações emergenciais para apoiar e incentivar a educação, a cultura, a saúde, a geração de emprego, a defesa do meio ambiente, a assistência social e o combate à fome e à miséria e a favor da contínua busca da melhoria da qualidade de

vida das pessoas menos favorecidas” [67]. No quadro abaixo apresentamos as atividades de cunho social desenvolvidas por essa entidade:

Fonte: Estatuto da ONG “Moradia e Cidadania” [68]

Como mostra o esquema acima, a educação e a geração de trabalho e renda são definidas como ações estruturantes prioritárias, sobretudo para jovens e adultos, para assim enfrentar a condição de desemprego. Em relação ao projeto aqui pesquisado, de Inclusão Digital, o seu objetivo é promover a inclusão de pessoas consideradas excluídas socialmente na área de informática, qualificando-as para o mercado de trabalho.

O trabalho realizado pela ONG “Moradia e Cidadania” no contexto brasileiro tem ênfase na inclusão social a partir da ID, uma realidade especificamente de países da América Latina, conforme detalhamos no capítulo anterior.

[67] Texto extraído do endereço www.moradiaecidadania.org.br/historico.php em 17/12/2005.
[68] Disponível no endereço www.moradiaecidadania.org.br/diretrizes.php. Acesso em 24-04-2005.

Buscando verificar como a escolaridade digital tem se materializado por meio da ID serão apresentados no próximo capítulo os dados coletados de alunos do curso “Educação Digital” (ED) na ONG “Moradia e Cidadania” no segundo semestre do ano de 2004, bem como dos egressos que freqüentaram o mesmo curso no ano de 2001 a 2003.

3. PROJETO "EDUCAÇÃO DIGITAL" E INSERÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO DE CASO NA ONG "MORADIA E CIDADANIA"

Conforme descrito no capítulo anterior, buscamos compreender como funcionam os cursos de formação básica em conhecimentos de informática promovidos pelo "Projeto Educação Digital e Inserção Profissional" da ONG "Moradia e Cidadania", objeto de nosso estudo. Fazem parte dos objetivos desse projeto, como dito anteriormente, promover a iniciação de pessoas consideradas "excluídas socialmente" nos conhecimentos básicos de informática, habilitá-las para trabalhar como usuárias da *Internet* e das tecnologias de informação, ensinando-lhes o manuseio de ferramentas como *Word*, *Excel*, *PowerPoint*, e também oferecer-lhes momentos de cultura, aprendizagem e sociabilidade, iniciativas que visam a promover a inclusão social.

A metodologia do nosso estudo, conforme já descrevemos, compreende o levantamento de dados fornecidos pelos participantes dos cursos de "Educação Digital" que no momento da pesquisa estavam em formação (chamamos esse grupo de ativos) e pelos egressos dos referidos cursos, com dois objetivos principais:

I. identificar o perfil dos alunos que freqüentam esses cursos quanto às suas características sociais e escolares (idade, sexo, escolaridade, renda familiar, situação profissional). Para conhecer essa realidade, aplicamos no ano de 2004 um questionário em duas turmas que no momento participavam do projeto, totalizando 27 questionários respondidos;

II. conhecer a realidade daqueles que já haviam realizado os mesmos cursos mediante um estudo com 14 alunos egressos entre os anos de 2001 e 2003. Com estes aplicamos questionários semelhantes aos do grupo anterior e entrevistas.

Os dados obtidos permitem a análise da relação entre formação básica em conhecimentos de informática e inserção no mercado de trabalho entre os participantes, bem como conhecer a demanda e o público que freqüenta os cursos voltados à qualificação digital. Como já mencionado, este trabalho busca centralmente compreender em que medida os projetos de ID, com programas que têm como um de seus objetivos qualificar trabalhadores pela utilização das novas tecnologias de informação, contribuem efetivamente como elemento de inserção profissional.

Nesta parte apresentamos os principais resultados obtidos com dos referidos levantamentos. Os resultados estão agrupados em três seções principais: características sócio-demográficas, formação escolar e ocupação profissional.

Características sócio-demográficas

Um dos objetivos de nosso trabalho era saber sobre a demanda dos cursos quanto à idade dos alunos, sexo, estado civil, características domiciliares e bens de consumo, conforme descreveremos a seguir.

Idade dos alunos

Como já mencionado, o "Projeto Educação Digital" tem como objetivo promover a educação na utilização das diferentes TICs, tendo como alvo principal os jovens. Jovens são indivíduos com idade entre 17 e 24 anos, mas essa categorização pode ser estendida, passando a compreender a faixa etária entre 17 e 32 anos[69]. Partindo dessa categorização inicial, consideramos para efeito deste trabalho a idade dos respondentes da pesquisa, adotando quatro categorias etárias principais:

- menos de 17 anos: alunos considerados adolescentes;
- entre 17 e 24 anos: alunos jovens de acordo com a categorização tradicional;
- entre 25 e 32 anos: alunos jovens de acordo com a categorização estendida;
- mais de 32 anos: alunos adultos.

A análise das respostas sobre a idade dos participantes do curso é apresentada no gráfico a seguir.

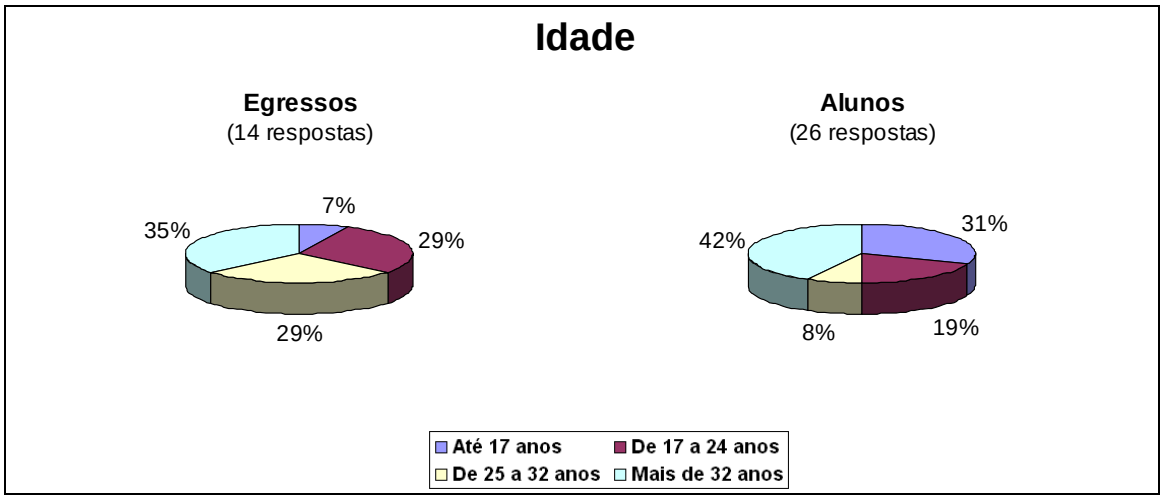

Figura 3 – Distribuição dos participantes de acordo com a idade

Fonte: Pesquisa de campo

[69] Para saber mais sobre a faixa etária mencionada consultar a tese de doutorado de Mariléia Maria da Silva (2004): "Triunfo e lágrimas: estratégias dos jovens graduados em busca da inserção profissional", defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC.

Os resultados obtidos mostram que a capacitação na utilização das TICs entre os participantes deste projeto não é preocupação exclusiva dos considerados jovens, já que entre alunos e egressos:

- 31% dos alunos e 7% dos egressos têm até 17 anos e;
- 42% dos alunos e 35% dos egressos possuem idade superior a 32 anos, idade que, segundo o IBGE, faz parte o público adulto;
- conforme o gráfico acima, a categoria jovem embora presente não representa o maior público dos inscritos e egressos dos cursos de ID.

Esses dados nos levam a concluir pela forte demanda na utilização das TICs dos chamados adolescentes e sobretudo do público adulto que não teve acesso a esses recursos e que encontram no projeto uma oportunidade de adquirir conhecimentos básicos de informática com vistas à criação de oportunidades de trabalho.

Por outro lado, verificamos que a participação de jovens entre 17 e 32 anos variou significativamente entre alunos (27%) e egressos (58%), sugerindo que o perfil da turma não permanece constante nos diferentes cursos.

Gênero

A questão do gênero nos cursos de nível superior da área de exatas já foi objeto de muitos estudos, e as estatísticas revelam que esses cursos, embora a tendência esteja mudando, propendem a apresentar um percentual significativamente maior de indivíduos do sexo masculino. Devido às suas características técnicas de manuseio de ferramentas, os cursos de habilitação na utilização das TICs possuem semelhanças aos cursos da área de exatas, e eventualmente seu perfil de participantes poderia vir a ser semelhante àquele verificado em cursos de nível superior da área das exatas. Essa hipótese inicial não foi confirmada em nossa pesquisa, conforme pode ser observado nos gráficos seguintes.

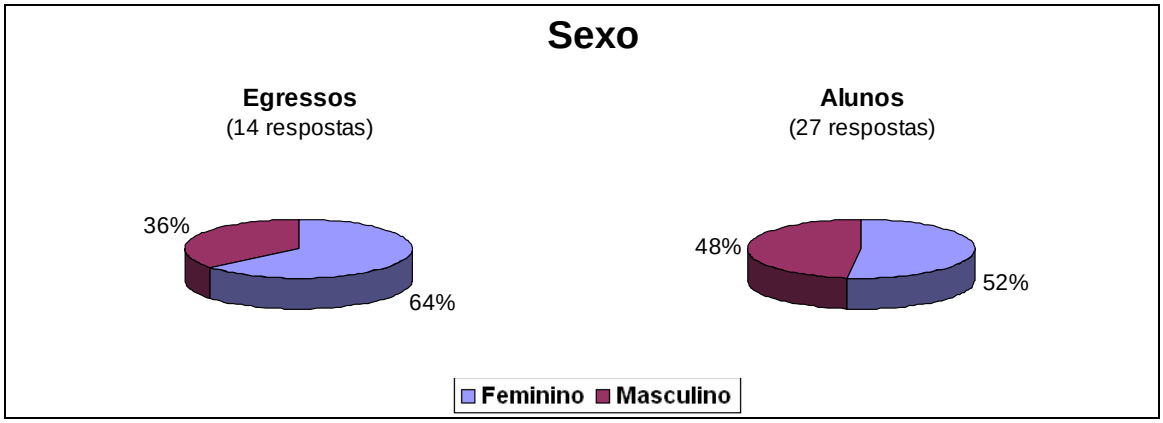

Figura 4 – Distribuição dos participantes de acordo com o sexo
Fonte: Pesquisa de campo

De acordo com os resultados obtidos, verificamos que tanto no grupo dos egressos quanto dos alunos houve um maior número de participantes do sexo feminino. Algumas explicações podem justificar essa tendência: primeiro, há uma forte demanda em diversos segmentos do mercado de trabalho por candidatos com formação básica em informática. Os cursos oferecidos procuram atender a uma necessidade emergencial, oferecendo capacitação na utilização de algumas ferramentas básicas que são requeridas no comércio e nos mais diversos setores da economia. Dessa forma, apesar de o perfil dos cursos ser essencialmente técnico, sua formação generalista e com conteúdos vistos como de grande aplicabilidade prática atrai indivíduos de ambos os sexos e, como vimos, de diferentes faixas etárias. Acreditamos também que essa mesma tendência na composição do público pode estar associada ao fato de se tratar de cursos de curta duração. Além disso, a familiaridade com a informática vem crescendo em todas faixas etárias, gênero e diferentes camadas sociais. É possível que possamos encontrar diferenças na relação entre gênero e as formas de utilização das TICS, mas não é nosso objetivo entrar nessa questão.

Estado civil, condições de moradia e consumo

O objetivo aqui é verificar o estado civil e as condições de moradia e consumo dos participantes do “Projeto Educação Digital”. Os resultados obtidos são apresentados nas duas figuras a seguir.

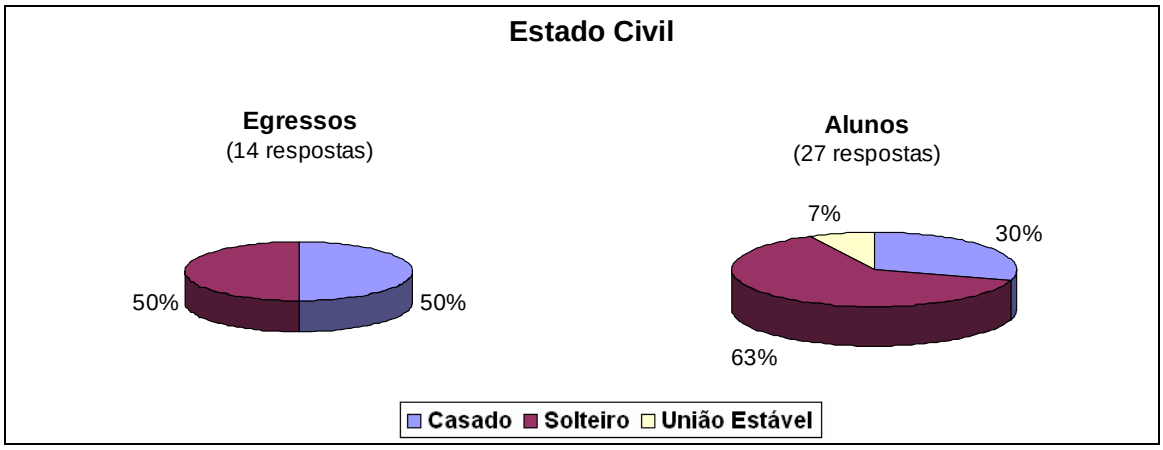

Figura 5 – Distribuição dos participantes de acordo com o seu estado civil

Fonte: Pesquisa de campo

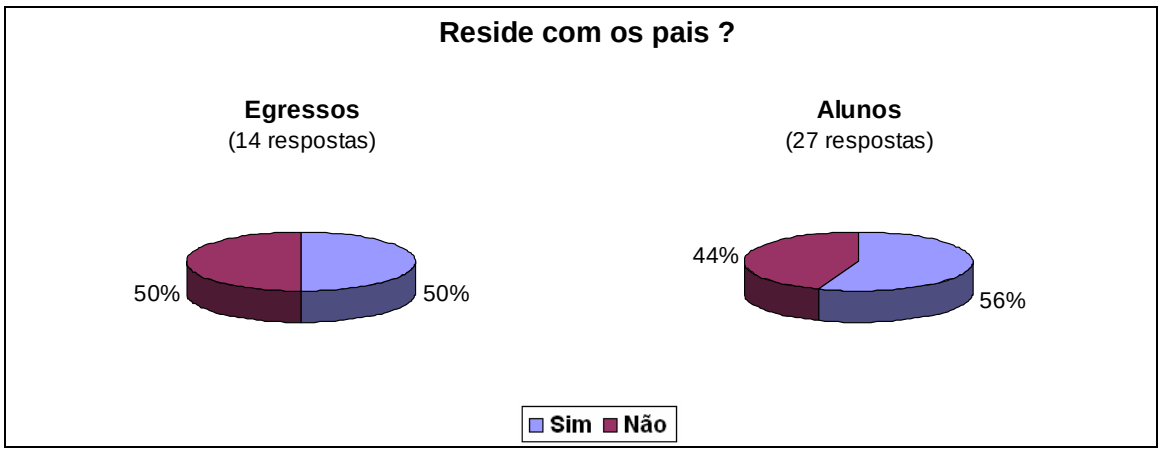

Figura 6 – Distribuição dos participantes de acordo com a estrutura familiar

Fonte: Pesquisa de campo

De acordo com os resultados obtidos, verificamos que a maioria dos alunos participantes e a metade dos egressos são solteiros e que nos dois casos aproximadamente a metade reside com os familiares.

Em relação ao domicílio e de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,

2001) [70], conceitua-se como domicílio o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. O domicílio pode ser classificado como próprio (de propriedade do morador), alugado (o morador paga aluguel), cedido (gratuitamente para o morador) ou outro. Para esta pesquisa adotamos apenas as possibilidades de o domicílio ser próprio (e que neste caso inclui a opção cedido) ou alugado.

As características domiciliares analisadas pelo IBGE incluem ainda abastecimento de água canalizada, esgoto sanitário, destino do lixo e iluminação elétrica. Com base nesses indicadores, avaliamos um conjunto semelhante de características dos domicílios dos respondentes, e as respostas obtidas são apresentadas a seguir.

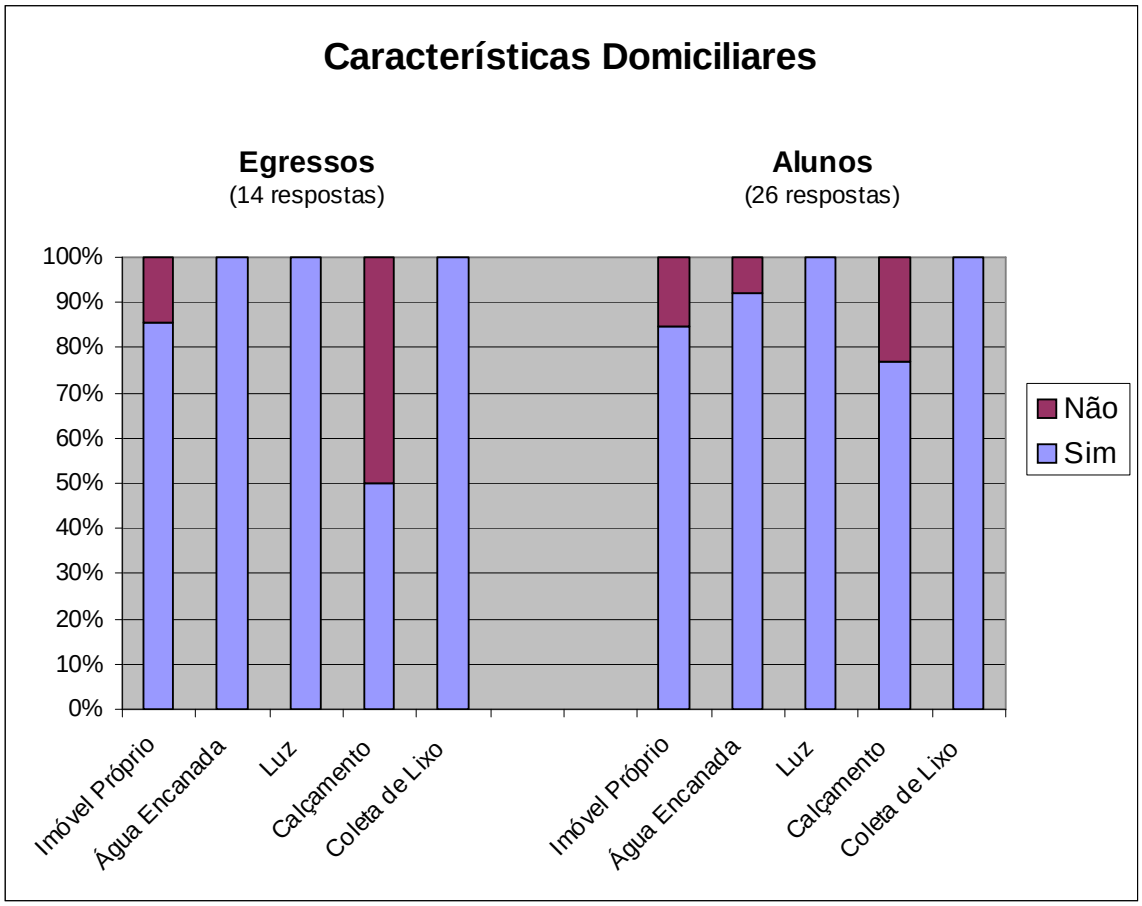

Figura 7 – Características das residências dos participantes

Fonte: Pesquisa de campo

[70] Os dados do IBGE/PNAD apresentados nesse capítulo são extraídos da síntese de indicadores referentes ao ano 2001 e foram obtidos no *site* www.ibge.gov.br do IBGE e no arquivo nominado sintesepnad.pdf.

De acordo com os resultados obtidos, 85% da população pesquisada residem em domicílio próprio. Comparando estes dados com aqueles apresentados pelo IBGE, verificamos semelhanças, já que o percentual de pessoas que reside em imóvel próprio no Brasil é de 86% e na Região Sul é de 87%. O que não fica evidente é a condição de moradia, como, por exemplo: quantos, mesmo detendo o título de proprietários de sua casa, estão em áreas conhecidas como favelas e em que condições residem. Como sabemos, os contrastes das condições de habitação são enormes no Brasil.

Em relação ao abastecimento de água, quase a totalidade dos questionados afirmou possuir água encanada, valor superior à média nacional (80%) e da Região Sul (81%). Em relação à eletricidade e coleta de lixo, 100% afirmaram possuir energia elétrica, valor próximo da realidade nacional (95%) e da realidade da Região Sul (98%), e igualmente 100% afirmaram dispor de lixo coletado, valor superior à média nacional (80%) e da Região Sul (83%). Finalmente, a metade dos egressos e aproximadamente 80% dos alunos residem em ruas calçadas, variável esta que não é analisada pelo IBGE.

Dessa forma, as características domiciliares dos entrevistados se aproximam daquelas do país e da Região Sul. É importante considerar que todos residem na Grande Florianópolis, área urbana considerada pelos índices divulgados pela mídia, especialmente escrita, como relativamente superior à média nacional.

Bens de consumo

A existência de bens de consumo nas residências é analisada pelo IBGE como uma característica dos domicílios permanentes, podendo incluir telefone (fixo ou móvel), fogão, filtro de água, rádio, televisão, *freezer*, máquina de lavar roupa e computador. Em relação a esses indicadores, os resultados obtidos na pesquisa realizada encontram-se a seguir.

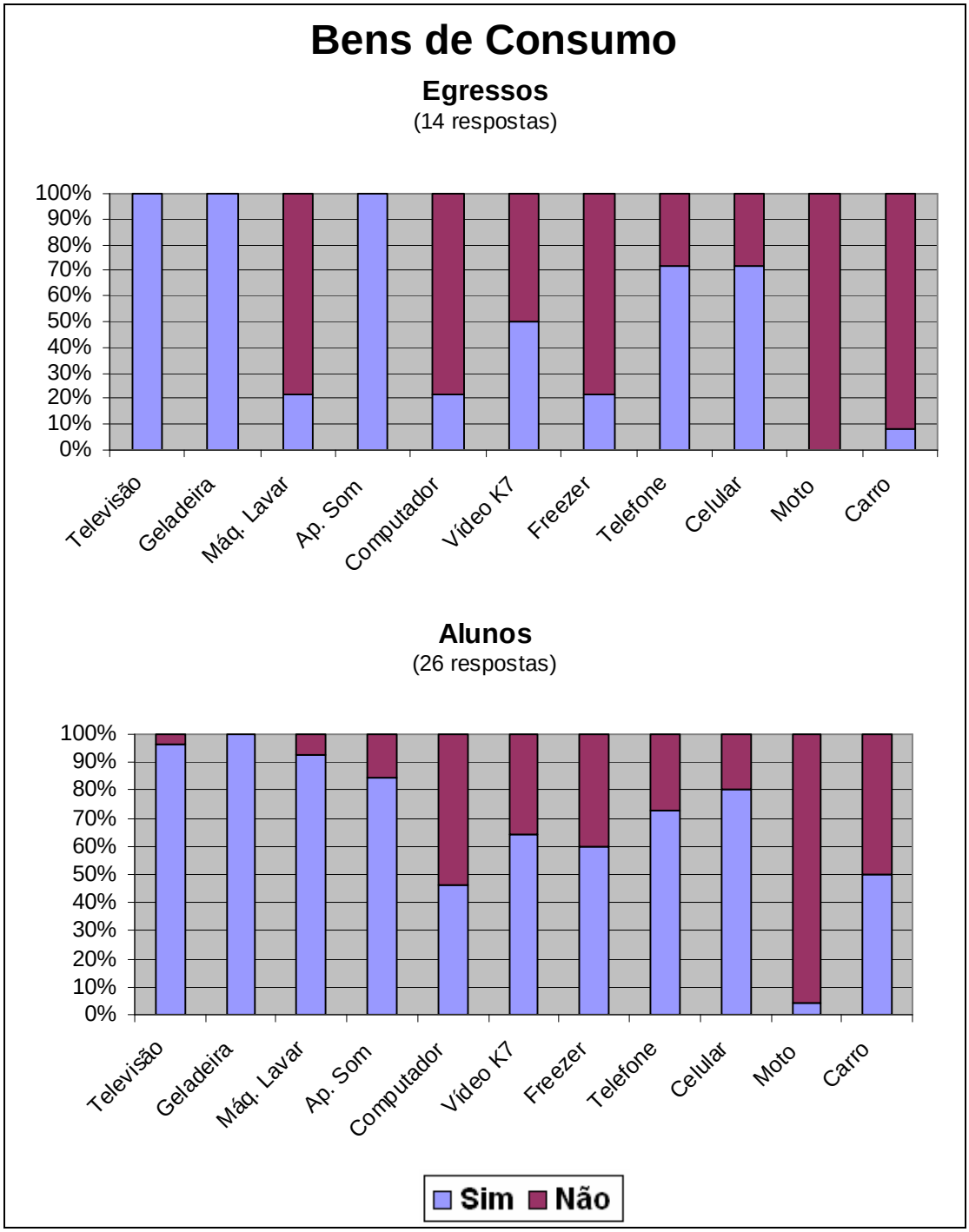

Figura 8 – Bens de consumo

Fonte: Pesquisa de campo

Os resultados obtidos nesta seção reforçam a constatação de que os respondentes egressos apresentam alguns indicadores de consumo domiciliar como máquina de lavar, computador, carro e *freezer* em menor proporção do que os alunos. Decidimos então comparar os resultados com uma amostra maior, ou seja, com os indicadores apresentados pelo IBGE para bens de consumo. Essa comparação mostra que o grupo de respondentes

apresenta realidade superior à da média nacional e da Região Sul, como revela a tabela a seguir.

	Alunos	Egressos	Região Sul	Brasil
Televisão	96%	100%	92%	89%
Geladeira	100%	100%	93%	85%
Máq. Lavar	92%	21%	49%	34%
Ap. Som	85%	100%	93%	88%
Computador	46%	21%	14%	13%
Freezer	60%	21%	35%	19%
Telefone	73%	71%	54%	51%
Celular	80%	71%	65%	59%
Vídeo K7	64%	50%		
Moto	4%	0%		
Carro	50%	8%		

Tabela 1: Comparação bens de consumo

Fonte: Pesquisa de campo

De uma maneira geral os grupos estudados residem em imóvel próprio como é o caso também da Região Sul e apresentam indicadores superiores quando avaliados os bens de consumo, tanto em relação à média nacional quanto à média da Região Sul. Portanto, é possível afirmar que a população que procura pelos cursos de ID não está situada no nível mais baixo da estrutura social. Para nosso estudo, chamamos a atenção sobre a posse de um bem: o computador. Aproximadamente a metade dos alunos e pouco menos de um quarto dos egressos têm computador em suas casas. Esses dados são superiores à média nacional, conforme já indicamos.

Ampliando nosso quadro de resultados, é possível esperar que as condições materiais citadas tenham relação favorável também com o nível de instrução e emprego. Os dados sobre estudo e condição de trabalho serão apresentados a seguir.

Escolaridade

O objetivo desta seção é avaliar o nível de escolaridade e alguns dados do histórico escolar dos alunos e egressos do "Projeto Educação Digital". Como estamos fazendo com os demais dados apresentados, citamos informações mais gerais do Brasil. Inicialmente tratamos da noção de estudante apresentada pelo IBGE. De acordo com esse instituto, estudante pode ser definido como a pessoa que freqüenta curso regular (de ensino fundamental, ensino médio, superior, mestrado ou doutorado, pré-escolar, de alfabetização de adultos supletivo ministrado em escola ou pré-vestibular). Em nossa pesquisa e em função da população estudada,

consideramos os estudantes ativos no momento da coleta de dados (aproximadamente 40%) e todos aqueles que freqüentavam o ensino regular de nível fundamental, médio e superior. Relativamente aos respondentes que interromperam seus estudos por qualquer motivo e não estavam estudando (o que corresponde a aproximadamente 60% dos entrevistados), identificamos, conforme o nível de interrupção, o que segue : ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, ensino médio incompleto, ensino médio completo, ensino superior incompleto e ensino superior completo.

Feitas essas observações, apresentamos as tabelas abaixo sobre o nível de escolaridade dos informantes em relação aos cursos regulares de educação.

Tabela 2: nível escolar dos informantes que estavam cursando o ensino regular

Escolaridade dos informantes em ID		**Escolaridade dos egressos**	
Ensino fundamental	8	Ensino fundamental	2
Ensino médio	6	Ensino médio	0
Ensino superior	0	Ensino superior	1
Total	**14**	**Total**	**3**

Tabela 3: nível escolar dos informantes que interromperam os estudos

Escolaridade dos informantes em ID **Interromperam os estudos**		**Escolaridade dos egressos** **Interromperam os estudos**	
Ensino fundamental incompleto	4	Ensino fundamental incompleto	4
Ensino fundamental completo	1	Ensino fundamental completo	1
Ensino médio incompleto	3	Ensino médio incompleto	2
Ensino médio completo	4	Ensino médio completo	4
Ensino superior incompleto	0	Ensino superior incompleto	0
Ensino superior completo	1	Ensino superior completo	0
Total	**13**	**Total**	**11**

Fonte: Pesquisa de campo

Como é possível observar, do total de 41 informantes 17 (41,5%) freqüentavam o ensino regular, enquanto 24 (58,5%) haviam interrompido seus estudos. De acordo com a tabela acima, grande parte dos informantes (ou seja: 10 do total de 17) que eram também estudantes do ensino regular no momento da pesquisa freqüentava o ensino fundamental, 6 o ensino de nível médio e 1 superior.

No grupo dos que haviam interrompido os estudos, 4 do total de 24 obtiveram certificado de ensino médio e 1 superior, enquanto 8 não completaram o ensino médio e deste

total a metade ou 4 não concluiu o ensino fundamental. Isso quer dizer que 33,3% não estavam de posse de certificados normalmente exigidos (ensino fundamental e médio) na seleção para postos no mercado de trabalho. Esse é um dado importante a ser considerado, pois quando se trata da escolaridade, embora não garanta necessariamente a inserção no mercado de trabalho, é sabido que o certificado de ensino fundamental e sobretudo médio é requisito que conta no momento de competir com uma vaga, mesmo em ocupações pouco qualificadas.

Os motivos apresentados pelos que abandonaram os estudos antes de completar o nível freqüentado incluem gravidez, doença, serviço militar, falta de recursos e necessidades profissionais. Entre os pesquisados que não estão estudando atualmente, o tempo médio em que se encontram fora da escola é de 10 anos.

Considerando ainda questões sobre a escolaridade, apesar de a grande maioria ter iniciado seus estudos em idade apropriada (93% até os 7 anos em ambos os grupos), parte significativa dos respondentes foi reprovada em algum momento (64% entre egressos e 48% entre alunos). A grande maioria matriculada nos cursos de ID é originária da rede pública de ensino, conforme pode ser observado nos gráficos abaixo.

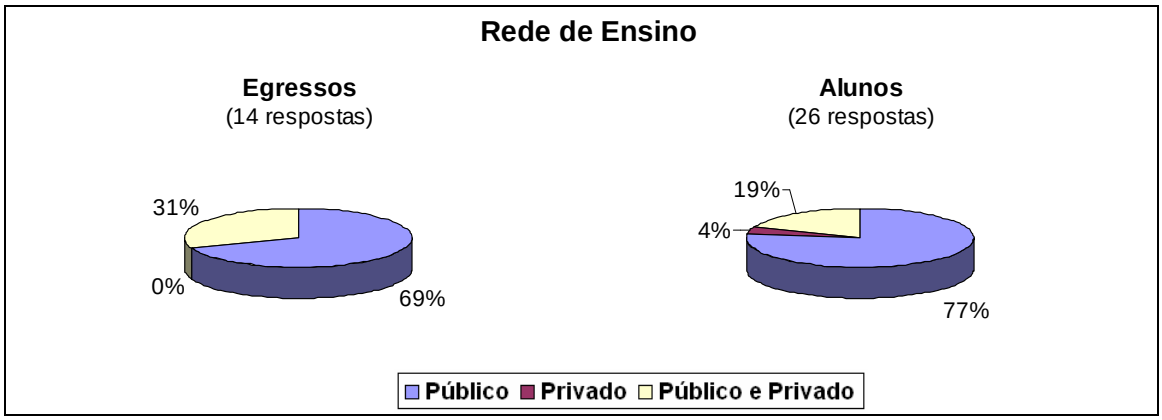

Figura 9: Rede de ensino freqüentada

Fonte: Pesquisa de campo

Esses gráficos revelam que a grande maioria dos entrevistados freqüentou apenas a rede pública de ensino (77% entre os informantes em ID e 69% entre egressos) e que a menor parte dos respondentes (19% no primeiro grupo e 31% no segundo) chegou a participar de cursos na rede particular de ensino, geralmente apenas no final do ensino médio ou durante o ensino superior. Mesmo nessas circunstâncias é mais significativo entre os egressos o número que obteve acesso aos recursos da rede particular de ensino.

Outra questão era verificar a realização de outros cursos de formação complementar. De acordo com as respostas obtidas, 37% dos informantes em ID e 50% dos egressos já tinham participado de algum curso extra-ensino regular. A natureza dos cursos freqüentados é bastante variada, incluindo técnico em vendas, datilografia, corte de cabelo, instalação de telefone e auxiliar de escritório, *office boy* e *office girl* usualmente oferecidos por instituições como SENAC e SENAI.

Finalmente, os respondentes foram questionados sobre a realização de cursos na área da informática e o grau de conhecimento adquirido. Uma maioria significativa nunca tinha participado desse tipo de curso (96% entre os informantes em ID e 83% entre os egressos) e não tinha também conhecimentos sobre informática adquiridos por iniciativa própria. Esse dado justificaria iniciativas como a da ONG estudada que se destina às populações mais desprovidas de conhecimentos em informática. Essa percepção é reforçada pelo fato de que parte significativa confirma sua intenção em participar de outros cursos nesse mesmo campo de interesse, mas esbarra nas dificuldades financeiras pelo custo que representam. Essa é uma das principais razões, ao menos em relação ao grupo estudado, da demanda pelos cursos proporcionados pela ONG "Moradia e Cidadania".

Perfil ocupacional

O objetivo desta seção é caracterizar o perfil ocupacional dos participantes do projeto "Moradia e Cidadania". De acordo com o IBGE, as principais categorias de ocupação profissional incluem:

- empregado: pessoa que trabalha para um empregador;
- trabalho doméstico: pessoa que trabalha na prestação de serviço doméstico, podendo ter ou não carteira assinada;
- conta própria: pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento sem empregados;
- empregador: pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento com empregados;
- trabalhador não remunerado membro da unidade familiar: pessoa que realiza trabalhos domésticos sem remuneração em ajuda da unidade familiar;
- outro trabalhador não remunerado: pessoa que trabalha sem remuneração em ajuda de instituição;

- trabalhador na produção para próprio consumo: pessoa que trabalha na produção de bens do ramo das atividades primárias para consumo próprio;
- trabalhador na construção para próprio uso: pessoa que trabalha na construção de edificações para própria utilização ou da família.

Como um dos objetivos principais deste trabalho é priorizar a análise de informações que representem a condição de emprego ou desemprego da amostra pesquisada, adaptamos as categorias propostas pelo IBGE da seguinte maneira:

- empregado com carteira: compreende todas as respostas dos que afirmaram ter emprego estável e com vínculo empregatício firmado em carteira de trabalho, incluindo funcionários públicos, da iniciativa privada e domésticos; dessa forma, essa categoria contempla as categorias empregado e empregado doméstico com carteira assinada propostas pelo IBGE;
- empregado sem carteira: compreende todos os respondentes que afirmaram ter emprego sem vínculo empregatício firmado em carteira de trabalho, incluindo principalmente trabalhos considerados temporários, bastante comuns em economias sazonais como a da Grande Florianópolis, e trabalhos permanentes, mas sem vínculo empregatício, como, por exemplo, empregados domésticos sem carteira assinada, categoria proposta pelo IBGE;
- autônomo / empresário: compreende todos os respondentes que afirmaram trabalhar por conta própria ou possuir empresas com funcionários; dessa forma, essa categoria contempla as categorias empregador e por conta própria propostas pelo IBGE;
- desempregado: inclui todos os indivíduos sem ocupação profissional remunerada definida e, dessa forma, inclui as categorias trabalhador não remunerado membro da unidade familiar, trabalhador não remunerado, trabalhador na produção para próprio consumo e trabalhador na construção para próprio uso, propostas pelo IBGE.

Consideramos ser possível a realização de comparações entre os nossos resultados obtidos sobre a condição de emprego com os dados apresentados pelo IBGE, pelo fato de este definir “Taxa de Atividade” como a percentagem das pessoas economicamente ativas em relação às pessoas com 10 anos ou mais de idade (totalidade dos entrevistados na nossa pesquisa). A taxa de atividade é utilizada como parâmetro para a elaboração de estimativas sobre emprego e desemprego.

Os resultados obtidos na pesquisa são apresentados nas figuras a seguir:

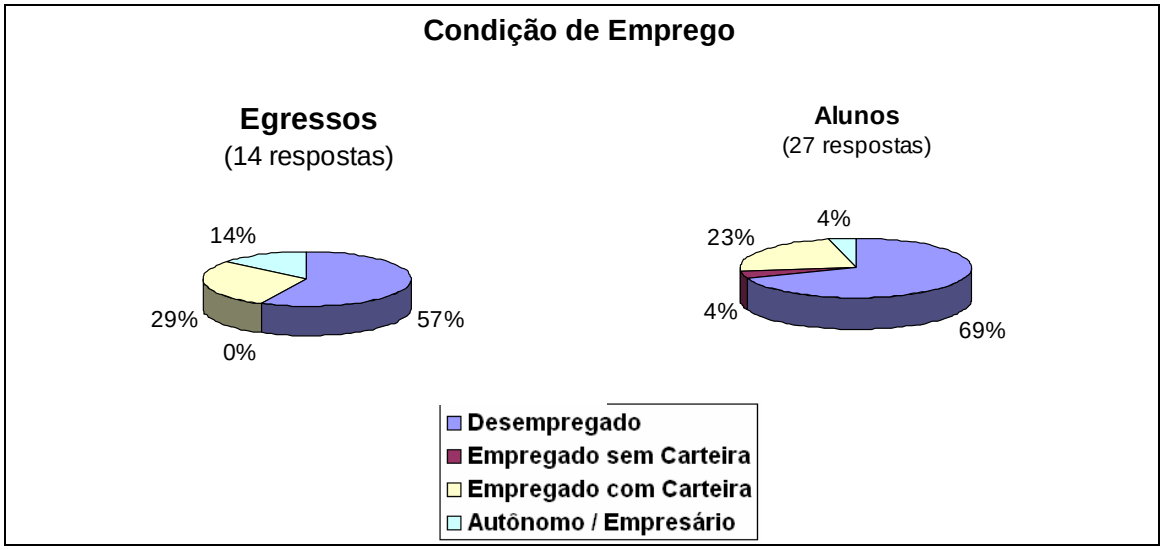

Figura 10: Condição de emprego dos participantes

Fonte: Pesquisa de campo

Como é possível observar no gráfico apresentado, 43% dos egressos e 31% dos informantes em ID tinham trabalho remunerado no momento da pesquisa. Desse total, 29% no primeiro grupo e 23% no segundo possuíam contrato com carteira assinada, o que nem sempre acontece com aqueles que trabalham na condição de autônomo. Dados do IBGE assinalam um índice superior quando se trata de pessoas que trabalham nesse tipo de regime: a média nacional é de 51,38% e para a Região Sul 55,29%, ou seja, a realidade nacional mostra que mais de 50% dos trabalhadores não têm os direitos mínimos para o exercício da profissão.

A maior proporção dos nossos questionados (69% daqueles em formação em ID e 57% dos egressos) encontrava-se desempregada e estava tentando reinserir-se no mercado de trabalho, uma vez que 100% dos participantes já haviam trabalhado anteriormente. Como indicam pesquisas recentes, aproximadamente 10% da população brasileira encontram-se em situação de desemprego, e essa condição atinge sobretudo a população jovem. Portanto, não é de estranhar que cursos de informática, em face das novas demandas do mercado de trabalho, despertem grande interesse nessa parcela da população.

A grande maioria dos entrevistados empregados contribui com a renda familiar. Cabe observar que as informações obtidas sobre o valor da renda familiar e dos nossos informantes são de pouca consistência, motivo pelo qual não serão aqui apresentadas.

Em relação ao segmento de desempregados, considerando os entrevistados que já trabalharam, o tempo que estão procurando emprego é bastante diverso, podendo variar de poucos meses a alguns anos.

Até o momento de encontrar um novo emprego, os informantes em geral exerceram ocupações diversas como balconistas, telefonistas, auxiliares de escritório, assistentes gerais, entre outras. O relato a seguir ilustra bem essa maratona entre um emprego e outro:

> Sou técnica em Saneamento pela ETFSC, me formei em 2002, fiz estágio na vigilância sanitária de Florianópolis. Tentei um emprego na área, até mesmo em outras cidades do Estado, mas não consegui. Trabalhei por um ano e meio com minha mãe, numa loja de confecções de roupas íntimas em geral, onde adquiri experiência com vendas. A loja fechou, fiquei desempregada por 3 meses e comecei a trabalhar num escritório de engenharia e arquitetura hospitalar, de uma empresa de São Paulo que estava montando uma filial em Florianópolis, na qual meu professor da ETFSC era sócio. Trabalhei lá por cinco meses e os gastos foram enxugados, e com isso eu também perdi meu emprego. Cerca de um mês depois, consegui trabalhar como *free-lancer* com pesquisas por telefone, que consegui por meio de um anúncio no jornal. Fiquei uns quatro meses nisso, esperando a vaga que iria surgir para recepcionista no Tribunal de Justiça, onde trabalho hoje. Em setembro de 2003 comecei aqui, trabalhei durante dois meses e depois durante os meses de férias (janeiro/fevereiro/julho) na Biblioteca. Participei da implantação do Sistema de Controle de Acesso dos Visitantes ao Tribunal de Justiça até o mês de julho de 2004, quando surgiu a oportunidade de trabalhar onde estou hoje, no Gabinete da Presidência.

.

Entre as razões apontadas como causas do desemprego, as duas mais citadas foram a falta de qualificação profissional e a baixa escolaridade. Fazem parte das alternativas encontradas pelos entrevistados para enfrentar o desemprego a realização de cursos de aprimoramento diversos, envio de currículos, preenchimento de fichas em empresas e a realização de trabalhos temporários.

Aproximando informantes em ID e egressos

O objetivo desta seção é mostrar algumas relações entre as características dos informantes como idade, sexo e escolaridade e suas condições de trabalho. Para isso continuamos com a análise dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários apresentados na seção anterior, divididos de acordo com o público pesquisado, ou seja, entre aqueles que freqüentavam os cursos de ID e os egressos desses cursos. A divisão dos resultados entre o primeiro e o segundo grupo tem por objetivo buscar informações capazes

de identificar diferenças entre a realidade experimentada pelo grupo que realiza o curso e aqueles que já experimentam a realidade após a sua conclusão. Além disso, para reforçar a análise apresentada em cada item estaremos incorporando dados das entrevistas.

Inicialmente apresentamos os resultados obtidos do cruzamento entre informações sobre a idade dos respondentes dos dois grupos acima considerados e a sua condição ocupacional.

Idade (anos)	Até 17	De 17 a 24	De 25 a 32	Mais de 32
Condição de Emprego - Alunos				
Desempregado	100%	40%	67%	50%
Empregado sem Carteira	0%	20%	0%	0%
Autônomo / Empresário	0%	20%	0%	0%
Empregado com Carteira	0%	20%	33%	50%
Condição de Emprego - Egressos				
Desempregado	100%	40%	67%	60%
Empregado sem Carteira	0%	0%	0%	0%
Autônomo / Empresário	0%	20%	0%	20%
Empregado com Carteira	0%	40%	33%	20%

Tabela 4 – Relação entre idade e condição de emprego

Fonte: Pesquisa de campo

De acordo com a tabela anterior, os participantes que se encontram em idade escolar (até 17 anos) estão em condição de desemprego em ambas as turmas. Na faixa de 17 a 24 anos, 60% em ambos os grupos estavam inseridos no mercado de trabalho, embora em condição variável. Por exemplo: nem todos detinham uma condição regulamentada, com carteira assinada, como é o caso de uma das entrevistadas que produz artesanato de forma autônoma. O índice de desemprego é bastante elevado em todos os grupos com idade de 17 anos ou mais, variando de 40% a 67% tanto para os que freqüentavam ID quanto para os egressos. Esses dados sugerem que a formação obtida em ID não está necessariamente contribuindo para a obtenção de emprego.

A segunda questão formulada buscava relacionar informações sobre gênero dos participantes e sua condição de emprego atual. Os resultados obtidos são apresentados na tabela a seguir:

Sexo	Feminino	Masculino
Condição de Emprego - Alunos		
Desempregado	71%	62%
Empregado sem Carteira	0%	0%
Autônomo / Empresário	7%	0%
Empregado com Carteira	21%	38%
Condição de Emprego - Egressos		
Desempregado	44%	80%
Empregado sem Carteira	0%	0%
Autônomo / Empresário	11%	20%
Empregado com Carteira	44%	0%

Tabela 5 – Relação entre sexo e condição de emprego[71]

Fonte: Pesquisa de campo

De acordo com os resultados apresentados, há diferenças entre as condições de emprego de acordo com a variável descrita, já que na turma dos matriculados em ID as mulheres se encontram em situação maior de desemprego, enquanto que na turma de egressos essa situação se inverte.

O terceiro dado apresentado busca avaliar a relação entre níveis de escolaridade entre os participantes e condição de emprego. Os resultados obtidos são apresentados na tabela a seguir.

Nível de Escolaridade	CEF	CEM	CES	NE-EFI	NE-EFC	NE-EMI	NE-EMC	NE-ESI	NE-ESC
Condição de Emprego - Alunos									
Desempregado	100%	50%		75%	100%	33%	50%		0%
Empregado sem Carteira	0%	17%		0%	0%	0%	0%		0%
Autônomo / Empresário	0%	17%		0%	0%	0%	0%		0%
Empregado com Carteira	0%	17%		25%	0%	67%	50%		100%
Condição de Emprego - Egressos									
Desempregado	100%		0%	50%	100%	50%	50%		
Empregado sem Carteira	0%		0%	0%	0%	0%	0%		
Autônomo / Empresário	0%		0%	25%	0%	50%	0%		
Empregado com Carteira	0%		100%	25%	0%	0%	50%		

Obs: CEF: cursando ensino fundamental; CEM: cursando ensino médio; NE-EFI: não estuda - ensino fundamental incompleto; NE-EFC: não estuda - ensino fundamental completo; NE-EMI: não estuda - ensino médio incompleto; NE-EMC: não estuda - ensino médio completo; NE-ESI: não estuda - ensino superior incompleto; NE-ESC: não estuda - ensino superior completo

Tabela 6 – Relação entre nível de escolaridade e condição de emprego

Fonte: Pesquisa de campo

Acreditamos que o mais importante a ser destacado no quadro acima seja a relação entre desemprego e escolaridade básica. A grande maioria dos informantes que tem como

[71] Os dados sobre a condição de emprego dos egressos não totalizam 100% por conta de que essa informação foi coletada após a realização da entrevista por solicitação do orientador Paulo Sérgio Tumolo. Dos egressos que entramos em contato, um deles não foi localizado.

grau de escolaridade o ensino fundamental, completo ou incompleto encontra-se na condição de desemprego. Essa proporção é significativamente menor para aqueles com ensino médio, completo ou incompleto: 50% dos informantes em ID que cursavam o ensino médio, 50% que o haviam completado e 33% que haviam interrompido esse nível de ensino estavam na mesma situação de desempregados. Assim, a distribuição entre empregados e desempregados é mais próxima após o ensino fundamental. Contudo, é importante registrar que entre os egressos dos cursos de ID o quadro se mantém próximo aos indicadores do grupo anterior. O que podemos deduzir do último quadro é que não há uma relação direta entre o grau de escolaridade obtido e a condição de emprego/desemprego, assim como entre essa segunda condição e o fato de ter concluído o curso na ONG.

Apesar de essa formação extra escolar não contribuir necessariamente para a inserção no mercado de trabalho, os sujeitos pesquisados entendem que o curso oferecido pela organização é de nível básico, mas necessário para aqueles que estão disputando uma vaga no mercado ou que pretendem mudar de ramo de atividade. Significativo é o que sintetiza um dos informantes: “agora tenho certificado para mostrar”.

Procuramos também relacionar a posse de computador e a condição de emprego, conforme o quadro abaixo.

Possui Computador	Sim	Não
Condição de Emprego - Alunos		
Desempregado	50%	79%
Empregado sem Carteira	0%	7%
Autônomo / Empresário	0%	7%
Empregado com Carteira	50%	7%
Condição de Emprego - Egressos		
Desempregado	33%	64%
Empregado sem Carteira	0%	0%
Autônomo / Empresário	0%	18%
Empregado com Carteira	67%	18%

Tabela 7 – Relação entre computador e condição de emprego

Fonte: Pesquisa de campo

Diversas iniciativas de ID implementadas no momento atual buscam oferecer computadores de baixo custo para a população menos favorecida, mas, conforme os dados já apresentados, somente 20% dos egressos e 45% dos que freqüentam ID dispõem desse instrumento. Embora a proporção dos desempregados seja superior entre aqueles que não possuem computador, não acreditamos que seja possível estabelecer uma relação direta entre essas duas variáveis. Seguramente associadas à posse ou não de computador estão outras variáveis sociais, econômicas e culturais.

O quadro a seguir tem por objetivo estabelecer relação entre nível de escolaridade dos alunos e idade dos informantes.

Idade	Até 17	Entre 17 e 24	Entre 25 e 32	Mais de 32
Nível de Escolaridade - Alunos				
CEF	50%	0%	67%	10%
CEM	38%	40%	0%	10%
CES				
NE-EFI	13%	20%	0%	20%
NE-EFC	0%	40%	0%	0%
NE-EMI	0%	0%	33%	0%
NE-EMC	0%	0%	0%	50%
NE-ESI				
NE-ESC	0%	0%	0%	10%
Nível de Escolaridade - Egressos				
CEF	100%	0%	25%	0%
CEM	0%	0%	0%	0%
CES	0%	25%	0%	0%
NE-EFI	0%	75%	0%	20%
NE-EFC	0%	0%	0%	20%
NE-EMI	0%	0%	25%	20%
NE-EMC	0%	0%	50%	40%
NE-ESI				
NE-ESC				

Obs: CEF: cursando ensino fundamental; CEM: cursando ensino médio; NE-EFI: não estuda - ensino fundamental incompleto; NE-EFC: não estuda - ensino fundamental completo; NE-EMI: não estuda - ensino médio incompleto; NE-EMC: não estuda - ensino médio completo; NE-ESI: não estuda - ensino superior incompleto; NE-ESC: não estuda - ensino superior completo

Tabela 8 – Relação entre idade e nível de escolaridade

Fonte: Pesquisa de campo

Como é possível observar na tabela apresentada, apenas participantes com até 17 anos freqüentam o ensino fundamental. Para aqueles com mais de 17 anos os resultados tornam-se dispersos, sugerindo que os indivíduos que procuram o projeto de Inclusão Digital para adquirir conhecimentos básicos de utilização das TICs têm um grau de escolaridade bastante variado, incluindo aqueles que não estudavam e não obtiveram um certificado de nível básico até aqueles que já concluíram o ensino médio ou superior.

A questão seguinte busca explicitar o perfil da ocupação de acordo com a idade dos informantes.

Idade	Até 17	De 17 a 24	De 25 a 32	Mais de 32
Condição de Ocupação - Alunos				
Não Trabalha - Não Estuda	13%	40%	0%	40%
Só Estuda	88%	0%	67%	10%
Só Trabalha	0%	20%	33%	40%
Trabalha e Estuda	0%	40%	0%	10%
Condição de Ocupação - Egressos				
Não Trabalha - Não Estuda	0%	25%	50%	60%
Só Estuda	100%	0%	25%	0%
Só Trabalha	0%	50%	25%	40%
Trabalha e Estuda	0%	25%	0%	0%

Tabela 9 – Perfil de ocupação dos participantes

Fonte: Pesquisa de campo

Os resultados apresentados nessa tabela mostram que a grande maioria dos participantes com menos de 17 anos encontra-se apenas estudando e, como já discutido anteriormente, geralmente ainda no ensino fundamental. Entre os participantes com 17 a 24 anos essa distribuição se altera significativamente, já que parte deles se encontra trabalhando ou então “não estudando e não trabalhando”, o que caracteriza situação de desemprego. Nenhum dos participantes nessa faixa etária apenas estuda. Por outro lado, relativamente aos participantes com mais de 25 anos é possível constatar um movimento de retorno à escola, já que uma parcela deles freqüenta cursos regulares de educação.

O curso de ID na perspectiva dos participantes

Nos questionários e entrevistas indagamos também sobre o curso de ID: as motivações para aqueles que freqüentavam o curso e, para os egressos, se o curso realizado proporcionou o atendimento do esperado, conforme dados apresentados nos gráficos a seguir.

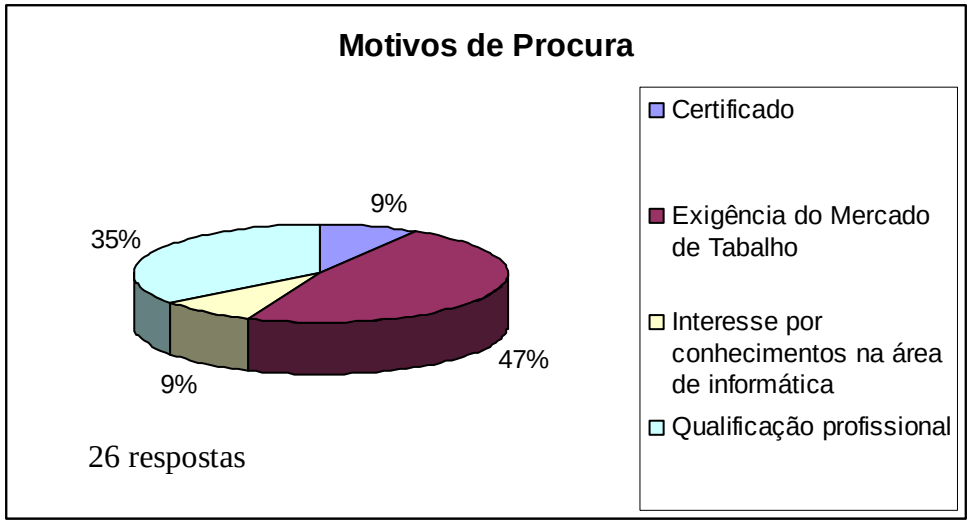

Figura 11 – Motivo de procura do curso (alunos)

Fonte: Pesquisa de campo

Como é possível verificar na figura anterior, os dois motivos mais relevantes para a procura pelo curso estão voltados para as exigências do mercado de trabalho (47%) e para a necessidade de qualificação profissional (35%). Esses dados, completados com as informações sobre as expectativas quanto aos conhecimentos a serem apreendidos, estão presentes no gráfico que segue.

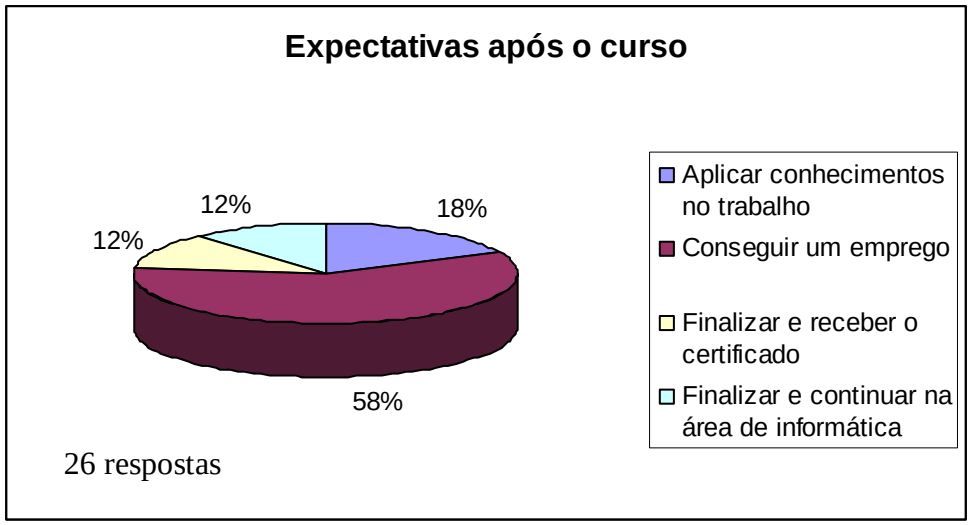

Figura 12 – Expectativas após o curso (alunos)

Fonte: Pesquisa de campo

A figura anterior apresenta como principal expectativa para 58% dos informantes em ID a obtenção de um emprego ou uma mudança na atuação profissional. Como era de esperar,

mediante a formação os alunos que estão freqüentando o curso procuram melhorar suas oportunidades de trabalho, conforme relata essa professora do ensino fundamental:

> Me formei em magistério e no começo não lecionava, fui secretária, recepcionista, balconista de loja até começar na profissão do magistério. Então trabalhei em várias áreas, tenho várias experiências. Pra mim (o curso) foi bom, pois experimentei um pouco de cada...Então se eu sair hoje da profissão de magistério e não lecionar mais, eu posso ir para qualquer outra área que eu vou me "sair bem". Procurei magistério porque eu gostava. Mas quero mudar pois é uma profissão muito estressante. O magistério é uma profissão que estressa muito o professor. A sala de aula está virando um depósito, não temos apoio de nada, nem da própria família, da escola nada, então acaba sendo uma coisa estressante pra ti. Sofre muito com isso. Pra mim está sendo muito desgastante trabalhar no magistério e depois o salário é muito baixo. Ano que vem vou procurar outra área, voltar a ser balconista, ou trabalhar em outra coisa. Agora para família posso procurar outra coisa, pois não tenho mais filho pequeno. Antes optei em trabalhar no magistério porque nessa área você tem oportunidade de trabalhar meio período. Trabalhar 20 horas. Nos outros serviços aí fora tu tem que trabalhar o dia todo.

Em relação aos egressos, o questionário objetivou avaliar a sua condição de emprego antes e após a realização do curso. Os resultados obtidos encontram-se na figura a seguir:

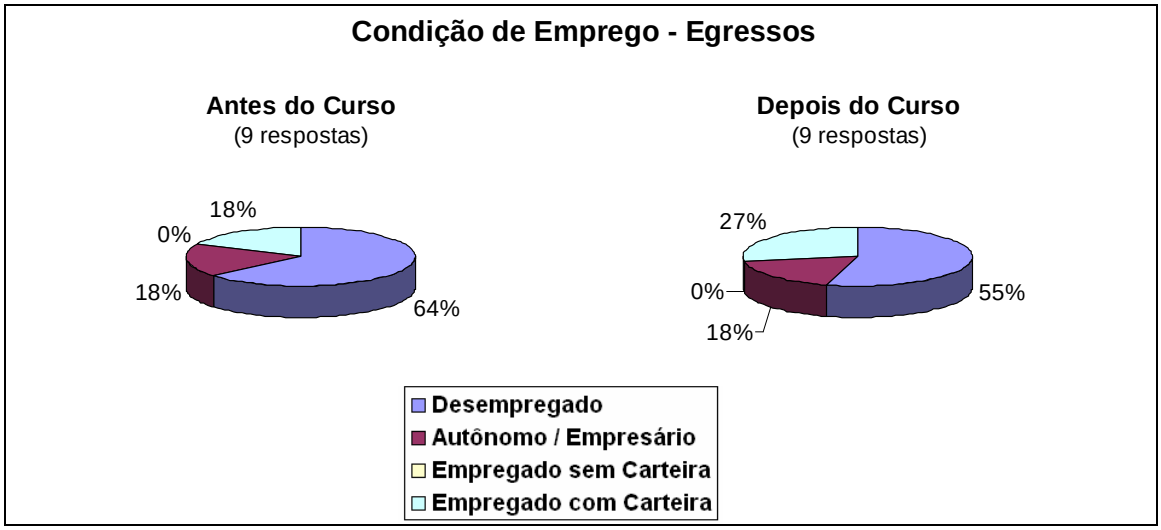

Figura 13 – Condições de emprego – egressos – antes e depois do curso[72]

Fonte: Pesquisa de campo

Os cursos de caráter temporário e gratuito em informática oferecidos pela ONG representam para a população estudada uma oportunidade de qualificação profissional frente

[72] Para completar informações sobre a situação de trabalho no momento do curso entramos em contato com os egressos em momento posterior e só conseguimos 9 respostas ao invés de 14.

às demandas do mercado de trabalho. Acontece que 64% dos egressos estavam desempregados antes da realização do curso e 55% deles continuavam desempregados após essa formação, conforme ilustra esse entrevistado: o curso não contribuiu, “pois preenchi várias fichas em empresas, mas ninguém me chamou para trabalhar”.

Houve uma pequena melhora dessa situação, mas não podemos ignorar que três anos após a conclusão do curso mais de 50% não haviam conseguido se inserir no mercado de trabalho. A pequena mudança assinalada poderia sugerir que, apesar de não ser decisiva para a obtenção de um emprego, a realização do curso tende a abrir outras possibilidades no mercado de trabalho. Como disse esse entrevistado, “Foi um curso básico do básico. Mas dá para tentar alguma coisa com esse básico”, ou esse outro: “Agora tenho certificado para mostrar”.

Sem possibilidades financeiras de investir em uma formação que permita melhor preparo profissional, os jovens vão acumulando certificados de preparação básica e de curta duração com o objetivo de sair da condição de desempregado ou mudar de emprego. As razões que os fizeram procurar o curso de “Educação Digital” podem ser exemplificadas nessas falas:

> Primeiramente o certificado, pois já possuía conhecimentos básicos de informática e porque gostaria de aprender mais sobre *EXCEL e POWER POINT*.
>
> Minha tia me obrigou a fazer porque ela acredita que é fundamental para conseguir um emprego melhor.
>
> Com certeza vai ajudar, vai ser uma porta a mais que vai abrir para mim. Com certeza ... Você vai procurar um emprego eles perguntam: você sabe lidar com o *Word, Excel?* Eu sei porque a minha irmã foi procurar emprego e eles perguntaram isso e ela não sabia isso né... É um requisito para conseguir emprego. Tenho que pegar o certificado na ONG.
>
> Muitas coisas a partir de agora vai ser girado ao computador: tu entra no supermercado, tudo voltado ao computador. Então eu acho que o curso abre muitas portas para isso né...Qualquer emprego, qualquer laboratório, é o computador que faz, as meninas estão digitando ali... o supermercado a mesma coisa. Até no caixa eletrônico.
>
> Fundamental, pois, é o que mais pedem no mercado de trabalho. Se você não souber trabalhar com o computador você não consegue emprego, nem de serviços gerais.

Entre os egressos que se encontram empregados, constatamos que suas ocupações incluem as de recepcionista, artesão, professor, vendedor e secretário. Dessa forma, é possível dizer que as ocupações acessadas têm relacionamento com o curso ministrado, já que apenas a profissão de artesão pode não envolver o uso direto de ferramentas de TI.

O questionário também contemplava junto aos egressos se o curso realizado os tinha realmente preparado para o mercado de trabalho, ou seja, se suas qualificações haviam se alterado de maneira significativa sob a ótica do mercado. As respostas obtidas encontram-se apresentadas na figura a seguir:

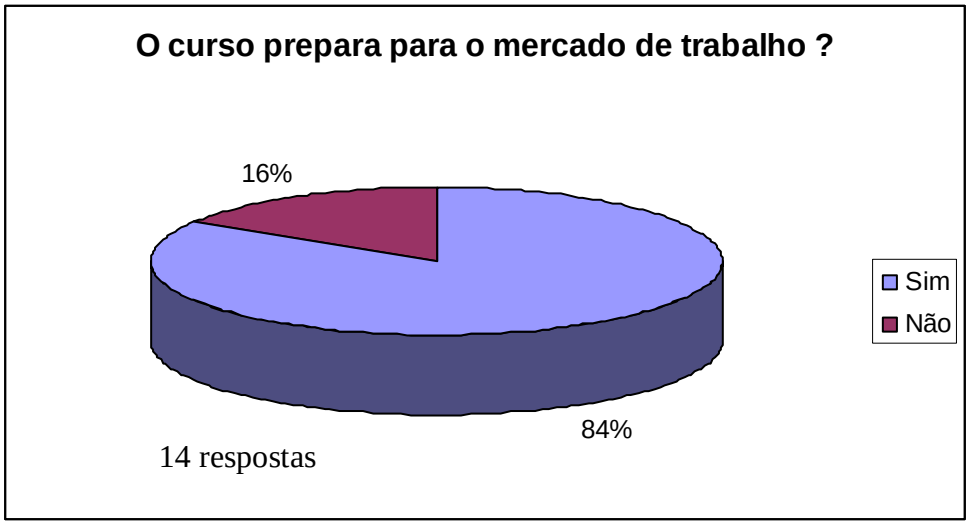

Figura 14 – Avaliação após o curso (egressos)

Fonte: Pesquisa de campo

Como é possível verificar, não obstante para uma parte dos entrevistados egressos não tenha ocorrido alteração profissional, assim mesmo a maioria dos participantes considerou que o curso foi positivo no seu processo de formação; mais ainda: 96% consideraram seu conteúdo adequado. As citações abaixo ilustram o que o curso representou para aqueles que o cursaram :

> Foi fundamental, pois é o que mais pedem no mercado de trabalho. Se você não souber trabalhar com o computador você não consegue emprego, nem de serviços gerais

Essa mesma idéia é reforçada na citação abaixo. Para esta entrevistada é necessário ...

> Procurar se especializar principalmente em informática porque a informática é tudo. Então para poder se inserir em qualquer área você tem que ter um curso básico de informática se não você não consegue entrar, né...Por isso às vezes eu acho que a onda de desemprego é porque as pessoas não têm a oportunidade de fazer este curso, o curso é muito caro. Eles nem sabem da ONG nem nada. Muitas pessoas dizem: “como você fez este curso tão barato ,

como é que pode né... Então esse curso o que é, é só para aprender a ligar e desligar o computador?" Aí eu digo, aprendi isso e aquilo e eles não acreditam. É isso, o principal que uma pessoa deve fazer é um curso de informática.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações no mundo do trabalho, desemprego e Inclusão Digital

> "A sociedade moderna burguesa não aboliu os antagonismos de classe. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de lutas em lugar das velhas".
> (Karl Marx).

Nessa parte das considerações finais retomamos a seguinte questão: poderão as iniciativas voltadas para a formação em novas tecnologias de curta duração garantir a qualificação para o trabalho e dar solução ao grave problema de desemprego que atinge parte importante da população brasileira, em especial os jovens? Acreditamos que a resposta para esse questionamento é complexa e não pode ser encontrada na fórmula que relaciona formação, sobretudo de curta duração, com inserção no mercado de trabalho. É nessa perspectiva que encaminhamos a discussão para essa parte final da dissertação.

O objetivo dessa seção é destacar algumas transformações ocorridas no mercado de trabalho de forma a compreender a relação entre as iniciativas voltadas para a qualificação profissional no que tange à utilização das TICs e o problema do desemprego. Em outras palavras, buscamos compreender o movimento de reestruturação capitalista que provoca mudanças de ordem social, política e econômica, tendo como conseqüências a desigual distribuição de renda e o aumento do desemprego. Para tanto, nossa tentativa é relacionar parte dos dados coletados na pesquisa com um referencial de análise que permita situar as desigualdades do trabalho na sociedade contemporânea. Para isso, estaremos nos apropriando de algumas idéias defendidas por autores que percebem o ser humano produzido do modo de produção capitalista, sistema que prima pelo lucro em detrimento da vida.

Nossas leituras nos permitiram observar dois eixos de questões: de um lado, o discurso oficial, presente em diversos documentos, que relaciona as políticas de Inclusão Digital como estratégia importante para combater o desemprego; de outro, análises que nos permitiram apreender a problemática mais global do desemprego, relacionada com as transformações no mundo do trabalho e as prioridades estabelecidas pelo sistema econômico e político brasileiro. Cabe então a pergunta: o primeiro eixo não estaria obscurecendo a problemática mais de fundo relacionada ao necessário enfrentamento da geração de empregos?

Antunes (2001) observa que "nas últimas duas décadas (...) a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível (...) tem acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um

monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho ...” (p. 35). O mesmo autor compreende também que “o capitalismo contemporâneo, com a configuração que vem assumindo nas últimas décadas, acentuou sua lógica destrutiva” (p. 37). A década de 1990 foi marcadamente crítica nesses aspectos apontados pelo autor.

Segundo o DIEESE, essa década representa “um divisor de águas nas trajetórias dos principais indicadores da situação do trabalho no Brasil” (DIEESE, 2001, p.11). Trata-se de um período com crescimento acelerado das taxas de desemprego, precarização nas condições de trabalho e, ao mesmo tempo, diminuição das vagas de emprego e tudo o que isso acarreta em termos de insegurança dos trabalhadores entre outros problemas sociais. “Os índices de desemprego chegaram a seu ponto máximo nas regiões pesquisadas, cresceram as relações de trabalho sujeitas à grande instabilidade e falta de proteção social e aumentou a destruição de postos de trabalho do setor industrial” (*idem* p.51)

Nas palavras de Frigotto (1998), há um caráter contraditório das relações sociais capitalistas, na medida em que

> engendram, ao mesmo tempo, elementos civilizatórios e progressistas e elementos de destruição, violência e exclusão (...). A forma que assume a globalização neste fim de século é, em sua essência, a busca de recompor perdas do capital. (...) em sua aparente neutralidade, cumpre um papel ideológico de encobrir os processos de dominação e as relações imperialistas do capital e a extraordinária ampliação do desemprego estrutural, trabalho precário e aumento da exclusão social. (p. 3)

O trabalho só tem uma utilidade para o capital: garantir o lucro daquele que compra a força de trabalho. Nesse sentido, o desemprego é um resultado contínuo e crescente dos desdobramentos do modo de produção capitalista.

O capital retira os direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora durante o século XX e cria o chamado “desemprego estrutural” que é constituído pelos desempregados e aqueles que dificilmente serão empregados (TUMOLO, 2003). Se o desemprego é uma condição muito desfavorável para o trabalhador, ele pode ser favorável para quem emprega a força de trabalho, uma vez que, como observa Tumolo (2003, p.18), “é possível considerar que não exista instrumento mais eficaz de controle ou autocontrole dos trabalhadores que "o medo do desemprego numa sociedade de desempregados".

Com o desenvolvimento do capitalismo, a ideologia veiculada pelo Estado Liberal visa a camuflar a crise desse sistema e as reais causas do desemprego. Nessa mesma perspectiva, Frigotto (1998) considera essa questão como “uma forma de desviar a responsabilidade social

para o individual, ou seja, os desempregados ficam com a responsabilidade de buscar a qualificação a fim de tornarem-se empregáveis." (p.15) [73]

Nesse sentido, o autor compreende que os complexos problemas sociais que afligem os desempregados para se inserirem no mercado de trabalho são reduzidos à responsabilidade e desempenho individual, mediante qualificação profissional. A ênfase dada à formação técnica e profissional e à requalificação daqueles que estão desempregados cumpre, segundo o mesmo autor, uma dupla violência: técnico-científica e ideológica :

> A violência no âmbito técnico-científico fica evidenciada na seguinte questão: requalificar uma massa de trabalhadores sem escola básica de 1º e 2º graus, em cursos dados durante 60 dias (...) requalifica para que tipo de emprego numa conjuntura endêmica de desemprego estrutural? O mesmo valeria para a proposta do ensino técnico modular. É sob esta face que opera a violência ideológica. Esta traduz-se no fato perverso que uma vez dado o ensino modular (de segunda categoria) ou feitos os 60 dias de requalificação o Estado (mínimo para os direitos sociais) e mais amplamente as classes dirigentes cumpriram com seu dever. Se os desempregados não encontrarem emprego, agora requalificados, é porque individualmente escolheram a qualificação ou requalificação errada ou não se aplicaram de forma competitiva. Uma vez mais a vítima da exclusão passa constituir-se no culpado da sua situação. (FRIGOTO, 1996, p. 9)

A qualificação profissional passa a ser vista como medida salvadora para os problemas sociais, conforme também observamos na parte que trata da problemática de nosso estudo. Nesse sentido as observações de Frigotto reforçam a questão central desta pesquisa: os breves cursos de formação básica em conhecimentos de informática (por exemplo, com duração média de três meses), com propostas voltadas à inserção profissional, não equacionam os problemas de ordem estrutural decorrentes das mudanças no mundo do trabalho e das políticas de inserção profissional. Os dados a seguir ilustram este tema.

Segundo o IBGE, em 2002 o Brasil possuía 177 milhões de habitantes, dos quais 83.243.239 constituem sua população economicamente ativa. Deste total, 9.739.458, ou seja, 11,7% estavam desempregados. Esse percentual classifica o Brasil entre os países com o maior índice de pessoas desempregadas do mundo.

Conforme observamos em páginas anteriores, a extensão da escolaridade não assegura ingresso e permanência no mercado de trabalho. No Brasil as taxas de desemprego são altas também para quem possui o ensino médio e também superior. Conforme pesquisa do IBGE

[73] Conforme Bianchetti (2001, p. 20), o conceito de qualificação é resultado de uma construção histórica perpassada pelos conflitos que vieram marcando a relação capital e trabalho, que, mesmo enquanto contenedores de poder desigual, sempre estiveram em condições de se enfrentar.

denominada “Taxa de desemprego por escolaridade”, entre 1992 e 2002 o aumento do desemprego foi verificado em todas as faixas de escolaridade; no entanto, maior entre os trabalhadores com ensino médio incompleto ou completo e menor entre os que possuem o ensino fundamental e superior, conforme a tabela que segue:

Tabela 10: Taxa de desemprego, por escolaridade, em %

	1992	**2002**	**Diferença em %**
Ensino fundamental incompleto	6,1%	7,8%	1,7%
Ensino fundamental completo	9,2%	11,6%	2,4%
Ensino médio incompleto	11,6%	17,6%	6,0%
Ensino médio completo	7,4%	10,9%	3,5%
Superior incompleto ou mais	3,7%	5,4%	1,7%

Fonte: Iets (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade) a partir da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do IBGE.

Esses dados reforçam a observação de Gentili (1997), para o qual a intensificação da crise do desemprego enfatiza cada vez mais a incapacidade de a escolarização assegurar a entrada e a permanência das pessoas no mercado de trabalho. Nesse sentido, não é possível mais estabelecer a relação direta entre escolaridade e emprego. Os dados da pesquisa que realizamos confirmam que o ensino médio não é garantia de acesso ao trabalho. Evidenciam também que o desemprego atinge todas as faixas de escolaridade.

Conforme salientamos, a qualificação profissional em alfabetização tecnológica é compreendida como resposta estratégica aos problemas postos pelas transformações do mundo do trabalho, sobretudo pelo desemprego. Formação dessa natureza está configurando-se como uma ideologia para a implantação de políticas com reflexos também para os trabalhadores, pois com freqüência acreditam que mediante essa qualificação será possível enfrentar o problema do desemprego. O capital recorre a novos conceitos, como o de escolaridade digital, que transferem para os próprios trabalhadores a situação de desemprego. Esses são, entre outros, aspectos da violência mencionada por Frigotto.

Como observamos na apresentação dos dados, os informantes apostam na ideologia veiculada pelo capitalismo na qual ao problema do desemprego é atribuída uma responsabilidade individual (por exemplo, pela falta de qualificação profissional), deslocando-a, assim, da problemática mais ampla decorrente do modo de produção capitalista. Essa observação pode ser comprovada pelo fato de que, apesar dos entrevistados manifestarem que

os conhecimentos transmitidos podem ser considerados básicos, eles mesmos têm a percepção de que um certificado dos cursos de ID pode render novas oportunidades profissionais.

O discurso de um “novo” perfil de qualificação pode ser associado ao controle da força de trabalho pelo capital, que expressa a contínua exigência de o trabalhador estar qualificado para se inserir no mercado de trabalho.

Dessa forma, alunos e egressos que freqüentam os cursos de ID, mediante programas que têm como um de seus objetivos qualificar trabalhadores pela utilização das TICs, acreditam que essa formação constitui um dispositivo de inserção profissional. Contudo, como já vimos, parte significativa dos que estão em formação e dos egressos continua na condição de desemprego. Para ilustrar citamos o comentário de uma entrevistada quando questionada se estava ou não preparada para o mercado de trabalho após a conclusão do curso:

> Me sinto preparada, porém não me sinto preparada para receber tantos "não” ao procurar emprego, mesmo com esta qualificação.

A leitura atenta das respostas dos egressos mostra aspectos relevantes no que diz respeito à concepção dos entrevistados com relação à responsabilidade individual e não social no enfretamento das exigências do mercado de trabalho. Apesar de a maior parte dos entrevistados egressos não ter alterado sua situação profissional após o curso, a grande maioria dos participantes considera que o curso foi fundamental no seu processo de formação. Eles destacam, como já vimos, alguns efeitos positivos que esses cursos têm em sua vida: quando se tem pouco, um certificado mesmo de um curso básico passa a significar um passaporte, ou melhor, uma credencial, quando reivindicam um posto de trabalho. Embora repetidas na dissertação, retomamos aqui três citações, pois elas expressam a idéia da grande maioria:

> Com certeza vai ajudar, vai ser uma porta a mais que vai abrir para mim. Com certeza...você vai procurar um emprego, eles perguntam: você sabe lidar com o *Word, Excel*... Eu sei porque a minha irmã foi procurar emprego e eles perguntaram isso e ela não sabia isso né... É um requisito para conseguir emprego. Tenho que pegar o certificado na ONG.

> Muitas coisas a partir de agora vai ser girado ao computador: tu entra no supermercado, tudo voltado ao computador. Então eu acho que o curso abre muitas portas para isso né...Qualquer emprego, qualquer laboratório, é o computador que faz, as meninas estão digitando ali... o supermercado a mesma coisa. Até no caixa eletrônico.

> Procurar se especializar principalmente em informática porque a informática é tudo. Então para poder se inserir em qualquer área você tem que ter um curso básico de informática se não você não consegue entrar, né...

Está sempre presente nas falas essa contradição: é uma necessidade ter noções básicas de informática, pois se trata de exigência atual das empresas tanto públicas quanto privadas, mas, justamente porque são elementares, não são suficientes para dar um diferencial no currículo do candidato frente ao competitivo mercado de trabalho. Assim, não garantem nem o acesso a um posto de trabalho nem uma mudança para aqueles que procuram novas formas de inserção. O curso, como relata esse informante,

> Não contribuiu, pois até no começo preenchi várias fichas em empresas, mas ninguém me chamou para trabalhar.

Não estamos desconsiderando a importância da qualificação profissional para o desempenho de um trabalho qualificado. O problema está em considerar a qualificação profissional como medida salvadora, recaindo no que José Machado Pais chama de profecia, como aquela que sustenta que "as dificuldades de inserção profissional por parte dos jovens se devem à sua escassa formação profissional". Diz o autor: "as dúvidas surgem quando os ideólogos da formação profissional nos querem fazer crer que ao decretar-se a profecia se soluciona o problema do desemprego juvenil" (2001, p. 50-51)

No Brasil e também em outros países comandados pela lógica do capital (não podemos ignorar as manifestações recentes dos estudantes na França contrários à nova lei de trabalho do governo que flexibiliza o contrato do primeiro emprego - CPE), as taxas de desemprego são elevadas para todos os trabalhadores economicamente ativos, mas são os jovens que mais vêm sofrendo as conseqüências das transformações no mundo do trabalho. Pochmann comenta a respeito desta população:

> O funcionamento do mercado de trabalho é desfavorável ao jovem. Diante da constante presença de um excedente de mão-de-obra no mercado, o jovem encontra as piores condições de competição em relação aos adultos, tendo de assumir funções, na maioria das vezes, de qualidade inferior na estrutura das empresas (POCHMANN, 2000, p.31).

Na análise das informações apresentadas nesta dissertação é possível verificar que os participantes do "Projeto Educação Digital" correspondem a uma parcela da população que vem sendo significativamente excluída do mercado de trabalho.

Ao finalizar esta dissertação, consideramos confirmada – com base nas referências teóricas adotadas e em função dos depoimentos colhidos – a hipótese de que o processo de inserção no mercado de trabalho do público pesquisado pela intermediação de projetos de ID de curta duração não é garantido devido à própria lógica do capital. Isto é, o desemprego é condição *sine qua nom* para a sobrevivência do capitalismo, caracterizado por um longo processo de precarização no trabalho.

Não queremos desconsiderar a importância social dos cursos de ID, justamente para uma população que está geralmente à margem dos benefícios econômicos, sociais e culturais. O que nos parece é que, embora os projetos de ID tenham pequenas repercussões para os que foram neles inseridos, o investimento atende sobretudo aos interesses econômicos. As análises e as proposições desses projetos para a qualificação profissional estruturam-se em bases semelhantes às proferidas pela Teoria do Capital Humano. Afirmamos também que suas proposições concernentes ao desenvolvimento econômico e às políticas governamentais de qualificação profissional, sobretudo as voltadas para os jovens em situação de risco, foram incorporadas na agenda do Governo brasileiro no transcorrer da década de 1990 e asseguram a legitimação dos interesses econômicos, obscurecendo as reais contradições do sistema.

É no contexto dessas questões críticas apresentadas que procuramos situar as políticas de ID, que se baseiam na qualificação profissional, materializada em cursos de curta duração, cujo objetivo é oferecer ao trabalhador alternativas de formação para enfrentar o desemprego.

Esta dissertação teve a intenção de compreender se a formação em ID, conforme a experiência por nós analisada, está contribuindo para a inserção no mercado de trabalho. Se não conseguimos responder ao questionamento posto, ao menos problematizamos certas fórmulas “salvadoras” para uma realidade tão complexa como a do desemprego no Brasil. Por fim, esperamos que esta pesquisa contribua para estudos posteriores que tratem das relações entre Inclusão Digital e inserção profissional. Para nós ela representou uma grande experiência, um exercício para compreender a interpretar a realidade e também para elaborar um trabalho acadêmico. Além disso, com essa dissertação abrem-se novas perspectivas para estudos posteriores e novas questões de pesquisa, tanto teóricas quanto práticas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **A Cidadania negada -** Políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001.

BAVA, C. S. Mitos e realidades sobre inclusão social, participação cidadã e desenvolvimento local. In: II FORO TEMÁTICO REGIONAL GOBERNABILIDAD PARA EL EMPODERAMIENTO DE LOS POBRES. **Banco de Papers**. Lima: 2002. Disponível em <http://www.bancomundial.org/foros/sdadcivil/web/contexto.htm>. Acesso em 17/04/2004.

BIANCHETTI, Lucídio. **Da chave de fenda ao laptop**: tecnologia digital e novas qualificações: desafios à educação. Petrópolis: Vozes; Florianópolis: UFSC, 2001.

CAMPOS, A.; POCHMANN, M.; AMORIM, R.; SILVA, R. (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil.** V. 2. São Paulo: Cortez, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet:** Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **A sociedade em rede.** Tradução: Roneide Venâncio Majer e Klauss Brandini Gerhardt. 1º vol. (A era da informação: economia, sociedade e cultura). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **O poder da identidade.** Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. 2º vol. (A era da informação: economia, sociedade e cultura). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEPAL/UNESCO. **Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade**. Brasília: IPEA/CEPAL/INEP, 1995.

CRUZ, Dulcinéia e BIANCHETTI, Lucídio. A formação do "total trabalhador Sadia"- estratégias de qualificação de trabalhadores em uma empresa agroindustrial. In: **Reunião Anual da ANPEd.** Caxambu: 2001. Disponível em <http://www.ppgte.cefetpr.br/gtteanped/trabalhosposteres.html>. Acesso em 30/08/2004

CRUZ, Renato. **O que as empresas podem fazer pela inclusão digital.** São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos. **A Situação do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Dieese, 2001.

DRUCKER, Peter. O futuro já chegou. **Revista Exame**, São Paulo, p. 112-126. 22/03/2000.

FERRARO, Alceu R. Diagnóstico da escolarização no Brasil. **Revista Brasileira de Educação – ANPEd**, São Paulo, n. 12, p.22-47, 1999.

FERRETI, Celso. J. Considerações sobre a apropriação das noções de qualificação profissional pelos estudos a respeito das relações entre trabalho e educação. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 401-422, maio/ago. 2004.

FISCHER, R. M. Alianças estratégicas intersetoriais para atuação social . **Ceats – relatório de pesquisa**, São Paulo, 2002. Disponível em <http://www.ceats.org.br>. Acesso em 17/09/2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Cidadadania e Formação Técnico Profissional: desafios neste fim de século. In: **Jornal a Página da Educação**. Disponível em <http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=57>. Acesso em 13/03/2005

_____. Cidadania e formação técnico-profissional: desafios neste fim de século. In. Da Silva, Luís Heron et al. (orgs,). **Novos Mapas Culturais Novas Perspectivas Educacionais.** Porto Alegre: Sulina, 1996. pp.137-164.

_____.Globalização e Crise do Emprego: Mistificações e Perspectivas da Formação Técnico-Profissional. In: **Boletim do Senac** – V. 25, N. 2 - Março/Agosto 1999. Disponível em <http://www.senac.br/informativo/BTS/252/boltec252c.htm>. Acesso em 22/05/2005

_____. **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

GALVÃO, Aurélio. Analfabetismo digital e exclusão social no Brasil. **Observatório da Imprensa**, edição nº 217, 26/03/2003. Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/eno260320031.htm>. Acesso em 6 de janeiro de 2003

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: **20ª Reunião anual da ANPEd**. Caxambu: 1997.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2001.

IBGE. **Censo demográfico 2000**. Brasília: IBGE, 2001.

_____. **As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil – 2002**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

_____. PNAD 2001: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Brasília, 2001. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 27/09/2003

_____. PNAD 2003: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Brasília, 2003. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 14/11/2005

Ibope/NetRatings. **Audience Profile** (Internet Applications Included). São Paulo: NetRatings Inc., 2005.

LIMA, Sandra Maria Faleiros. **ONGs – Uma Investigação sobre sua Natureza**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, [2002] .

MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich., **A ideologia alemã.** Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MORAES, M. C. M., SILVA, R., GRANADO, M. L. e HILLESHEIM, V. Sociedade do Conhecimento: Eficaz Controle Epistêmico do Ato de Conhecer**.** In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E MOVIMENTOS SOCIAIS. **Banco de Papers**. Florianópolis: 2003. Disponível em <www.rizoma.ufsc.br/semint/trabalhos%204/Maria%20C%E9lia%20Moraes.UFSC.doc>. Acesso em 26/04/2004.

NERI, Marcelo Côrtes (coord.). **Mapa da Exclusão Digital**. Rio de janeiro: FGV/IBRE, 2003.

UNESCO. MARCO DE ACCIÓN DE DAKAR – EDUCACIÓN PARA TODOS: CUMPLIR NUESTROS COMPROMISOS COMUNES. **Banco de Papers**. Paris: Foro Mundial de la Educación, 2000. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001211/121147s.pdf>. Acesso em 28/03/2004.

OLIVEIRA, Miguel Darcy. **ONGs, sociedade civil e terceiro setor em seu relacionamento com o Estado no Brasil**. Disponível em <http://www.rits.org.br/idac.rits.org.br/ongs/idac_ongs_3.html>. Acesso em 30/04/2005

PAIS, José Machado. **Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro**. Porto: Âmbar, 2001.

PELIANO, A. M. T. M. (coord.). **A iniciativa privada e o espírito público**: um retrato da ação social das empresas no Brasil. Brasília: IPEA, 2003.

POCHMANN, Márcio. **A Batalha pelo Primeiro Emprego**: As Perspectivas e a Situação Atual do Jovem no Mercado de Trabalho. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

_____. **Novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo: Cortez, 2002.

PRETTO, N. D. L.; BONILLA, E. M. H. Sociedade da informação: democratizar o quê? **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22/02/2001.

QUARTIERO, E.; M. e BIANCHETTI, Lucídio. A in(ex)clusão digital: uma análise das atuais propostas governamentais. In: **II Seminário Internacional: educação intercultural, gênero e movimentos sociais**. Florianópolis: 2003.

QUARTIERO, E. M. **As tecnologias da informação e comunicação e a educação**. Disponível em <http://www.inf.ufsc.br/sbc-ie/revista/nr4/063RE-quartiero.htm>. Acesso em 11/01/2004.

RÊBELO, Paulo. **Inclusão digital**: o que é e a quem se destina? Disponível em <http://webinsider.uol.com.br/index.php/2005/05/12/inclusao-digital-o-que-e-e-a-quem-se-destina/>. Acesso em 11/05/2006.

ROSA, A. M. **Marco Legal do Terceiro Setor**: Aspectos teóricos e práticos. Florianópolis: Tribunal de Justiça (Divisão de Artes Gráficas), 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHAFF, A. **A sociedade informática**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de janeiro: Zahar Editores, 1973.

SILVA, Mariléia M. **"Triunfo e lágrimas**: estratégias dos jovens graduados em busca da inserção profissional", Tese de doutorado defendido no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC, 2004.

SILVEIRA, Sergio A. **Exclusão Digital**: a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SILVEIRA, Sérgio A.; CASSINO, J. (Orgs.**). Software livre e inclusão digital**. São Paulo: Conrad editora do Brasil, 2003.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em <http://www.socinfo.org.br>. Acesso em 05/05/2001.

TUMOLO, Paulo. Da subsunção formal do trabalho à subsunção real da vida social ao capital: apontamentos de interpretação do capitalismo contemporâneo. In: **Reunião Anual da ANPEd.** Caxambu: 2000.

TUMOLO, Ligia Maria Soufen; TUMOLO, Paulo Sergio. A vivência de pessoas desempregadas e o significado do desemprego no capitalismo: elementos para uma reflexão crítica. In: **Reunião Anual da ANPEd.** Caxambu: 2003.

ANEXO A: PROJETO DE LEI Nº 1.926 DE

1. O Projeto de Lei nº 1.926, de 2003 é um dos planos do modelo de Inclusão Digital para o Brasil o qual institui o Índice Brasileiro de Inclusão Digital (IBID):
O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei institui o Índice Brasileiro de Inclusão Digital (IBID), destinado a medir o grau de inclusão do cidadão brasileiro, das empresas e dos governos na sociedade da informação.

Art. 2º Os dados que conformarão o Índice Brasileiro de Inclusão Digital serão definidos e coletados pelo Poder Público, através da ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, devendo descrever:
I - o grau de utilização de recursos de informática pelo cidadão, com vista a acessar e utilizar redes de computadores, inclusive a *Internet*;
II - o uso da informática no setor privado e a oferta de bens e serviços por meio do comércio eletrônico;
III - o uso da informática, a oferta de serviços e informações ao cidadão por redes de computadores, inclusive a Internet, e a promoção da transparência no exercício de suas atividades, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta ou indireta, as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e as demais organizações sob o controle direto ou indireto da União, dos estados e municípios.

Art. 3º O indicador de que trata esta lei será divulgado semestralmente, devendo o Poder Público assegurar sua ampla disseminação e a promoção de estudos sobre os resultados divulgados.
Parágrafo único. A divulgação será iniciada em prazo não superior a trezentos e sessenta dias, contados da publicação desta lei.

ANEXO B - TABELA RETRATO SOCIAL DOS INCLUÍDOS DIGITAIS

RETRATO SOCIAL DOS INCLUÍDOS DIGITAIS
Brasil

			Incluídos Digitais		
	Pop. Tot	Comp. Vertical (%)	Total	Comp. Vertical (%)	Comp. Horizontal (%)
Total	169872856	100.00	17328185	100.00	10.20
Situação do domicílio					
área urbanizada	135615944	79.83	16849493	97.24	12.42
área não urbanizada	1250580	0.74	75434	0.44	6.03
área urbanizada isolada	1058713	0.62	45241	0.26	4.27
área rural de extensão urbana	1075854	0.63	47178	0.27	4.39
aglomerado rural (povoado)	3360890	1.98	25626	0.15	0.76
aglomerado rural (núcleo)	154008	0.09	11627	0.07	7.55
aglomerado rural (outros)	100541	0.06	5518	0.03	5.49
área rural exclusive aglomerado rural	27256325	16.05	268068	1.55	0.98
Sexo					
Masculino	83602317	49.21	8363410	48.26	10.00
Feminino	86270539	50.79	8964775	51.74	10.39
Posição na Família					
Chefe	48312256	28.44	4950303	28.57	10.25
Cônjuge	33580323	19.77	3739937	21.58	11.14
Filho(a)	75598661	44.50	7493476	43.24	9.91
Pai, mãe, sogro(a)	1613363	0.95	224967	1.30	13.94
Neto(a)	4348085	2.56	216158	1.25	4.97
Irmão, irmã	1939530	1.14	164621	0.95	8.49
Outro parente	2798379	1.65	257978	1.49	9.22
Agregado	691074	0.41	83871	0.48	12.14
Pensionista	154884	0.09	27580	0.16	17.81
Empregado(a) doméstico(a)	393260	0.23	166288	0.96	42.28
Parente do(a) empregado(a) doméstico(a)	8423	0.00	3007	0.02	35.70
Faixa etária					
0 a 4	16386239	9.65	888341	5.13	5.42
5 a 9	16576259	9.76	1105603	6.38	6.67
10 a 14	17353683	10.22	1609128	9.29	9.27
15 a 19	17949289	10.57	2022063	11.67	11.27
20 a 24	16142935	9.50	1750724	10.10	10.85
25 a 29	13847499	8.15	1333476	7.70	9.63
30 a 34	13029101	7.67	1301139	7.51	9.99
35 a 39	12260820	7.22	1521590	8.78	12.41
40 a 44	10547259	6.21	1560405	9.01	14.79
45 a 49	8726153	5.14	1391231	8.03	15.94
50 a 54	7053133	4.15	1034921	5.97	14.67
55 a 59	5461499	3.22	648422	3.74	11.87
60 ou mais	14538987	8.56	1161142	6.70	7.99
Cor ou raça					
Branca	91298042	53.74	13822499	79.77	15.14
Preta	10554336	6.21	419185	2.42	3.97
Amarela	761583	0.45	317295	1.83	41.66
Parda	65318092	38.45	2654497	15.32	4.06
Indígena	734127	0.43	27286	0.16	3.72
Outras	1206675	0.71	87424	0.50	7.25
Religião					
Sem religião	12492403	7.35	1102744	6.36	8.83
Católica	125527349	73.89	12739733	73.52	10.15
Evangélica	27501589	16.19	2248424	12.98	8.18
Espiritualista	2288290	1.35	857161	4.95	37.46
Afro-brasileira	525012	0.31	77409	0.45	14.74
Orientais	1538213	0.91	302715	1.75	19.68
Imigração					
Imigrante	36711267	21.61	4024848	23.23	10.96
Não imigrante	26765925	15.76	3148811	18.17	11.76

Ignorado	106395663	62.63	10154526	58.60	9.54
Anos de Estudo					
Sem instrução ou menos de 1 ano	42511173	25.03	1726244	9.96	4.06
1 a 3	31257335	18.40	1233932	7.12	3.95
4 a 7	46979147	27.66	2892813	16.69	6.16
8 a 11	38474140	22.65	6257372	36.11	16.26
12 ou mais	1934112	1.14	590652	3.41	30.54
ignorado	8716948	5.13	4627173	26.70	53.08
Natureza da última união					
Casamento civil e religioso	40574805	23.89	6295420	36.33	15.52
Só casamento civil	14672045	8.64	1249085	7.21	8.51
Só casamento religioso	3985320	2.35	103512	0.60	2.60
União consensual	24778888	14.59	1234808	7.13	4.98
Nunca viveu	52899300	31.14	6451417	37.23	12.20
Ignorado	32962498	19.40	1993943	11.51	6.05
Estado Civil					
Casado(a)	50703610	29.85	6811357	39.31	13.43
Desquidado(a)	2661741	1.57	327723	1.89	12.31
Divorciado(a)	2319575	1.37	388120	2.24	16.73
Viúvo(a)	6231273	3.67	506371	2.92	8.13
Solteiro(a)	74994159	44.15	7300671	42.13	9.73
Ignorado	32962498	19.40	1993943	11.51	6.05
Posição na Ocupação					
Desempregado	11837581	6.97	969923	5.60	8.19
Inativo	59442884	34.99	5990916	34.57	10.08
Funcionário Público	3693162	2.17	850680	4.91	23.03
Empregado com carteira	23929433	14.09	3699918	21.35	15.46
Empregado sem carteira	16071534	9.46	1211267	6.99	7.54
Conta-própria	15396247	9.06	1713496	9.89	11.13
Empregador	1897842	1.12	782636	4.52	41.24
Não-remunerado	2608533	1.54	102049	0.59	3.91
Próprio consumo	2033141	1.20	13357	0.08	0.66
Ignorado	32962498	19.40	1993943	11.51	6.05
Contribuia para previdência					
Contribui	6198855	3.65	1763245	10.18	28.44
Não contribui	26880461	15.82	1856011	10.71	6.90
Ignorado	136793539	80.53	13708929	79.11	10.02

Fonte: CPS/ FGV processando os microdados do Censo Demográfico 2000/IBGE

ANEXO C – ESTRUTURA DO QUESTIONÁRIO

IDENTIFICAÇÃO:

Nome (opcional): _____

Data de Nascimento: _____ / _____ / _____

Sexo: ( ) M ( ) F

Cor ou raça: ( ) branca ( ) negra ( ) outra – qual? _____

Estado civil:

( ) Solteiro (a)

( ) Casado (a)

( ) Desquitado (a)

( ) Divorciado (a)

( ) Viúvo (a)

( ) Outra situação, Qual: _____

Religião

( ) Católica:

( ) Evangélica:

( ) Não tem religião:

( ) Outra – qual ? _____

Residência

Você é natural da cidade de _____ Estado: _____

Onde você mora atualmente: _____ Bairro: _____

Você mora com :

( ) pais ( ) sozinho ( ) cônjuge ( ) parentes ( ) amigos ( ) outros – Qual? _____

Quantas pessoas moram na sua residência? _____

FORMAÇÃO / ANOS DE ESTUDO:

( ) Sem instrução ou menos de um ano de estudo

( ) Ensino Fundamental (1ª a 8 ª): até _____ série

( ) Ensino Médio (2º grau): até _____ série

( ) Ensino superior: curso _____ ( ) cursando ( ) concluído

Com que idade você entrou para a escola? _____

Com que idade saiu da escola? _____

Há quanto tempo deixou de estudar : _____

Por que interrompeu os estudos:_____

_____

Teve alguma reprovação? ( ) Sim ( ) Não - Quantas? _____

Em que tipo de instituição estudou?

( ) Ensino Fundamental (1ª a 8 ª): ( ) Público ( ) Privado

( ) Ensino Médio (2º grau): ( ) Público ( ) Privado

( ) Ensino superior: curso _____ Instituição: _____

Com relação ao conhecimento de língua estrangeira, em qual das situações você se enquadra melhor?

( ) Domino muito bem uma língua estrangeira – Qual: _____

( ) Domino razoavelmente uma língua estrangeira – Qual: _____

( ) Não domino nenhuma língua estrangeira, mas gostaria de aprender

( ) Não domino nenhuma língua estrangeira e não sinto necessidade de aprender

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Você já freqüentou outros cursos na área de informática?

( ) Não ( ) Sim – Local: _____

Você já realizou outros cursos de formação profissional?

( ) Não ( ) Sim – Local: _____

Situação profissional

( ) Desempregado(a)

( ) Aposentado(a)

( ) Empregado(a) com carteira

( ) Empregado(a) sem carteira

( ) Trabalha por conta própria

( ) Funcionário(a) público(a)

Caso você esteja empregado (a):

Tipo de ocupação que exerce : _____

Renda : _____ reais

Ajuda a sustentar os familiares ou outras pessoas? ( ) sim ( ) não

Qual é o grau de satisfação com seu trabalho:

( ) insatisfeito(a) ( ) pouco satisfeito(a) ( ) satisfeito(a) ( ) completamente satisfeito(a)

Por quê? _____

Está procurando outro emprego?

( ) Sim ( ) Não – Por quê? _____

Caso você esteja desempregado(a):

Há quanto tempo está desempregado : _____ meses _____ anos

Já trabalhou : ( ) Sim ( ) Não

Que ocupações exerceu: _____

A que atribui sua situação de desemprego:

( ) escolarização insuficiente ( ) falta qualificação profissional

( ) conjuntura econômica desfavorável ( ) falta de sorte

( ) Outros – Qual(is): _____

Está procurando emprego?

( ) Sim ( ) Não – Por quê? _____

Qual (is) a (s) alternativa (s) que você tem utilizado para enfrentar o problema do desemprego? _____

_____

DADOS SOCIAIS DA FAMÍLIA

Nível de instrução dos pais:

PAI

( ) Sem instrução ou menos de um ano:

( ) Ensino Fundamental até _____ série

( ) Ensino Médio: até _____ série

( ) Ensino superior: curso _____ ( ) cursando ( ) concluído

MÃE

( ) Sem instrução ou menos de um ano:

( ) Ensino Fundamental até _____ série

( ) Ensino Médio: até _____ série

( ) Ensino superior: curso _____ ( ) cursando ( ) concluído

Situação ocupacional dos pais :

Empregados: ( ) Pai ( ) Mãe

Desempregados : ( ) Pai ( ) Mãe

Tipo de ocupação que exercem : Pai _____

Mãe _____

Renda familiar: _____ reais

OUTROS DADOS SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIAIS DO(A) ALUNO(A)

Mora em: ( ) casa própria ( ) alugada

Sua casa é de: ( ) alvenaria ( ) madeira ( ) alvenaria e madeira

A casa onde mora tem quantas peças? _____

Onde você mora tem água encanada ( ) Sim ( ) Não

Luz elétrica: ( ) Sim ( ) Não

Na rua tem calçamento ou asfalto: ( ) Sim ( ) Não

No bairro tem coleta regular de lixo: ( ) Sim ( ) Não

Televisão a cores: ( ) Sim ( ) Não

Geladeira: ( ) Sim ( ) Não

Máquina de lavar roupa: ( ) Sim ( ) Não

Aparelho de som: ( ) Sim ( ) Não

Aparelho de vídeocassete: ( ) Sim ( ) Não

Freezer: ( ) Sim ( ) Não

Telefone: ( ) Sim ( ) Não

Telefone celular: ( ) Sim ( ) Não

Moto: ( ) Não ( ) Sim - Marca: _____ Ano: _____

Carro: ( ) Não ( ) Sim - Marca: _____ Ano: _____

Em relação ao uso do computador e projetos de inclusão digital:

O que o (a) motivou a fazer o curso “Educação Digital”?

( ) qualificação profissional ( ) certificado ( ) exigência da instituição que trabalha

( ) interesse pela área de informática ( ) outro – Qual : _____

_____

_____

Quem pagou seu curso?

( ) eu ( ) mãe ( ) pai ( ) irmão ( ) ambos ( ) outro – Quem: _____

Antes do curso, quais conhecimentos você possuía na área de informática?

_____

_____

_____

_____

Possui computador em casa: ( ) Sim ( ) Não

Em caso afirmativo, como o utiliza:

( ) Para trabalho ( ) Para o lazer ( ) e-mails ( ) Outro: _____

Tem acesso à internet? ( ) Sim ( ) Não

Possui endereço eletrônico: ( ) Não ( ) Sim - Qual: _____

ANEXO D – ROTEIRO DE ENTREVISTA

I - Você poderia relatar qual a sua trajetória de trabalho e sua situação profissional hoje? (formação e experiência profissional).

II – Você se sente preparado para o mercado de trabalho? Por quê?

III - Com relação ao curso de “Educação Digital” e emprego:

O que o (a) fez procurar o curso “Educação Digital”?

_____

_____

No momento do curso, você esta na condição de emprego ou desemprego? E atualmente?

_____

_____

De que maneira você utilizou os conhecimentos adquiridos no curso?

_____

_____

O curso lhe proporcionou uma formação profissional voltada para o futuro emprego?

_____

_____

Quais são as suas expectativas em decorrência do curso que você fez?

_____

_____

Que avaliação faz desse curso frente as demandas atuais do mercado de trabalho?

_____

_____

Em que medida esse curso contribuiu para sua inserção no mercado de trabalho?

Quais foram as ocupações profissionais que eles possibilitaram?

Foram ocupações relacionadas com a área de formação?

Os conhecimentos adquiridos auxiliaram no desempenho do trabalho?

Que outros benefícios essa formação propiciou?

Quais cursos você já realizou anteriormente que considera relevantes para sua carreira profissional?

Quantos cursos você já fez para sua formação profissional? Esses cursos somaram quantas horas?

Esses cursos foram gratuitos ou você teve que pagar por eles?

Pretende fazer mais cursos de informática ? E outros de formação profissional? Por quê?

_____

_____

Para você, quais são as características que o trabalhador deve ter para inserir-se no mercado de trabalho?

_____

_____